



DEBULHAR
.....

As guardiãs da floresta

Educação popular, extensão universitária,
arte e resistência

Organizadores

Michelle Freitas Teixeira · Alessandra Veras Alves · Anderson Lopes Alves
Diana Melo Pereira · Graziela da Silva Dantas

As guardiãs da floresta

Educação popular, extensão universitária,
arte e resistência

As guardiãs da floresta

Educação popular, extensão universitária,
arte e resistência

ORGANIZADORES

Michelle Freitas Teixeira • Alessandra Veras Alves • Anderson Lopes Alves •
Diana Melo Pereira • Graziela da Silva Dantas

DEBULHAR
.....

Copyright © 2026 – Michelle Freitas Teixeira, Alessandra Veras Alves, Anderson Lopes Alves,
Diana Melo Pereira & Graziela da Silva Dantas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

As guardiãs da floresta: educação popular, extensão universitária, arte e resistência [recurso eletrônico] : / organização de Michelle Freitas Teixeira, Alessandra Veras Alves, Anderson Lopes Alves, Diana Melo Pereira, Graziela da Silva Dantas. – Teresina: Debulhar, 2026.
153 p. : il.

Formato: PDF
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-82009-47-1

1. Educação popular. 2. Extensão universitária. 3. Movimentos sociais – Amazônia.
4. Quebradeiras de coco babaçu. 5. Artes visuais – Estudo e ensino. 6. Educação – Aspectos sociais. I. Teixeira, Michelle Freitas. II. Alves, Alessandra Veras. III. Alves, Anderson Lopes. IV. Pereira, Diana Melo. V. Dantas, Graziela da Silva. VI. Título.

CDD 378.103

Editor

Márcio Douglas de Carvalho

Ficha Catalográfica

Larissa Andrade, CRB – 3/1179

Estágio editorial

Caio Felipe Rodrigues

Revisão

Zema Ribeiro

Capa

Capa Alexandre Mesquita

Diagramação

Antonio Soares

Conselho Editorial

Andreia Rodrigues de Andrade
Antonio Michel de O. Miranda
Deilson do Carmo Trindade
Eduardo Marandola Júnior
Eva P. Bueno
Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Francisco Gleison da Costa Monteiro
Francisca Verônica Cavalcante
Guilherme Gonzaga Bento
Johny Santana de Araújo
Marta Gouveia de Oliveira Rovai
Rômulo Luiz Xavier
Sandra Augusta de Melo
Thiago Alves Dias
Túlio Henrique Pereira
Vanessa Soares Negreiros

DEBULHAR

.....
CNPJ: 67.929.300/0001-20
www.editoradebulhar.com.br
debulhar@editoradebulhar.com.br
(86) 98147-8117

Dedicamos este livro às quebradeiras de coco babaçu do MIQCB, guardiãs da floresta e nossas queridas professoras.

O que nos interessa é dizer que nossa força, diante dessas opressões, surge nos territórios, brota da terra, dá frutos e sementes todos os dias e se espalha. Sementes que se opõem a tudo o que está posto, que se espalham e se multiplicam cada vez mais, rumo à emancipação e ao bem-viver. A gente já pensa muito no eu, sendo que a gente precisa pensar cada vez mais no nós (Dona Dijé, 2025).

Sumário

Apresentação	8
PARTE I - Extensão universitária, educação popular e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	18
Ensaio sobre a pedagogia das quebradeiras de coco babaçu	19
Curricularização da extensão e formação docente: o que podemos aprender com a educação popular?	31
Ativismo de mulheres no mundo e no Brasil e a atuação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	41
Lentes e babaçuais: educação popular, produção audiovisual e a experiência das quebradeiras de coco babaçu do MIQCB	55
PARTE II - Escritos das comunidades: quebradeiras e juventude do MIQCB com a palavra	71
Guardiãs da Baixada Maranhense	72
Mulher, te chamo porque essa luta é tua: luta e auto-organização feminina na Regional Mearim/Cocais.	82
A luta pelo Babaçu Livre é a luta por outro modo de vida	91
Educação popular: contribuições do primeiro curso do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu para o MIQCB – Regional Pará	101
Eu existo porque alguém antes de mim existiu: a formação das juventudes do MIQCB na luta das quebradeiras de coco babaçu	112
PARTE III - As guardiãs da floresta, nossas professoras: depoimentos dos estudantes e egressos do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFMA CCH	120
Extensão, educação popular, arte e resistência na formação docente em Artes Visuais	121
Nossa experiência em imagens: fotografias da caminhada	132
Sobre as autorias	147

Apresentação

O livro *As guardiãs da floresta: educação popular, extensão universitária, arte e resistência* nos apresenta a síntese de uma experiência protende situada no diálogo entre o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e o Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFMA CCH. Nele explorados temas que refletem sobre educação popular, extensão universitária, questão agrária e os fundamentos que orientam a organização do movimento social na luta por direitos.

Este nasce, portanto, no terreno da extensão universitária e expressa uma síntese da experiência vivenciada em três projetos desenvolvidos entre os anos de 2023 e 2025, frutos da articulação entre o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luís Centro Histórico (IFMA CCH).

Com o objetivo de socializar a experiência construída a partir desta parceria, por meio da publicização de reflexões tecidas a partir de debates de natureza conceitual, histórica, política e artística, esta coletânea apresenta textos produzidos por professores que contribuem com as atividades formativas do MIQCB, estudantes e egressos do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFMA CCH (CLAV), quebradeiras de coco babaçu e juventudes dos territórios de atuação do movimento social.

Os textos e os trabalhos artísticos apresentados revelam a potência e importância da extensão universitária, enquanto terreno que permite de maneira mais específica a abertura das instituições de ensino superior às demandas populares. Neste sentido, entendemos que:

É tarefa da universidade para a sociedade, dialogar com ela, tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito. É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a

promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação (Paula, 2013, p. 20).

A materialização de experiências de extensão universitária em diálogo com o compromisso histórico da educação popular – cujos fundamentos definem a atividade educativa enquanto elemento de formação humana para a emancipação e o fortalecimento das resistências coletivas – contribui significativamente para a consolidação do papel social das instituições públicas de ensino superior sob uma perspectiva democrática.

A universidade pública possui em sua constituição o compromisso central com a formação profissional e o atendimento das demandas da sociedade nos diversos campos da ciência e da produção de conhecimento. Entretanto, a realização da sua função social não se dá sem conflitos posto que:

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade (Chauí, 2003, p. 1).

Compreende-se, portanto, que a conquista de espaço para a construção de experiências educativas democráticas e emancipatórias no cerne das instituições públicas de ensino superior, antes de tudo requer um amplo debate sobre as concepções de sociedade e educação que devem orientar as políticas públicas. A fim de contribuir com a “garantia do acesso das grandes massas operárias e camponesas a novos níveis de cultura” (Lenin, 2010).

No terreno de disputas por distintas concepções de sociedade e educação, que atravessam o entendimento sobre a função das instituições públicas de ensino, destacamos a defesa pela sua ocupação pelos projetos democráticos e pela sua abertura às demandas reais da sociedade, em detrimento da submissão dos projetos educativos aos interesses de natureza privada. Um projeto que se alinha à necessidade de materialização dos direitos sociais e do caráter republicano nas instituições e “que no curso do seu desenvolvimento se rompa, de modo mais radical, com as ideias tradicionais” (Marx; Engels, 2010, p. 57). Uma reflexão necessária para a compreensão do papel da universidade,

Vista como uma instituição social, cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático (Chauí, 2003, p. 3).

Neste sentido, a ocupação das experiências educativas por projetos que possibilitem a atuação dos movimentos sociais representativos da classe trabalhadora é um caminho necessário, que vem sendo reforçado pela tarefa extensionista das universidades, alinhadas aos projetos populares de sociedade e educação.

Para dizer de forma simples, a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias (Paula, 2013, p. 2).

É neste cenário que se desenrola o enredo desta coletânea, que apresenta em seus textos reflexões sobre a experiência real de entrelaçamento dos processos formativos desenvolvidos no CLAV do IFMA CCH e aqueles desenvolvidos pelo MIQCB no âmbito da formação de suas lideranças, possibilitando a superação dos muros institucionais, o diálogo e a colaboração com um dos maiores movimentos de mulheres camponesas da América Latina – que enquanto “movimento social popular rural/do campo, marca a formação social brasileira” (Ribeiro, 2010, p. 29).

A história da relação MIQCB / IFMA CCH, que tem uma conexão profunda com a oferta do primeiro curso do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB), que se encontra localizado na Rua da Palma, no Centro da Cidade de São Luís – mesma rua na qual se encontra situado o prédio do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFMA CCH (CLAV IFMA CCH). Proximidade que acabou favorecendo o contato interinstitucional, mobilizado pela Coordenação do MIQCB no ano de 2023.

Este contato teve o objetivo de respaldar formalmente a oferta do Curso “Quebrando Saberes, Elaborando Projetos Socioambientais e Preservando a Floresta de Babaçu” do MIQCB, que teria a sua oferta iniciada no ano em questão através do Projeto Floresta em Pé/Fundo Amazônia. Antes do início das atividades da

primeira turma, o MIQCB buscou a Direção Geral do IFMA CCH, para firmar uma parceria para execução do Curso e o caminho viável para a materialização da articulação foi a extensão universitária.

Atendendo à demanda popular, foi constituída uma coordenação da Cooperação Técnica formalizada, elaborado e submetido o primeiro projeto de extensão da experiência, por meio do Edital nº 106, de 1º de agosto de 2023 (Edital Interno de Fomento de Ações de Extensão – Campus Centro Histórico – Edital de Fluxo Extensão Contínuo).

O projeto em questão foi intitulado “Educação do campo: quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” e tinha como objetivo contribuir com o desenvolvimento do Curso “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando as florestas de babaçu” a fim de promover a qualificação e certificação de mulheres quebradeiras de coco babaçu e jovens de famílias de quebradeiras de coco residentes nas comunidades, por meio de parceria entre o IFMA CCH e o MIQCB, com a integração dos estudantes do CLAV.

Contando com uma ampla equipe de docentes colaboradores externos vinculados ao MIQCB e com o engajamento de sete estudantes da Licenciatura (três bolsistas e os demais voluntários), a formalização deste primeiro projeto de extensão no âmbito do IFMA possibilitou o acompanhamento pedagógico e a certificação de duas turmas: Turma de Mulheres 1, composta por 30 mulheres quebradeiras de coco babaçu coordenadoras locais nas comunidades assistidas pelo movimento social, e o início da Turma de Jovens 1, composta por 30 jovens das famílias residentes das comunidades extrativistas assistidas pelo movimento e localizadas nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

Na experiência deste e dos demais projetos que ainda serão relatados, os estudantes licenciandos do IFMA atuaram no contínuo acompanhamento do processo de formação das turmas, auxiliando os professores, mediando e orientando o desenvolvimento das atividades nos encontros presenciais – tempos escola, que aconteciam no CFQCB – e remotamente, durante o acompanhamento dos tempos comunidade, quando os beneficiários do projeto retornavam para suas comunidades e lá desenvolviam as tarefas propostas pelos professores¹.

Neste ponto precisamos deter nosso relato introdutório, pois aqui temos o eixo central de mobilização para a produção deste livro: o contato entre estudantes, quebradeiras e jovens das comunidades. Visto que é a partir deste trabalho entrelaçado

¹ Visto que o Curso foi desenvolvido a partir dos princípios teórico-metodológicos da Pedagogia da Alternância.

entre a orientação dos estudantes do IFMA e a produção do conhecimento pelos beneficiários do projeto, que são tecidos os textos que compõem o núcleo central do livro Guardiãs da Floresta, que explora, também, a experiência dos demais projetos de extensão desenvolvidos entre os anos de 2024 e 2025. A saber:

- “Educação Popular: quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu – IFMA – CCH/MIQCB”, desenvolvido por meio do Edital de Registro de Ações de Extensão Voluntárias nº 01/2024 (PROEXT/IFMA – Edital de Fluxo Extensão Contínuo), por meio do qual foi finalizada a oferta do curso à Turma de Jovens 1;
- “Educação Popular: quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu IFMA – CCH/MIQCB (Versão Continuidade)”, desenvolvido por meio do Edital de Fomento de Ações de Extensão nº 05/2024 (PROEXT/IFMA – Edital de Extensão), que possibilitou a oferta do curso a duas novas turmas com a mesma quantidade de beneficiários e perfil: Turma das Mulheres 2 e Turma dos Jovens 2.

O último projeto desenvolvido, além de objetivar a oferta do curso às novas turmas, tinha dentre suas metas a produção de um livro que apresentasse textos síntese da experiência, produzidos pela equipe do IFMA, em coautoria com os beneficiários de cada Regional do MIQCB. A meta foi materializada a partir da publicação desta coletânea, na qual são compartilhadas as vozes das mulheres quebra-deiras de coco babaçu e jovens das comunidades extrativistas integrantes do movimento social, mediadas pela organização e contribuição dos estudantes do CLAV IFMA CCH.

Entretanto, interessa ressaltar que assim como a experiência vivida na extensão universitária, o presente livro ousou seguir por um vasto terreno, na produção acadêmica e socialização das reflexões e análises desenvolvidas a partir da rica articulação do IFMA CCH com o MIQCB. Um dado importante, visto que a engajada equipe de estudantes universitários extensionistas e seus professores orientadores esteve dedicada a sistematizar as análises da experiência também por meio de projetos de pesquisa e iniciação científica, participação em eventos acadêmicos e culturais, publicação de textos em anais de eventos e em revistas científicas.

Do processo de consolidação dos trabalhos desenvolvidos por professores e estudantes do IFMA em diálogo com o movimento social, nasceu a necessidade de constituição de um espaço dentro da instituição para a organização dos trabalhos e o aprofundamento dos estudos sobre os temas necessários para a formação dos estudantes da licenciatura. Cenário no qual foi criado no ano de 2024 o Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTTE IFMA/CNPq), por

meio do qual passamos a sistematizar as análises da experiência, estudar e produzir conhecimento.

Contribuindo para a ampliação do debate sobre a pauta universidade e sociedade, sobre a necessidade de superação dos muros que distanciam as instituições de ensino superior dos projetos populares, foram desenvolvidas pesquisas, produzidos e publicados textos acadêmicos que permitiram a defesa da extensão universitária sob um viés popular e engajado, visto que:

entendemos que a extensão universitária, como espaço privilegiado para a realização da função social da universidade, pode, por meio das contribuições da educação popular, ampliar e fortalecer o acesso e a interlocução da população com bens e serviços. Além disso, pode atuar na contribuição e fortalecimento dos sujeitos enquanto classe que luta por seus direitos, sendo educação e a universidade parte desses direitos (Dalton, 2024, p. 16).

Partindo deste princípio, aproveitamos os caminhos abertos pela experiência para produzir, socializar e debater. Visando aprofundar o debate sobre a função social da universidade e mobilizar espaço para a continuidade da conquista de espaço para a atenção às pautas populares pelas instituições públicas de ensino. Dentre as atividades desenvolvidas destacamos as seguintes que, contribuíram com o amadurecimento das nossas reflexões, nos guiando até a produção dos textos deste livro:

- A apresentação do artigo científico “Educação popular, produção audiovisual e disputa por hegemonia: a experiência do Curso Livre de Extensão Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu MIQCB/IFMA-CCH”, no V Encontro Nacional / IV Colóquio Internacional Antonio Gramsci (IGS-Brasil) / IV Conferência Gramsci, Marx e o Marxismo (CGRAM) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís – Maranhão – Brasil (2024);
- O artigo acima foi selecionado para a publicação na Revista Práxis e Hegemonia Popular em seu Volume 9, Número 15, 2024;
- O desenvolvimento do projeto de pesquisa “Lentes e babaçuais: as contribuições da educação popular e da produção audiovisual para a formação política e a auto-organização das mulheres quebradeiras de coco, lideranças do MIQCB”, por meio do Edital PRPGI nº 18/2024 (PIBIC Ensino Superior 2024/2025 – Edital de Pesquisa), premiado em primeiro lugar no Universo IF 2025, cujos dados foram sistematizados e são apresentados em artigo que compõe esta coletânea;

- Apresentação dos projetos de pesquisa e extensão nos Seminários de Iniciação Científica (SEMIC IFMA CCH) nos anos de 2024 e 2025 e no Universo IF nos mesmos anos;
- A produção e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA CCH) “ARTE E FORMAÇÃO POLÍTICA: os desenhos das quebradeiras de coco babaçu como documentos de organização e luta” de Alessandra Veras Alves, que atuou como bolsista de pesquisa e extensão nas experiências relatadas (2025);
- Publicação do livro “Arte da mãe palmeira”, com o catálogo da exposição das produções artísticas das mulheres quebradeiras de coco babaçu integrantes da segunda turma de mulheres do Curso “Quebrando Saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” – MIQCB/CFQCBQ/IFMA (2025);
- Participação em mesa do V Seminário Ciência Cine Guarnicê (UFMA, 2025) e produção de artigo que será publicado em e-book, a ser lançado no 49º Festival Guarnicê de Cinema, em 2026.

Vê-se, portanto, o potencial formativo da experiência vivida e analisada nesta coletânea, que alcança tanto os sujeitos do campo integrantes do Curso do MIQCB, com o qual nós do IFMA tivemos a alegria de contribuir, quanto estudantes e professores desta e de outras instituições de ensino superior.

Entretanto, interessa demarcar que o alcance das experiências não se limita à lógica acadêmica de produção do conhecimento, visto que a oferta do Curso do MIQCB possibilitou “o fortalecimento dos processos formativos de intelectuais orgânicos críticos e emancipadores, constituindo um caminho viável para o fortalecimento do processo de disputa por outra hegemonia no campo” (Teixeira, 2026, p. 13), por meio do alcance das lideranças e da juventude do MIQCB. Parte-se, portanto, da compreensão segundo a qual:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político (Gramsci, 2004, p. 15).

Neste sentido, compreendemos que todo o processo de formação advindo das experiências extensionistas a partir das quais os artigos desta coletânea parte, refletem um compromisso com a disputa pelo fortalecimento do projeto popular de

sociedade e educação – seja por meio da formação docente articulada à formação política das quebradeiras de coco babaçu, à própria formação destas mulheres como intelectuais orgânicas da classe trabalhadora no campo ou ao exercício de socialização das produções acadêmicas que ocupam os espaços de debate científico.

Seguindo o intento de dar continuidade ao processo de socialização da experiência, com a mesma alegria e engajamento que vivenciamos as experiências extensionistas relatadas, apresentamos o nosso livro **Guardiãs da Floresta**, que passeia pelos temas que estiveram presentes nas atividades desenvolvidas, com destaque para a educação popular, a extensão universitária, a resistência coletiva que compõe a trajetória do MIQCB e a arte, que esteve presente ao longo de todo o trajeto trilhado.

Organizado em três partes, o livro inicia com a apresentação de artigos científicos produzidos por professoras que contribuíram com coordenação, docência e acompanhamento no Curso do MIQCB. A primeira parte do livro, intitulada **“Extensão universitária, educação popular e o movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu”**, traz reflexões de natureza conceitual, política e histórica e é aberta com a apresentação do artigo *“Ensaio sobre a pedagogia das quebradeiras de coco babaçu”*, no qual as autoras apresentam uma reflexão sobre a “pedagogia das quebradeiras de coco babaçu”, trilhado pelo caminho das experiências, sonhos e necessidades das quebradeiras de coco do MIQCB.

Seguindo o objetivo de refletir sobre a extensão universitária, apresentando dados sobre a instituição legal deste que é um terreno fundamental para a construção da experiência educativa no ensino superior, é apresentado o texto *“Curricularização da extensão e formação docente: o que podemos aprender com a educação popular?”*. Nele a autora discute, também, a relação da extensão com a experiência da educação popular, suas contribuições e desafios para a formação docente.

O terceiro artigo que compõe o conjunto dos textos de abertura do livro foi intitulado *“Ativismo de mulheres no mundo e no Brasil e a atuação do movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu”* e apresenta dados históricos sobre a participação feminina em movimentos sociais, com especial atenção para os movimentos camponeses na contemporaneidade. Por fim, nos presenteia com um resgate da história do MIQCB e suas recentes estratégias de organização.

Nascido no chão da Iniciação Científica, o terceiro artigo que compõe esta coletânea apresenta dados sobre a inserção da produção audiovisual na recente experiência de educação popular do MIQCB. Analisando os vídeos produzidos ao longo do processo de formação no primeiro curso do CFQCB, o texto *“Lentes e babaçuais: educação popular, produção audiovisual e a experiência das quebradeiras de coco babaçu do MIQCB”* reflete sobre os fundamentos que orientam as

reflexões das quebradeiras de coco babaçu na construção da sua formação e na materialização da sua resistência. Ouvindo as vozes das quebradeiras, a equipe do projeto desenvolvido por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2024/2026), revela em seu texto a potência da arte na formação política destas mulheres.

A segunda parte do livro apresenta os textos produzidos pelos estudantes que atuaram nos projetos de extensão, em coautoria com as quebradeiras e os jovens das comunidades. São os **“Escritos das comunidades: quebradeiras e juventude do MIQCB com a palavra”**.

Com uma escrita mediada pelos estudantes da Licenciatura em Artes Visuais do IFMA Campus São Luís Centro Histórico que foram responsáveis pelo acompanhamento das atividades formativas do Curso do MIQCB nas regionais, essas vozes são sistematizadas em textos profundos e sensíveis, que abordam temas escolhidos pelos próprios sujeitos da formação. Os temas estão relacionados aos territórios e suas contradições; às lutas, suas pautas e sua organização; à identidade desse povo em movimento que vive da terra e para o qual a palmeira de babaçu é uma mãe; às contribuições desta primeira experiência formativa do CFQCB para a organização política das comunidades e ao reconhecimento da potência da história das mulheres para a existência, sobrevivência e vivência da juventude que segue com o seu legado.

Não há uma proposta metodológica única para a construção dos textos. Eles nascem do relato e do diálogo, neles as vozes são apresentadas em sua originalidade e a estrutura é definida pelo movimento de entrelaçamento entre estudantes do IFMA e os saberes das mulheres e jovens de Regionais do MIQCB. A métrica e a norma foram tecidas pela troca entre os sujeitos. Áudios, reuniões on-line, textos compartilhados, debates sobre os rumos da sistematização das vozes, tudo se encontra vivo nas linhas que seguem e que desvelam as barbáries do impacto implacável da lógica destrutiva do projeto do capital, a potência da organização popular com a representatividade marcante das mulheres quebradeiras de coco babaçu e a esperança entoada em cantos, pela luta por uma realidade na qual a floresta esteja de pé, pela liberdade do babaçu e pelo viço da juventude que sonha, se fortalece e agradece.

Encerrando o livro, os estudantes do CLAV do IFMA CCH apresentam seus relatos sobre a experiência formativa na terceira e última parte desta coletânea, à qual intitulamos **“Guardiãs da floresta, nossas professoras: depoimentos dos estudantes do curso de licenciatura em artes visuais do IFMA CCH”**. Os escritos dos estudantes que estiveram envolvidos nos projetos de extensão dos quais

nasce este livro, versam sobre o tema “*Extensão, educação popular, arte e resistência na formação docente em artes visuais*”.

Por fim, apresentamos a nossa experiência em imagens, em um singelo álbum com as fotografias da caminhada. Com ele saudamos nossas Guardiãs da Floresta, reconhecemos a sua importância e agradecemos a honra de aprender com seus preciosos ensinamentos.

Referências:

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, set./out./nov./dez. 2003.

DALTON, Andrea. Educação Popular e Extensão Universitária: reflexões necessárias e desafios atuais. In: **Diálogos em Extensão**, v. 6, n. 3, p. 70–89, 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. In: **Interfaces – Revista de Extensão**, v. 1, nº. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios e fins da formação**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEIXEIRA, Michelle Freitas. **Educação e disputa por hegemonia: as raízes do PRONERA no Maranhão**. Teresina: Cancioneiro, 2006.



PARTE I

Extensão universitária, educação popular e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Ensaio sobre a pedagogia das quebradeiras de coco babaçu

Anny da Silva Linhares¹
Ana Maria Bezerra Ferreira²

*“Mais educação e saúde pra toda nação.
Eu sou quebradeira, sou mulher guerreira,
Venho do sertão!”
As Encantadeiras*

Este texto apresenta uma reflexão sobre a “pedagogia das quebradeiras de coco babaçu”, trilhado pelo caminho das experiências, sonhos e necessidades das quebradeiras de coco do MIQCB. Esta pedagogia não nasceu no Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB), mas emergiu nas relações pessoais e de trabalho nos babaçuais, na cultura e modo peculiar de ser e de transmitir os saberes entre gerações, nas canções e dramas teatrais de própria autoria, no hábito de se sentar em roda para quebrar o coco, nas idas coletivas ao babaçal, nas místicas de abertura das atividades, na oralidade e nas reminiscências das mais velhas.

Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se na observação ativa das Quebradeiras de Coco Babaçu, educadoras populares, durante o curso de extensão “Quebrando Saberes, elaborando projetos e preservando a floresta de babaçu”, nos anos de 2023 e 2024, tanto nas aulas quanto no monitoramento das turmas no contraturno. Como resultado, explicitam-se oito elementos constitutivos da chamada “pedagogia das quebradeiras de coco babaçu”. Essa abordagem, alicerçada na educação popular contextualizada e na educação do campo, assume papel

¹ Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UFPA, 2016), assessoria de coordenação de projetos do MIQCB.

² Pedagoga, especialista em psicomotricidade (ISPEGAE, 2000), atual coordenadora pedagógica do MIQCB.

fundamental no fortalecimento da produção de conhecimento, na formação política, na autonomia e na defesa de direitos para o bem viver dessas mulheres.

Em 2023, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) retomou a execução do Projeto Floresta de Babaçu em Pé, apoiado pelo Fundo Amazônia. Dentre as macroatividades previstas no escopo, destaca-se a criação e o desenvolvimento do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB), que emerge com o objetivo de “qualificar mulheres quebradeiras de coco babaçu e juventudes rurais para se tornarem lideranças nos processos de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e territórios tradicionais agroextrativistas de atuação do MIQCB nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí” (MIQCB, 2024).

Para tanto, a coordenação pedagógica iniciou os trabalhos com a revisão do Plano Pedagógico, elaborado de forma colaborativa entre a coordenação do Movimento, organizações sociais parceiras e professores universitários nos anos iniciais de execução do projeto. Nesse processo, um professor parceiro foi consultado pela equipe sobre o documento e, em sua devolutiva, convidou a equipe a refletir sobre a seguinte questão: “Qual a pedagogia das quebradeiras de coco babaçu?”

No anseio de responder a essa indagação, realizou-se um processo sistemático de observação ativa e registro durante o acompanhamento das turmas do primeiro curso de extensão, intitulado “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu”. Implementado nos anos de 2023 e 2024, o curso atendeu quatro turmas de abrangência interestadual, configurando um contexto em que mulheres quebradeiras de coco babaçu compuseram a rede de educadores, ministrando aulas voluntariamente para turmas de mulheres e juventudes.

A observação ativa ocorreu dentro e fora da sala de aula, estendendo-se desde o convite da coordenação pedagógica às quebradeiras até o cotidiano das aulas ministradas e o acolhimento das educandas e educandos na Casa da Palmeira de Babaçu, sede do Centro de Formação em São Luís/MA. Esse processo também incluiu o monitoramento das turmas de juventudes no contraturno das aulas e nas viagens de intercâmbio integrantes da ementa pedagógica.

A metodologia da observação constitui uma técnica sistemática de coleta de dados que utiliza os sentidos para examinar comportamentos e fenômenos à medida que ocorrem na realidade (Marconi; Lakatos, 2021). Observar e registrar as práticas educativas desenvolvidas pelas quebradeiras foi fundamental para identificar os elementos constitutivos de sua pedagogia singular, sobre a qual refletiremos neste ensaio.

A pedagogia, como ciência que estuda a educação, busca compreender os processos de ensino, de aprendizagem e de apropriação do conhecimento. Se, como afirma Paulo Freire (1968), “a educação é um ato político”, analisar como as quebradeiras de coco babaçu transmitem seus saberes no Centro de Formação torna-se fundamental para compreender o alcance de sua práxis educativa, propondo-se, neste ensaio, uma imersão reflexiva sobre suas manifestações práticas, em detrimento de uma mera formalização conceitual estática.

Educação popular e contextualizada no MIQCB

Como diretriz política educacional, o MIQCB pauta-se na Educação do Campo, popular e contextualizada, à luz de autores como Carlos Rodrigues Brandão (2007) e Roseli Oliveira Caldart (2012). Esses teóricos defendem que o processo educativo dos povos do campo não pode ser uma extensão desfragmentada da escola urbana, mas sim uma construção nascida da própria realidade social, cultural e econômica dos sujeitos.

A proposta pedagógica do movimento assume o território como espaço de vida e de produção de saberes. Ao alinhar a teoria educacional à prática identitária das quebradeiras, o MIQCB consolida uma práxis pedagógica em que aprender está intrinsecamente ligado ao ato de resistir e de intervir na realidade socioambiental das comunidades agroextrativistas. Como afirma Carrilo (2024), educação popular é uma prática social e discursiva no campo da educação, voltada para que os setores populares se tornem sujeitos históricos capazes de transformar a realidade, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem está inerentemente conectado ao modo de ser, a vida, cultura, história, economia, enfim, modo de viver das quebradeiras de coco babaçu, proporcionando às(aos) educandas(os) serem protagonistas no processo, terem significado e uso prático dos conteúdos compartilhados, valorização do local em que vivem e de identificação, inclusive de problemas e suas respectivas soluções.

Em sua caminhada, como estratégia de organicidade e de atuação, o MIQCB elabora seu planejamento organizacional a longo prazo (PEI), definindo caminhos, objetivos e metas. Desta feita, em 2023, elabora o PEI para 2024/2028, atualizando Visão Estratégica do MIQCB, a qual reafirma principais referenciais da Identidade Institucional (Visão, Missão e Valores) e dos Eixos Estratégicos anteriormente vigentes para a Área Programática (Terra, Território e Babaçu Livre, Economia Solidária, Agroecologia e Acesso a Mercados, Educação Contextualizada e Acesso a Conhecimentos e Saberes e, acrescenta o Eixo Juventudes).

Assim, com a efetivação do Centro de Formação, o Eixo Educação Contextualizada e Acesso a Conhecimentos e Saberes se consolida, demarcando importante avanço e conquista, projetando ações, estratégias e parcerias que visam fortalecer o acesso a conhecimentos diversificados em práticas nas comunidades de quebradeiras de coco babaçu.

Do babaçual à sala de aula

A relação pedagógica é o encontro de sujeitos que se reconhecem como inacabados (Paulo Freire, 1968). Este pensamento nos leva a refletir sobre a “pedagogia das quebradeiras de coco babaçu”, percebendo que, em especial, as quebradeiras do MIQCB, desde o momento em que, em seus idos tempos, se reuniram e levantaram a luta em defesa de uma vida digna, de qualidade, justa, em reciprocidade e coletividade, ou seja, um bem-viver, compreenderam que se fazia necessário ter um espaço, “uma escolinha”, para que elas tivessem condições de fazer frente na luta, compreendendo que a aprendizagem deve ser constante e a partir da vivência e realidade peculiar, portanto, diversificada, os participantes no processo estarem em igualdade.

Como nos ensina o professor Paulo Freire (1968), “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”, afinal, o conhecimento é fruto das experiências e vivências cotidianas de cada um e do coletivo, o que explica a disposição das quebradeiras em círculo nas rodas da quebra do coco e o coco fica ao meio da roda em monte (ruma de coco), o que facilita o acesso ao coco e agilidade na quebra dele, potencializando a produção da retirada das amêndoas. Essa dinâmica é replicada na sala de aula: carteiras em círculos, em momentos são alunas e em outro são professoras, a oralidade (conversas) e as cantigas, tal como na roda da quebra do coco, também são presentes na sala de aula. Os conteúdos atendem às necessidades observadas.

Pensando no ambiente educacional, que vai para além do espaço físico de quatro paredes, mas que integra as relações entre pessoa e pessoa, entendida aqui também como única, em um corpo que também é território, o espaço em que as pessoas vivem e atuam, no caso o babaçual e toda a sua implicação, formando um conjunto que suscitará e fomentará o processo de ensino e aprendizagem.

O babaçual então, transforma-se numa grande “sala de aula”, espaço em que a educação, como afirma Brandão (2007) é compreendida como sinônimo de prática social a qual deve lutar por uma sociedade igualitária, compatível com as necessidades do povo, proporcionando condições favoráveis para o aprendizado

acontecer, a partir do momento em sintonia e reciprocidade, na qual o babaçual em toda sua extensão vem e vai para sala de aula e, em momentos, é a própria sala de aula.

Assim, a aprendizagem perpassa pela concretude numa práxis em que a “ação”, neste caso, “aprendizagem”, se aprofunda, consubstanciada em reflexões, questionamentos, denúncias, reivindicações, participação, problematização, erros e acertos na busca do bem-viver com lideranças mais bem qualificadas.

Desta forma, o babaçual também nos oferece “professoras”, quebradeiras-troncos do MIQCB, o que nos possibilitou, como afirma Freire (1968), observarmos que “a relação pedagógica é o encontro de sujeitos que se reconhecem como inacabados”.

“Eu não sou professora, sou quebradeira!”, respondeu Rosenilde Gregória, da Regional Baixada, ao ser convidada pela coordenação pedagógica para ministrar a disciplina sobre agroecologia e alimentação saudável para a 2ª turma de mulheres em 2023. Apesar da inquietação demonstrada inicialmente, a aula foi um verdadeiro sucesso: a turma foi envolvida com maestria, com atenção total aos ensinamentos compartilhados.

Recordamos aqui a aula ministrada pela quebradeira Nonata, da Regional Tocantins, que contou aos jovens a história da criação do Movimento das Quebradeiras relacionada à sua própria história de vida. No final da aula, um quiz com perguntas foi proposto para mensurar a apreensão da turma e a disputa foi acirrada; na despedida, um abraço coletivo demonstrou a gratidão à professora.

A quebradeira Zulmira, primeira coordenadora do MIQCB, também veio somar, contando a trajetória do início das atividades das quebradeiras, ora organizadas e constituídas como Associação Interestadual da Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB), sendo coordenadora por assim dizer, mais de uma gestão como transição até se consolidarem as diretrizes e estatuto do Movimento.

As quebradeiras Maria José, Alana, Franciene, Bárbara e Fátima, do Regional Pará, e D. Fátima, do Regional Mearim/Cocais, além de coordenadoras, alunas do Centro, atuaram como monitoras nas turmas dos jovens, auxiliando em sua condução, sempre presentes, acompanhando-os durante as aulas, conversando com os jovens quando sentiam que algum deles precisava de atenção maior quer seja por um problema de saúde ou mesmo a perda de ente querido durante a aula (como aconteceu de uma aluna que perdeu a avó), quer fazendo e servindo chá para problemas de saúde (como agiram com um jovem que teve um desconforto estomacal), e assim, presentes e estabelecendo maior vínculo, identificação e cuidado com as(os) alunas(os) das turmas.

Por ter por como um dos pilares a educação do campo, por conseguinte, a pedagogia da alternância, a qual proporciona ao aluno dividir a aprendizagem em dois momentos: tempo sala de aula e tempo comunidade, um complementando o outro, uma vez que, teoria compartilhada em sala de aula (tempo sala de aula) é aplicada nas comunidades inicialmente de origem dos alunos, como defendem Fernandes e Molina (2005) “é o local de particularidades e matrizes culturais, repleto de possibilidades políticas, formação crítica, resistência, identidade, histórias e produção das condições de existência social”, resultando em atividades realizadas, como pesquisas, entrevistas, vivências, observações e atividades/projetos que lhes proporcionarão fazer uso da teoria em práticas em sua comunidade.

Ampliando a prática e o processo educativo e formativo, coletivo e social, adotou-se a dinâmica de agradecimento aos professores voluntários, amigos do Centro de Formação, que colaboraram durante as aulas. As(os) alunas(os) trouxeram mi-mos (feijão, mel, azeite, farinha, mesocarpo, óleo, sabão, sabonete, artesanatos, fava, etc.) e montaram kits para entregar aos professores no final da aula, oportunidade em que agradeceram em nome da turma, às vezes no formato de poema ou poesia, o compartilhar de saberes.

A sala de aula do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu foi organizada na Casa da Palmeira de Babaçu, sede administrativa do Movimento em São Luís/MA. Uma sala de aula que podemos a primeira comum com quadro, cadeiras escolares e equipamentos de imagem e som. Mas que no contexto do curso representou a extensão do território e das rodas de quebra do coco.

Os achados da observação ativa

A observação ativa e os registros que subsidiam a escrita deste ensaio ocorreram em diferentes etapas no contexto do assessoramento técnico à coordenação do MI-QCB. Acompanhar a mobilização das educadoras quebradeiras de coco babaçu, as relações estabelecidas com as educandas e educandos dentro e fora da sala de aula, as práxis educativas, incluindo o monitoramento das turmas de juventudes no contraturno das aulas, bem como nas viagens de intercâmbio comunitárias realizadas, possibilitou compreender a densidade teórica e prática de uma pedagogia enraizada no conhecimento tradicional.

Esse acompanhamento imersivo desvelou como os saberes são compartilhados e organicamente articulados sob a égide da educação popular e contextualizada, constituindo um modelo formativo singular. Os achados da observação aqui apresentados foram sistematizados em oito elementos constitutivos do que identificamos como “Pedagogia das Quebradeiras de Coco Babaçu”, os quais são detalhados sequencialmente.



FIGURA 1: Pedagogia das Quebradeiras de Coco Babaçu
Fonte: Linhares e Ferreira, 2026.

- a) Educação popular e contextualizada: são as bases para um processo de ensino-aprendizagem enraizado na realidade vivida. Sob essa ótica, o conhecimento parte da leitura crítica do modo de vida e das territorialidades específicas das(os) educandas(os), confrontando diretamente as opressões locais — como o cercamento dos babaçuais, o uso de agrotóxicos e o avanço dos conflitos agrários e fundiários no campo. Esse modelo ganha materialidade prática na Pedagogia da Alternância, incorporada pelo Centro de Formação das Quebradeiras, no qual a integração entre o tempo-escola e o tempo-comunidade possibilita a apreensão dos temas estudados em sala de aula, a partir das vivências no campo e na ação política do Movimento.
- b) Identidade e Territorialidade: constituem pilares fundamentais da Pedagogia das Quebradeiras de Coco Babaçu. O reconhecimento e a valorização de seus modos tradicionais de criar, fazer e viver são centrais no processo de conscientização política e na organização das mulheres e das juventudes, pois o território não é apenas um espaço geográfico, mas a base de sua reprodução cultural e de sua existência coletiva.

- c) Memória e oralidade: ao longo das atividades, o ato de falar, contar reminiscências e partilhar depoimentos evidenciou como a oralidade é um recurso imprescindível na aprendizagem. Ao socializarem suas vivências, as dinâmicas transformam as "doutoras da quebra" em "mestras de si mesmas", expressando textualmente as memórias do trabalho, as opressões enfrentadas e a história de consolidação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).
- d) Interdisciplinaridade/Transdisciplinaridade no ensino-aprendizagem: ao trabalhar diferentes conteúdos, observamos a dialogicidade entre estes, uma vez que, notadamente, um tema faz conexão com outro tema e/ou conjunto de temas, expressando pontos em comum, potencializando o processo de ensino-aprendizagem de modo contextualizado. O relato de experiências vividas é acionado para ilustrar o conhecimento transmitido e facilitar a sua compreensão.
- e) Diversidade de Gênero e Geração: as turmas formativas são constituídas a partir do respeito à diversidade: idade, gênero, nível de escolaridade, entre outros. Marcadamente, o relacionamento entre as gerações destacou-se positivamente em troca de saberes e conhecimentos entre as mulheres mais velhas (curingas) e as juventudes (pindovas), revelando reciprocidade de respeito, admiração e aprendizagem entre as gerações.
- f) Cantos de trabalho como recurso pedagógico: as quebradeiras utilizam músicas como prática pedagógica; no Centro de Formação as músicas eram entoadas durante as aulas, quer ao iniciar as atividades em sala de aula, nas músicas, nas animações, nos momentos de descontração, ou mesmo como recurso pedagógico ilustrativo, dinâmico de fixação, consolidação e memorização do ensinado e aprendido.
- g) Luta e ação coletiva como prática educativa: no tempo-escola, experiências de luta e a ação coletiva exemplificam estratégias de organização, mobilização e incidência política das quebradeiras de coco babaçu ao longo do tempo, e, no tempo-comunidade, as educandas(os) são convidadas(os) a participar de ações diversas promovidas pelo MIQCB, fato que colabora fundamentalmente para a transição da consciência individual para a ação política coletiva, impulsionando a emancipação e autonomia das mulheres na defesa de seus direitos.

- h) Acolhimento e cuidado: a afetuosidade na recepção das(os) educadoras(es), educandas(os) e parceiras(os) propicia um ambiente escolar acolhedor durante as formações. Por vezes, as quebradeiras de coco babaçu que estiveram realizando o monitoramento das turmas de juventudes, prepararam chás medicinais e acompanharam educandas(os) que necessitaram de atendimento hospitalar; nos casos de ansiedade, uma boa conversa também ajudava a acalmar; são aqueles cuidados de mãe e de avó que se vivem nos territórios, estendidos para o ambiente escolar.

Em linhas gerais, esses oito elementos constitutivos da “Pedagogia das Quebradeiras de Coco Babaçu” não se esgotam nesta análise. Funcionam, na verdade, como um ponto de partida para que futuros estudos aprofundem a discussão sobre o tema, inclusive identificando novas dimensões e percepções. Sob a ótica da educação popular, as trajetórias de luta do Movimento, as vivências cotidianas e a ação política coletiva convertem-se na matéria-prima de uma práxis pedagógica intencional e profundamente emancipatória.

Dentre esses elementos, a oralidade sobressai como o cerne pedagógico e metodológico das quebradeiras. Conforme aponta Delgado (2010), a história oral legitima as narrativas faladas como fontes documentais legítimas, viabilizando pesquisas (auto)biográficas amparadas na reconstituição da memória. Essa dinâmica fundamenta uma prática educativa alicerçada nos saberes ancestrais, na territorialidade, na sustentabilidade, na intergeracionalidade, na afetividade e no acolhimento.

Essa articulação teórica e prática evidencia que a pedagogia territorializada ultrapassa os limites do ensino tradicional ao centralizar a realidade vivida. A observação ativa permitiu constatar que o espaço de aprendizagem, como Centro de Formação, se consolida como um território de resistência, no qual o diálogo contextualizado impulsiona a leitura crítica do mundo. Como resultado, as mulheres e as juventudes agroextrativistas tornam-se instrumentalizadas na luta por autonomia e na defesa de seus babaçuais.

Resultados e perspectivas futuras

Os dois primeiros anos de desenvolvimento do curso de extensão interestadual no Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu revelam o fortalecimento da “Pedagogia das Quebradeiras de Coco Babaçu” enquanto *práxis* educativa. Esta proposta pedagógica consolida-se a partir de características próprias, profundamente enraizadas na identidade, na territorialidade e nas lutas coletivas das

mulheres em defesa de seus direitos. Trata-se de uma educação em movimento, caracterizada por uma ação contínua, sistemática e permanente.

O impacto quantitativo e qualitativo dessas ações reflete-se no biênio 2023–2024, período em que o Movimento formou 98 lideranças, entre mulheres e jovens. Vindas de 32 comunidades e distribuídas por 60 municípios, essas lideranças geraram um impacto indireto sobre 392 pessoas nas bases comunitárias nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Esse processo pedagógico contou com o suporte fundamental de 57 educadores voluntários e 23 monitores.

O avanço institucional consolidou-se por meio de parcerias estratégicas. A articulação com o Instituto Federal do Maranhão (IFMA - Campus Centro Histórico) garantiu a certificação do curso de extensão e o suporte de monitores extensionistas do curso de Licenciatura em Artes Visuais, além do fomento a pesquisas.

Paralelamente, a cooperação com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) resultou na criação da Licenciatura em Educação do Campo (com habilitação em Ciências Humanas), promovida pelo Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica (PROETNOS) — marco histórico por ser o primeiro curso universitário direcionado especificamente às quebradeiras de coco babaçu e agroextrativistas no Brasil.

Essas ações impulsionaram ainda mais a incidência política do MIQCB na defesa da educação do campo. No Maranhão, o Movimento passou a integrar o Fórum Estadual e o Comitê Estadual de Educação do Campo. No Tocantins, a atuação concentrou-se na construção da proposta do curso de graduação em engenharia agrônoma articulado junto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Instituto Federal do Tocantins (IFTO - Campus Araguatins), entre outras ações.

Visando fortalecer a governança e dar vazão às crescentes demandas institucionais, a coordenação executiva instituiu, em 2025, a Comissão de Educação Popular e Contextualizada do MIQCB. Constituído majoritariamente por egressas do Centro de Formação e com representantes das seis regionais, a Comissão foi desenhada para apoiar a coordenação no acompanhamento e a articulação política do eixo de educação contextualizada, abrindo novos horizontes institucionais e perspectivas de ações estratégicas.

Sob a liderança dessa comissão, estruturou-se a primeira formação itinerante do Centro de Formação: o curso “Mulheres nas Rodas da Aprendizagem: ação política e mobilização social para o bem viver”. A iniciativa reforça a territorialização do ensino ao descentralizar as aulas para espaços nas comunidades, incluindo pontos de memória, espaços sagrados, nos babaçuais e nas organizações locais nas regionais. Essa metodologia não apenas expandiu a experiência da formação e a rede de

educadores voluntários, mas também potencializou o alcance da formação política das lideranças locais.

Essas experiências demonstram como a “Pedagogia das Quebradeiras de Coco Babaçu” vem avançando em perspectivas cada vez mais amplas e transformadoras. Ao articular com sucesso o rigor acadêmico das parcerias institucionais à riqueza metodológica das vivências itinerantes e territoriais, o Centro de Formação consolida-se não apenas como um espaço de ensino-aprendizagem, mas como um autêntico espaço de trocas, emancipação política e social.

O protagonismo das mulheres e das juventudes agroextrativistas, chancelado pela atuação estratégica da Comissão de Educação Popular e Contextualizada, reafirma que a sustentabilidade e a preservação dos babaçuais caminham de mãos dadas com a educação popular e o fortalecimento comunitário. Dessa forma, a prática educativa do MIQCB projeta-se para o futuro como uma política de resistência viva, sistemática e permanente, capaz de ressignificar os saberes tradicionais do campo e expandir as fronteiras da incidência política nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CALDART, Roseli Saleta (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CARRILO, Alfonso Torres. **A educação popular na contemporaneidade: desafios e perspectivas**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Repositório Institucional da UFPB*. João Pessoa: UFPB, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 27.ago.2026. (Nota: O sobrenome correto do autor é Torres Carrillo, e o ano original do texto citado é 2004, embora republicado em coletâneas posteriores).

DELGADO, L. de A. N. **História oral: memória, tempo, identidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERNANDES, Bernardo Maçando. MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia M.S.A. (Orgs.). **Por uma educação do campo - contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer - teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). **Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu: Plano Pedagógico Institucional** revisado. São Luís: MIQCB, 2024.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). **Plano Estratégico Institucional (PEI 2024-2028)**. São Luís: MIQCB, 2023.

Curricularização da extensão e formação docente: o que podemos aprender com a educação popular?

Luciene Amorim Antonio¹

Os Institutos Federais, constituídos através da Lei nº. 11.892/2008, trazem em suas concepções e diretrizes uma nova forma de pensar a identidade institucional, bem como a oferta de educação profissional no Brasil. Esta nova identidade revela uma quebra de paradigma considerando a história dessa modalidade educacional em nosso país, qual seja, uma escola de ensino técnico profissionalizante para os filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras com um caráter disciplinador visando garantir a ordem social.

Esta quebra de paradigma coloca os Institutos Federais como uma política pública comprometida com a transformação social, a partir de uma educação de qualidade que agregue ensino, pesquisa e extensão, e que esteja alinhada às necessidades, projetos e anseios das comunidades, grupos e movimentos sociais do entorno de suas atuações. Assim temos nas Concepções e Diretrizes (2008, p. 24):

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal. O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. No local e no regional, concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. A interferência no local propicia alteração na esfera maior.

¹ Doutora em Educação pela USP. Docente do IFMA – Campus São Luís Centro Histórico.

O desafio é, portanto, conhecer a realidade na qual está inserido para buscar formas de superação do modelo de subordinação, a competitividade, as contradições sociais, a partir da aplicação e socialização do conhecimento científico e tecnológico. Conhecer a realidade das comunidades é também estar atento aos saberes produzidos por elas, aos seus valores, seus atores, suas diversidades, para que se promova troca e socialização de saberes, para que o conhecimento seja uma construção e não uma imposição, principalmente na perspectiva do saber formal ao saber informal. Socializar conhecimento é promover cidadania.

O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (Brasil, 2008, p. 23).

Não se pode perder de vista que estamos tratando de formação de trabalhadores, e neste sentido é fundamental termos em vista a intencionalidade dessa formação diante de um mundo marcado por desigualdades. Além da intencionalidade, é fundamental termos o compromisso de ofertar uma educação libertária, inclusiva, de qualidade, para que a classe trabalhadora tenha elementos para superar a subalternidade, que se constitui um dos pilares de manutenção da hegemonia das elites.

A partir desses pressupostos, este artigo propõe-se a refletir sobre a necessidade urgente da aproximação da educação formal, via Institutos Federais, com a educação popular, notadamente desenvolvida por alguns movimentos sociais organizados, como forma de construir um modelo educacional emancipatório e revolucionário que atenda às demandas dos trabalhadores.

Extensão universitária, educação popular e movimentos sociais

O que pretendemos não é o caminho acadêmico de perceber como o saber institucionalizado “molda” ou contribui com a educação popular. Ao contrário, nosso olhar é instigar as contribuições da educação popular para o desenvolvimento de saberes, currículos e práticas, em especial para a formação de profissionais docentes, a partir da extensão universitária.

A nova institucionalidade da Rede Federal de Educação Profissional trazida pela Lei 11.892/08 equiparou os Institutos Federais às Universidades federais. Essa

equiparação reforça, para além de outras questões, a verticalização do ensino profissionalizante para garantir a ampliação da formação, bem como traz a necessidade de conjugar o tripé “ensino, pesquisa e extensão” de maneira mais eficiente e planejada, no sentido de promover o desenvolvimento científico e tecnológico.

Além disso, a previsão legal de oferta de cursos de Licenciatura na referida lei coloca a responsabilidade e compromisso social dos Institutos com a formação docente para atendimento da educação básica.

As Licenciaturas vêm, paulatinamente, sofrendo adequações em suas legislações para proporcionar uma formação mais próxima da realidade social e da sala de aula, que respeite autonomia do educando e principalmente leve a um engajamento maior da universidade com a sociedade, tal como se observa pela curricularização da extensão, normatizada no Brasil por meio da resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, em atendimento ao estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 que fixou na meta 12, estratégia 7 que trata de um percentual de 10% da carga horária total dos cursos de graduação a ser destinado para a extensão (Brasil, 2014, 2018).

Historicamente, tem-se o modelo de extensão universitária baseado no assistencialismo, numa relação em que as Instituições de ensino superior saem do seu local sacralizado para levar o saber às comunidades, colocando um traço elitista e de hierarquização do conhecimento que precisa ser repassado para aqueles que não o detém. Além disso, a extensão era vista como a devolutiva que as Instituições davam para o investimento feito pela sociedade, reiterando o traço de superioridade e de não participação da coletividade.

A ideia que precisa ser construída é de que a extensão é uma troca de conhecimentos entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e a sociedade, levando em conta os saberes tradicionais, os costumes, a cultura popular, os ensinamentos ancestrais, o protagonismo dos sujeitos. Este é um espaço onde todos ganham, principalmente os profissionais docentes em formação, pois podem experimentar situações concretas de aprendizagem e construção de cidadania, inclusive e notadamente em espaços não formais de educação. Além disso, o envolvimento com a realidade pode desvelar com mais clareza o campo de disputas que é a educação ao colocar as diversas contradições e desafios da prática docente.

Neste aspecto registramos o importante papel dos movimentos sociais que historicamente lutam de forma coletiva para externar e defender as suas demandas, trazendo sempre a consciência da luta de classes e da organização popular. Como nos coloca Bauer (2012, p. 31)

Não podemos, em nosso entender, negligenciar, retirar, suprimir da história e, em particular, da história da educação, o papel de homens e mulheres que nos sindicatos, nas associações de moradores e nos mais diversos movimentos lutaram para democratizar o saber, utilizando esses conhecimentos para potencializar o combate às desigualdades sociais, fruto da lógica capitalista de produção.

Dessa forma, a educação popular, oriunda dos movimentos sociais, alimentada e plantada nas práticas e no cotidiano das lutas sociais, nos traz uma educação para além das práticas formais, que estão adequadas às realidades e às especificidades das realidades dos educandos.

Por muito tempo, a educação popular foi condicionada aos currículos da educação tradicional, sem levar em conta a realidade das diversas populações. Entretanto, a dinâmica dos movimentos sociais, as urgências das lutas e demandas, impuseram uma urgência em criar resistências, principalmente quando se tratava de colocar o protagonismo de seus sujeitos.

Essa postura é fruto de um processo histórico de lutas e resistências, considerando a educação como um campo de disputa, em que os interesses da classe trabalhadora são ignorados, e levados em conta apenas quando servem aos interesses dominantes, como o atendimento às demandas do mercado no que tange à formação de mão de obra; o caráter disciplinador e de contenção da violência, e o atendimento aos organismos internacionais para aparentar diminuição de desigualdades (Canan, 2016).

Além disso, o crescente processo de emancipação dos movimentos sociais possibilitou a consolidação de práticas educativas que se colocam antagônicas aos processos formais, ao passo que também estão inseridos neles, numa percepção de que não podem ainda estar desligados do sistema econômico vigente, o capitalismo. Nesta direção, tem-se de forma organizada a formação voltada para a emancipação dos sujeitos, dentro e a partir de suas próprias realidades, aproximando-nos do conceito de “intelectual orgânico” de Gramsci (2014), que tem o compromisso de permanecer organicamente vinculados à sua classe de origem, servindo como multiplicador de conhecimento.

Assim, coloca-se sobremaneira a concepção freiriana de educação comprometida com a transformação da sociedade. Porém, não estamos aqui para falar do ensino, mas sim da extensão universitária, formação docente e sua relação com os movimentos sociais e para refletir sobre como as práticas dos movimentos sociais organizados podem potencializar a formação docente no sentido da emancipação.

Dessa forma, é primordial abandonar a ideia de uma extensão universitária elitista, que vê os grupos sociais como meros receptores do “notório saber” produzido

pela Academia. Coloca-se a necessidade de perceber a extensão universitária como local de troca, de aprendizado mútuo, de aprender fazendo, de escuta, de ver para além dos muros, de experienciar, ou seja, uma “extensão que favoreça uma leitura de mundo” (Fontenele, 2023, p. 6).

Neste sentido, e tendo como referência a construção histórica dos movimentos sociais de uma educação popular emancipatória, observamos que estes construíram uma trajetória diferenciada e crítica. As práticas dos movimentos sociais estão alicerçadas em pressupostos como liberdade, protagonismo, decisões coletivas, diálogo, abertura à escuta, autonomia, respeito, humanização, ética, esperança (Carneiro, 2020) apontam para aspectos que contribuem sobremaneira para uma nova perspectiva de formação docente, mais engajada com as questões sociais e políticas no nosso tempo.

A curricularização no IFMA: um recorte sobre extensão e formação docente

O Instituto Federal do Maranhão regulamentou através da Resolução IFMA-CONSUP 32/2021 de 4 de novembro de 2021 a curricularização da extensão na Instituição.

Destacamos o Cap. III, Art. 12, inciso IV que trata de um dos objetivos da curricularização: “atender à comunidade externa como processo de aplicação de soluções acadêmicas ou institucionais a questões do meio social, especialmente junto a grupos em vulnerabilidade socioeconômica e/ou ambiental”, e os princípios que norteiam essa prática no IFMA, em que se destacam o protagonismo dos discentes, a relação horizontal e democrática com a comunidade externa, integração das áreas de conhecimento e dos diversos segmentos da comunidade universitária, demonstrando a intencionalidade da instituição.

Neste sentido, analisamos as contribuições da extensão universitária no processo de formação docente, em especial no Curso de Licenciatura em Artes Visuais, ofertado pelo IFMA – Campus São Luís Centro Histórico, considerando o perfil de profissional que se almeja formar, bem como as implicações dessa formação em uma sociedade eivada de desafios.

A partir de convênio de cooperação técnica firmado entre o Campus e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins (MIQCB) foi possível a oferta de cursos livres às mulheres dos estados atendidos pelo movimento.

O curso teve como público-alvo, inicialmente, 30 mulheres quebradeiras de coco babaçu, e depois ampliou-se para 30 jovens também das comunidades escolhidas pelo coletivo. Houve a participação de seis alunos licenciandos extensionistas, que puderam participar de atividades sobre elaboração de projetos, discussões sobre questão agrária, educação do campo, produção audiovisual, além de vivenciar a pedagogia da alternância.

O projeto de extensão visava aproximar a Instituição dos movimentos sociais a partir da proposta de educação popular, crítica, emancipatória e que os conteúdos estivessem alinhados aos interesses de formação das quebradeiras de coco. Além disso, buscava estimular a produção científica e acadêmica, com uma produção final de um audiovisual sobre a história da educação do campo no Maranhão.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins emerge como uma organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos desse grupo, dando às mulheres a possibilidade de serem vistas e reconhecidas. Isso possibilita a chance de se desenvolverem por meio do conhecimento e da experiência que o trabalho do movimento oferece e de adquirirem visão ampliada de mundo, para além das comunidades de que fazem parte. A luta pelo direito à terra e ao babaçu, e também pela qualidade de vida da mulher no campo. O MIQCB tem como missão organizar as quebradeiras de coco babaçu para que conheçam seus direitos, a fim de promover a autonomia política e econômica em defesa das palmeiras de babaçu, dos territórios, do meio ambiente e da luta pela melhoria de suas condições de vida e de suas famílias, com base no bem viver (MIQCB, 2025).

O MIQCB tem um histórico de lutas no campo para a garantia de condições dignas de trabalho para uma população notadamente formada por mulheres. No âmbito dessas conquistas temos a Lei do Babaçu Livre que garantiu o livre acesso aos babaçuais e a preservação das florestas, das fontes de água e da terra. Além disso, o movimento vem investindo na venda de produtos feitos dessa matéria-prima, em uma perspectiva sustentável e de economia solidária, respeitosa ao meio ambiente e à ancestralidade.

Para consolidar essa luta, investiram em parcerias com vários organismos internacionais, que financiam projetos e iniciativas de formação, além de instituições de ensino, visando garantir a formação certificada e reconhecida formalmente.

Neste aspecto, é imprescindível registrar o planejamento estratégico que coloca a educação contextualizada como um dos eixos de ação, junto à preocupação com as questões de gênero, de autossustentabilidade das mulheres. O projeto estratégico

dá ênfase à formação e autonomia das mulheres, corroborando com o pensamento de Gramsci (2014, p. 19):

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

Nesta perspectiva, a extensão universitária não assume caráter assistencialista e nem a pretensão de proporcionar “emancipação” ao movimento social. Está numa posição de mediação entre os saberes formalmente produzidos e socialmente reconhecidos como “científicos” e as práticas e saberes ancestrais, que podem tomar o seu lugar de *práxis*, entendida aqui como uma prática refletida.

Percebemos, ainda, que é visível em nossa sociedade uma tentativa de privilegiar a escola como um espaço de educação formal em detrimento das possibilidades educativas existentes nos movimentos sociais. Estes, por sua vez, possuem uma dimensão educativa por meio das experiências proporcionadas aos sujeitos das práticas sociais. Tendo isso em vista, consideramos que tanto a escola quanto os movimentos sociais são espaços legítimos de desenvolvimento de uma educação crítica e emancipadora (Maciel, 2011, p. 337).

A proposta de termos a oferta de cursos às quebradeiras de coco, em um ambiente em que os discentes puderam ter acesso a práticas educativas não-formais, contra-hegemônicas, que carregavam uma experiência rica de conhecimentos e sentidos, longe da fragmentação historicamente colocada nos currículos tradicionais, entre teoria e prática, proporcionou a construção de um conhecimento significativo, que pode impactar positivamente na formação dos futuros profissionais docentes, uma vez que eles puderam vivenciar discussões, práticas que remetem a um novo fazer, calcado em valores do campesinato e da luta: coletividade, diálogo constante com as bases, gestão democrática, participativa e compartilhada; respeito ao próximo, à natureza e à ancestralidade; horizontalidade nas decisões, protagonismo, solidariedade, partilha de alimento e de conhecimento, consciência de classe, respeito às especificidades dos discentes, consciência de que cada um é um multiplicador de conhecimento.

Dessa maneira, a curricularização da extensão caminha para romper com a simples obrigatoriedade legal e resgata o sentido de uma Universidade viva e partícipe das transformações pelas quais a sociedade precisa passar, pois é capaz de compreender criticamente as desigualdades sociais.

Isto posto, conforme nos colocam Bezerra, Sousa e Colares (2022, p. 17), “a extensão universitária (...) pode vir a ser mais um instrumento para a formação docente pela *praxis* emancipadora que conduza a um desenvolvimento crítico, centrado na compreensão e na transformação da realidade educacional”.

Dessa forma, acreditamos ser de fundamental importância que a curricularização no IFMA aconteça a partir de uma aproximação aos movimentos sociais, refrescando a nossa memória histórica sobre o sentido da universalização do conhecimento e a consciência de que todos, à sua maneira, contribuem para o fortalecimento da ciência e da sociedade.

Considerações finais

A institucionalização da curricularização da extensão universitária traz grandes desafios, dentre os quais destacamos a necessidade da superação do papel assistencialista e de fonte de notório saber junto às comunidades atendidas, que se aproxima do conceito de “educação bancária” cunhado por Paulo Freire.

O caminho apontado por este artigo vai ao encontro da educação popular desenvolvida notadamente no seio dos movimentos populares, como um referencial de prática pedagógica e social, que responde ao anseio ético-político e intelectual da classe trabalhadora, pois é voltada para os seus interesses.

Dessa maneira, as práticas pedagógicas presentes na educação popular podem contribuir dialeticamente com a escola formal, fomentando espaços de cultura, ciência e tecnologia dentro e fora dos muros institucionais. A extensão universitária pode contribuir para que as comunidades atendidas se sintam elaboradoras de seus próprios conhecimentos, protagonistas da transformação social de que tanto almejam.

Esta postura dialética quando alinhada à formação do profissional docente pode contribuir para que os profissionais compreendam que a educação é política – enquanto um espaço de disputas de poder e de ideologias –; que a escola pública pode ser um *locus* privilegiado de emancipação, produção de conhecimento significativo para a sociedade e principalmente, para a classe trabalhadora. Essa consciência pode contribuir com uma prática docente ressignificada e revolucionária, pois apta a superar a distância entre o pensar e o fazer.

Referências

BAUER, Carlos. (org.). **Educação além da escola**: a batalha ideológica e as práticas culturais da resistência no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1984), Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2012.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. 4 ed. rev. Brasília: Liber Livro, 2008.

BEZERRA, A. N. S; SOUSA, F. M. L de; COLARES, A. A. **A curricularização na formação docente**: aproximações e contradições para uma práxis emancipadora. <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20879>. Acesso em 22.jul.2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2 ed. Brasília (DF): Edições Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/32890>. Acesso em 2.jun.2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192. Acesso em 2.jun.2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Institutos Federais**: concepções e Diretrizes. Brasília (DF), 2008.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em 2.jun.2025.

CANAN, Silvia Regina. **Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais**: só há intervenção quando há consentimento? Campinas-SP: Mercado das Letras, 2016.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. **A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gFvkWgJTdRjdrJfyNqF3LPt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10.ago.2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Vol. 2.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular.** Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/4304>. Acesso em: 11.ago.2025.

MEDEIROS JÚNIOR, Cândido Augusto. **Terra Bela:** memórias, significados e escolarização em um assentamento rural em Buriticupu-MA. São Luís: EDUFMA, 2010.

MIQCB. **[Sítio institucional]**. Disponível em: <https://miqcb.org.br/sobre-nos/>. Acesso em 15.ago.2025.

Ativismo de mulheres no mundo e no Brasil e a atuação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Viviane de Oliveira Barbosa¹

Maíssa Barros Ribeiro²

Kaike José Magalhães Borges³

Ao longo da história brasileira, mulheres do campo e das cidades se organizaram em ativismo político, trocando experiências de formas diversas, operando em assistências mútuas e/ou lutando por direitos sociais. Nos últimos anos, é reconhecido o seu protagonismo na maioria dos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho, nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais, bem como em mobilizações de causas exclusivamente femininas, constituindo, assim, participação ativa e preponderante na maioria das ações coletivas públicas. Porém, apesar da considerável presença nas lutas e conquistas por direitos igualitários e em reivindicações mais amplas, ainda opera uma significativa invisibilidade ou tentativas de apagamento das lutas das mulheres e de sua atuação nas decisões políticas.

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Programa de Pós-Graduação em História (UEMA) e do PROFHISTÓRIA (UFMA).

² Graduando em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

³ Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Quando nos perguntamos sobre as principais ações coletivas que envolvem o protagonismo das mulheres, encontramos essa presença em diferentes esferas, tais como:

- redes associativas e de mobilização estruturadas em organizações não governamentais;
- associações comunitárias e de bairros;
- entidades assistenciais;
- organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social;
- organizações populares que atuam junto a mediadores (entidades articuladoras e fóruns);
- movimentos sociais propriamente ditos, no campo ou nas cidades;
- ações de desobediência civil e contestação de regimes autoritários;
- conselhos de gestão pública (Gohn, 2011; Barbosa, 2022).

A proposta deste texto é apresentar um amplo panorama do ativismo de mulheres pelo mundo e no Brasil, com foco especial nas lutas desencadeadas a partir da segunda metade do século XX e com ênfase nas ações camponesas e na atuação de mulheres quebradeiras de coco, que se organizaram em coletivo próprio, a partir de suas demandas específicas, originando o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), presente ainda hoje em quatro estados da federação brasileira (Barbosa, 2019).

A participação feminina em movimentos sociais pelo mundo

Tratar da participação feminina em movimentos sociais é abordar um histórico de exclusão, embora as mulheres sejam, historicamente, sujeitos de sua própria existência e sua atuação seja relevante desde as sociedades mais antigas, como aponta a historiografia, em especial aquela que aborda a história de mulheres e das relações de gênero. Apesar disso, esse protagonismo só recebeu visibilidade pública nos últimos anos e é notadamente atribuído aos movimentos feministas contemporâneos desencadeados na Europa e nos Estados Unidos, ao norte do globo.

Desde o século XIX, noticiamos a participação feminina em prol da libertação e emancipação da mulher, aliada ao ativismo pela garantia e materialização de direitos civis, sociais e políticos para o público feminino. Quando o movimento das

sufragistas emergiu ao final da década de 1880, mobilizando protestos nos EUA e na Europa, não reivindicava apenas o voto feminino, mas protestava também contra a teoria de ser o homem a “cabeça”, o “sacerdote” da casa, o chefe da família, da Igreja e do Estado. A luta pelo sufrágio feminino também teve seu impacto no Brasil, a exemplo da cientista Bertha Maria Júlia Lutz, que criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), organização de mulheres cuja luta se guiou principalmente pela implementação do voto feminino. A vitória completa a esta demanda só viria na década de 1930, com o voto feminino garantido na Constituição brasileira de 1934 (Gohn, 2010). Esse período, como destaca Teles (1999), é acompanhado de movimentos femininos que caminhavam paralelamente – as sufragistas, as tecelãs e costureiras grevistas – havendo reivindicações pelo voto e pela cidadania negada, pela redução da jornada e por melhores condições de trabalho.

Também no século XIX, causas abolicionistas foram abraçadas por mulheres brasileiras, professoras, escritoras ou artistas: Chiquinha Gonzaga, a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil harmonizando o popular com o erudito, famosa por compor a primeira marchinha de carnaval “Ó Abre Alas”; Nísia Floresta, educadora feminista, fundou o Colégio Augusto no Rio de Janeiro, e era amplamente criticada por inovar na educação das meninas (Gohn, 2010; Teles, 1999); e Maria Firmina dos Reis, mulher maranhense, a primeira brasileira a publicar um romance, escritora negra que abordava os males da escravidão. Segundo Maria Firmina dos Reis (2017 [1859]), “a mente, esta ninguém pode escravizar”.

Em 1960, ocorreram protestos civis por direitos sociais e políticos, bem como a efervescência contra os projetos coloniais em África, levando a contestações públicas ao domínio colonial e ao racismo generalizado no continente e gerando a independência dos países africanos. No contexto americano e africano, as mulheres se uniram a outras “minorias” oprimidas: negros, estudantes, trabalhadores de fábricas, dentre outros. Nos anos 1970 e 1980, houve levantes generalizados contra o regime de apartheid na África do Sul, fomentando a participação de mulheres no processo de abertura política sul-africano para garantir demandas específicas das mulheres, como trabalho, saúde, terra e moradia (Barbosa, 2022).

Já o feminismo brasileiro dos anos 1970 foi marcado pela contestação à ordem política instituída no país pelo golpe militar de 1964. No Brasil das décadas de 1960 e 1970, a presença das mulheres na luta armada implicava em se insurgir contra a ordem política vigente, e representou uma profunda transgressão ao padrão social de mulher difundido na época, questionando as naturalizações acerca da biologia/anatomia feminina. As mulheres foram se incorporando em organizações de esquerda, tanto no campo quanto nas cidades (Teles, 1999).

Em 1975, foi instaurado o Ano Internacional da Mulher por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e as brasileiras retomaram o movimento feminista, atuando em grupos de estudos e programando mobilizações; integraram-se aos movimentos democráticos e engrossaram fileiras dos movimentos pela anistia, por liberdades políticas e por uma constituinte livre e soberana (Teles, 1999). Em meados da década de 1970, muitas delas atuavam na clandestinidade em meio à ditadura, na resistência armada, no abrigo a pessoas perseguidas, mas também havia aquelas que saíam às ruas em passeatas femininas, em diversas práticas consideradas subversivas, como a incansável luta de mães que buscavam notícias de seus filhos desaparecidos nos “porões da ditadura civil-militar”.

Na Argentina, há o exemplo das Mães da Praça de Maio (em espanhol, Asociación Madres de la Plaza de Mayo), movimento criado durante a ditadura do país (1976-1983), constituído por mulheres que se mobilizaram por seus filhos desaparecidos pelo regime, realizando protestos semanais na praça que testemunhou acontecimentos políticos e sociais importantes na Argentina. Esse movimento é, sem dúvida, um dos mais representativos do mundo durante e após as ditaduras do Cone Sul.

Em toda a América Latina, a superação dos períodos ditatoriais foi imprescindível para a garantia dos direitos da população feminina. Isso porque os governos autoritários latino-americanos basearam-se na violência, tortura, cerceamento à liberdade de expressão e violação das liberdades básicas dos cidadãos, bem como no aumento da concentração de terras. A luta pela liberdade feminina foi bastante suprimida durante as ditaduras, marcando um processo intenso de mobilização pela garantia dos direitos humanos.

Em 1980, as mulheres assumiram-se como militantes nos movimentos, partidos políticos e sindicatos, e estiveram igualmente presentes em movimentos sociais e na criação de ONGs que emergiram e se consolidaram. Em 1990, as ONGs criadas e coordenadas por mulheres se multiplicaram em todas as classes e camadas sociais e foram se tornando a forma de representação predominante das mulheres no Brasil, visando o empoderamento pela educação e conscientização, principalmente no âmbito político e trabalhista. Nas últimas décadas do século XX, as organizações de mulheres de diferentes setores foram se tornando marcantes no Brasil e no mundo.

Nesse período, mobilizações negras foram se consolidando e instituições foram sendo criadas, a exemplo da Casa da Cultura da Mulher Negra, no estado de São Paulo, fundada em 1990, com a proposta de promover a valorização e a visibilidade das mulheres negras, bem como o fortalecimento de identidade e a luta contra o racismo e o sexismo. No Maranhão, temos exemplos expressivos da presença das

mulheres nos movimentos sociais negros, desde os anos 1970, como o Movimento de Mulheres Mãe Andresa e a atuação feminina no movimento reggae e em processos de consciencialização contra o racismo. No campo da educação para uma consciência negra, o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) também teve atuação expressiva, com a presença de mulheres militantes notáveis, a exemplo da intelectual Mundinha Araújo.

Movimentos de mulheres camponesas no Brasil contemporâneo

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), o mundo vivenciou a estruturação de uma nova ordem política e econômica. Com os horrores praticados durante a guerra, resultado das bases violentas do fascismo italiano e do nazismo alemão e das práticas violentas na África e na Ásia, os principais países do globo introduziram um verdadeiro plano econômico mundial, baseado na abertura das economias nacionais ao capital estrangeiro e na restrição da intervenção estatal.

Em um contexto internacional de Guerra Fria, houve uma grande escalada de disputas políticas e econômicas que atingiram diretamente os sujeitos e grupos pelo mundo. Antes do contexto de golpe militar no Brasil (1964), espalhava-se pela América Latina a esperança de uma possibilidade revolucionária, ocasionada pelo advento da Revolução Cubana (1959). Essa onda ideológica trouxe influências que serviram de base para a estruturação de diversos movimentos sociais no Brasil, especialmente os movimentos socialistas e de esquerda, incluindo as ações camponesas.

O período da ditadura civil-militar (1964-1985) foi intensamente marcado por conflitos no campo, proporcionando um cenário de lutas sociais camponesas radicais por todo o interior do Brasil. As medidas do regime militar colocaram em estagnação as conquistas recentemente adquiridas pelo governo de João Goulart, interrompido pelo golpe militar que pôs em prática um modelo agrário predatório e conflituoso, legalizando atos como a grilagem e a apropriação fraudulenta de terras (Brasileiro, 2019). No Maranhão, a Lei Sarney de Terras (1969) foi responsável por incentivar a ocupação de terras públicas por empreendedores e industriais de outros estados brasileiros, marginalizando um número significativo de camponeses das terras que ocupavam ancestralmente (Barbosa, 2019).

Surgem, nos meandros do cenário agrário brasileiro, movimentos e organizações pioneiras nas lutas sociais rurais, caracterizando-se pelo protagonismo frente aos conflitos no campo e à precarização aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

As Ligas Camponesas, exemplo dessas organizações, além de possuírem participação de base camponesa, contavam com o apoio de partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e de setores mais progressistas da Igreja Católica.

Em suma, as Ligas Camponesas lutavam contra a expulsão de foreiros, meeiros e arrendatários de suas terras e contra a sua proletarização. Sua formação teve foco especialmente na região nordeste do país a partir da década de 1950, inspirada na luta por melhoria das condições de vida e de trabalho dos sujeitos do campo. Além disso, suas reivindicações eram pautadas na autonomia do trabalho com a terra, ou seja, suas demandas contrariavam o modelo de operação e produção capitalista.

Na realidade rural nordestina, houve uma importante liderança feminina, fruto das Ligas Camponesas, a paraibana Elizabeth Altino Teixeira, que, após o assassinato de seu companheiro, João Pedro Teixeira, assumiu a liderança na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, tornando-se uma figura exemplar de resistência e luta no campo. Com a morte de seu marido, Elizabeth assumiu a presidência da Liga da Paraíba, onde permaneceu até o golpe de 1964. Após a instauração do regime militar, passou a viver clandestinamente no interior do estado do Rio Grande do Norte (Brasileiro, 2019).

As Ligas Camponesas tinham reivindicações consideradas radicais pelo regime militar, o que ocasionou uma repressão forte a elas. Sua defesa pela reforma agrária difundia o lema “na lei ou na marra” em eventos, congressos e encontros da mulher trabalhadora (Brasileiro, 2019). O referido lema também está presente nas memórias e histórias de quebradeiras de coco e trabalhadores agroextrativistas acerca da luta pela terra e pelo acesso aos babaçuais em várias regiões do Maranhão (Barbosa, 2019).

Uma importante atuação no campo brasileiro foi o trabalho da Igreja Católica progressista nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), criadas durante a década de 1960 dentro de movimentos populares da Igreja Católica e inspiradas pela Teologia da Libertação – uma nova interpretação teológica do catolicismo, na qual a percepção da fé cristã deveria conectar a luta por justiça social e pelos mais vulneráveis. Como destaca Barbosa (2019), a Teologia da Libertação foi uma corrente de pensamento e de ação política importante na América Latina ao longo de toda a segunda metade do século XX, e consolidou “um estilo próprio de interpretação do marxismo, específico ao cristianismo da libertação” (Barbosa, 2019, p. 156).

Com isso, a Igreja serviu como refúgio para a resistência camponesa durante os anos de repressão da ditadura militar. As CEBs tinham relação “com a educação não formal, que naquela época também buscava formar politicamente seus participantes, dando-lhes instrumentos para uma visão crítica do mundo” (Gohn,

2011, p. 347). As atuações das CEBs, respaldadas por um forte teor crítico, foram essenciais para reivindicações de serviços básicos, como saúde, educação, moradia, trabalho digno e justa distribuição da terra por meio da reforma agrária. E as mulheres sempre estiveram nessas experiências.

Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização também vinculada à Igreja. Sua formação foi essencial na resistência aos conflitos e principalmente aos recorrentes episódios de violência no campo, intensificados durante a ditadura. Suas ações respaldaram posseiros em regiões do Sul, Centro-Oeste e Norte do país. Com o crescimento dos casos de violência no contexto rural, a CPT ganhou alcance em todo território nacional. Por meio da participação nas CEBs e nos sindicatos, as mulheres, aos poucos, foram despertando para as questões de gênero, percebendo que a sociedade lhes dava, estruturalmente, menos oportunidades (Barbosa, 2019). No final da década de 1970, surgiu o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) que também foi pioneiro nesse processo de luta por reforma agrária e contra a opressão camponesa. A luta do MST historicamente envolve as mulheres, embora isto não fosse publicamente tão evidente até a década de 1990.

Um dos primeiros movimentos organizados de mulheres rurais no Brasil surgiu em 1982, no estado da Bahia, durante os anos finais da ditadura. O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR) tinha, além da pauta acerca da política agrária, discussões sobre o direito à saúde da mulher do campo. Ainda em 1982, formou-se o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), no estado do Rio Grande do Sul, com o propósito de conquistar a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, visibilizando o problema do baixo percentual de sindicalização feminina. Essas mulheres buscavam, em suas reivindicações, o reconhecimento público de que também eram trabalhadoras rurais, além de esposas, mães e cuidadoras do lar. O MMA trazia também a relevância das múltiplas formas de trabalho feminino, facilitando o acesso a direitos, como o direito de aposentadoria a trabalhadoras do campo (Brasileiro, 2019).

Assim, nos anos 1980, movimentos sociais e ONGs emergiram e se consolidaram em eventos, como nos congressos e encontros da mulher trabalhadora. O Primeiro Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, em 1986, foi um marco no movimento sindical, na luta por espaço político, melhorias na condição trabalhista, na inclusão de demandas específicas dos direitos das mulheres, aumentando significativamente o engajamento político. Aconteceu entre os dias 25 e 28 de novembro, na cidade de Barueri, contabilizando a participação e representação de 16 estados do país. A partir desse encontro, formou-se a Associação Nacional de

Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANTR), cuja base eram as comunidades rurais, que possuíam representantes de coordenações a nível municipal, regional e nacional.

Com a contínua desintegração do regime militar, o Brasil entrou em uma época de dinamismo político, de crescimento da camada oposicionista ao regime, que, em certa escala, alterou a estruturação política do país (Gohn, 2011). A resistência das mulheres camponesas e a busca por direitos humanos se deram também por meio de movimentos organizados para influenciar na elaboração da Constituição Federal de 1988. No Brasil, esta constituição trouxe mudança na condição das mulheres ao extinguir a tutela masculina sobre a mulher (esposa), uma vez que as mulheres camponesas não possuíam reconhecimento como trabalhadoras e, por conseguinte, seus direitos de cidadania eram restringidos. Com o reconhecimento como trabalhadoras rurais (artigo 7º da CF de 1988), as camponesas tiveram reconhecidos seus direitos trabalhistas e, em especial, direitos previdenciários como a aposentadoria (Schnorrenberger; Angelin, 2018).

Na década de 1990, houve um crescimento da participação das trabalhadoras rurais no MST, nos sindicatos rurais e nos movimentos autônomos. Em 1995, ocorreu o III Encontro Nacional das Mulheres Rurais, em meio à campanha nacional pela documentação: “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento”. O encontro trouxe como agenda a unificação das pautas do *Feminismo Camponês Popular*, a saber: aposentadoria e salário maternidade; fim da violência contra a mulher; reforma agrária; novo modelo de produção e agroecologia; participação da mulher na sociedade; saúde pública e saúde da mulher; novas relações (Chehab; Carvalho, 2020).

Em 1996, foi instituído o Coletivo Nacional da Mulher do MST, renomeado em 1999 como Coletivo Nacional de Gênero e, nos anos 2000, foi inaugurada a Marcha das Margaridas relacionada à Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e à Via Campesina. As edições da Marcha das Margaridas mobilizam pautas das trabalhadoras rurais brasileiras, do campo, das águas e das florestas e acontecem em Brasília/DF: em 2001, 20 mil participantes estiveram na 1ª Grande Marcha Mundial das Mulheres (MMM); em 2003, na 2ª Marcha, foram 40 mil participantes; em 2005, a MMM lançou, na cidade de São Paulo, no dia Internacional da Mulher, a “*Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade*” (Chehab; Carvalho, 2020).

Segundo Chehab e Carvalho (2020), em 2004, foi formado o Movimento de Mulheres Campesinas, sucedendo o antigo Movimento de Mulheres Campesinas de Santa Catarina. Diante do silenciamento feminino em diversos movimentos sociais, nos quais as mulheres não possuíam autonomia, foi consolidado o

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) como o primeiro movimento independente de mulheres trabalhadoras rurais em âmbito nacional.

Em meio às palmeiras: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Os movimentos de mulheres do campo podem ser caracterizados como movimentos populares rurais, nos quais aparecem identidades coletivas de classe, gênero, étnico-racial, geracional, de origem territorial, dentre outras. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu surgiu a partir de mobilizações de quebradeiras de coco pelo livre acesso às palmeiras de babaçu e pelo direito à terra. Desde os anos 1980, as mulheres quebradeiras de coco babaçu já possuíam formas de organização coletiva próprias.

Como atesta Barbosa (2019), podemos localizar essas formas de organização na participação dessas mulheres na Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), especialmente, mas não exclusivamente, por meio de reuniões e encontros do Grupo de Estudos de Mulheres da ASSEMA. Outras mulheres em outras localidades do Maranhão, distantes do Médio Mearim, área de atuação da ASSEMA, também se mobilizavam para confrontar com sucesso as dificuldades que enfrentavam. Desse modo, não parece haver como definir um momento exato e um local para a fundação do MIQCB, no entanto, desde o final dos anos 1980, no cotidiano de lutas, enfrentamentos e necessidades básicas, essas mulheres foram construindo um movimento, com pautas como defesa ambiental, terra e território, trabalho, identidades, equidade de gênero, educação e saúde (Barbosa, 2019), algumas das quais continuam a representar os anseios do MIQCB atualmente.

A partir dos anos de 1990, as reivindicações das quebradeiras de coco passaram a ocupar um espaço de debates muito mais amplo com a criação dos Encontros Interestaduais das Quebradeiras de Coco Babaçu (EIQCBs). Em 1991, o primeiro desses encontros foi realizado na cidade de São Luís/MA, desencadeando sucessivos eventos para o fortalecimento entre as quebradeiras de coco e afirmação de suas lutas e direitos. Até 1995, ano de realização do II EIQCB, o nome do movimento era Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB).

O MIQCB está inserido na dinâmica dos novos movimentos sociais, como define Eric Hobsbawm (1995), cuja bandeira de luta se pauta na “defesa ambiental e ecológica, afirmação de identidade étnica e demandas de gênero” (Barbosa, 2019, p. 204). O critério identitário torna-se um ponto crucial, haja vista que mulheres

quebradeiras de coco afirmam esta identidade ligada ao extrativismo e à quebra do coco e assumem pertencimentos outros relacionados àquela identidade: são mulheres do campo, agroextrativistas, artesãs, pescadoras, negras, quilombolas, indígenas. Nesse sentido, consideramos o espaço do MIQCB como um movimento que garante a legitimação de identidades coletivas (Hall, 2003) entre as mulheres, permitindo e possibilitando o fortalecimento político e social entre suas participantes.

Como uma das conquistas do MIQCB e fruto da luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, destacamos a criação da chamada “Lei Babaçu Livre”, a qual se encontra estabelecida em municípios do Maranhão, Tocantins e Piauí.¹ Essas leis garantem a proteção às palmeiras de babaçu (proibição de derrubadas, envenenamento ou qualquer tipo de destruição) e o livre acesso das comunidades agroextrativistas aos babaçuais. A criação dessa Lei tem o propósito jurídico de corrigir injustiças sociais, como o impedimento de que essas mulheres acessem os cocais em territórios tradicionais e, conseqüentemente, o atentado à produção e reprodução social das comunidades agroextrativistas.

O quesito educacional se destaca como um dos centrais no âmbito do MIQCB. Desde sua fundação, as mulheres do movimento dedicaram boa parte de suas atuações para aspectos formativos, para a consciencialização de sua luta política, para a arregimentação de mentes e corações em prol do modo de vida camponês agroextrativista, levando em consideração as especificidades e a realidade das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Esse caráter de atuação formativa possibilitou, no decorrer das décadas, conquistas valiosas frente às dificuldades enfrentadas, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico, à renda das mulheres, seu trabalho e às possibilidades de sustentar seu grupo familiar.

Em 2009, foi fundada a Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB), com o foco de valorizar, qualificar e aumentar as produções e vendas de produtos oriundos do babaçu, como óleo, sabão, sabonete, farinha de mesocarpo e produtos diversos do artesanato comunitário das mulheres quebradeiras².

¹ A Lei do Babaçu Livre deve ser entendida como um conjunto de leis em diferentes municípios, cujas promulgações foram sendo conquistadas pelas quebradeiras no decorrer dos anos. Os municípios de Lago do Junco/MA, Lago dos Rodrigues/MA, Imperatriz/MA, Cidelândia/MA, Axixá do Tocantins/TO, São Miguel do Tocantins/TO e São Domingos do Araguaia/PA são alguns dos 17 municípios que possuem o projeto de lei aprovado na composição legislativa municipal.

² Desde o início dos anos 1990, quebradeiras de coco fundaram cooperativas a fim de facilitar a organização do processo de produção e comercialização do babaçu e de seus subprodutos. No

Essa iniciativa tem gerado significativas conquistas econômicas para as quebradeiras de coco e maior autonomia nas relações de gênero, tendo em vista que, pela lógica patriarcal, as mulheres tendem a ser vistas como restritas ao espaço privado (o lar, o doméstico), o que gera pouca ou quase nenhuma participação feminina em redes econômicas e cooperativas para a melhoria e administração de suas próprias rendas (Schnorrenberger; Angelin, 2018).

O MIQCB caracteriza-se por ser, atualmente, um dos movimentos sociais de mulheres mais expressivos da América Latina. Seus projetos e ações são concretizados em várias frentes: política, econômica, jurídica, institucional, educacional. Este último aspecto vem sendo mais fortalecido a partir de 2023, com a inauguração do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB), que, por meio de cursos de extensão, forma mulheres e jovens agroextrativistas de comunidades localizadas no Maranhão, no Pará, no Piauí e no Tocantins. A intenção é formar e qualificar suas participantes e a juventude do movimento, a fim de viabilizar a consolidação de lideranças para o MIQCB e para a luta político-social das quebradeiras de coco babaçu.

Com o CFQCB, o MIQCB lançou iniciativas ainda mais sólidas no que diz respeito à garantia formativa de suas participantes. O Centro se organiza em torno de uma educação voltada à realidade das quebradeiras de coco, inspirada na educação contextualizada e nas nuances teóricas e metodológicas da Educação do Campo¹ e da Educação Popular.²

Maranhão, especificamente no Mearim, o MIQCB é cercado por quatro cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas em Lago do Junco, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga do Maranhão e Lima Campos. Essas cooperativas funcionam em aliança umas com as outras e com os projetos e ações da ASSEMA (Barbosa, 2019).

¹ A Educação do Campo constitui-se, segundo Caldart (2012), como uma categoria político-pedagógica, cujas pautas foram estruturadas no centro das lutas e demandas sociais do campesinato brasileiro. Essa construção se fortalece nos anos de 1990, principalmente com as mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Essa educação se diferencia da chamada “Educação Rural”, buscando centralizar o meio rural como lugar de socializações, produções e reproduções de conhecimentos e espaço de múltiplas realidades de vida e trabalho. O desenvolvimento da Educação do Campo começou a ser construído a partir das articulações de programas educacionais, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

² A Educação Popular nasce das lutas populares das classes trabalhadoras frente às desigualdades geradas pelo sistema capitalista, buscando garantir o acesso à educação de maneira crítica, política e transformadora. Inspirada nas concepções de Paulo Freire e na experiência dos movimentos sociais, essa educação surge na América Latina entre as décadas de 1960 e 1990 (Paludo, 2012).

Maria da Glória Gohn (2011, p. 356) destaca que o aspecto educativo pode ser observado em movimentos sociais e outras ações coletivas, sendo característico do novo e atual cenário do “associativismo latino-americano”. Decerto que o dinamismo do MIQCB abre portas para a conquista de direitos que, desde a década de 1990, vêm sendo amplamente perseguidos por suas participantes. Esse associativismo e cooperativismo, traçado ao longo dos anos, destaca a luta das mulheres quebradeiras de coco como pioneiras na conquista de direitos (agrários, de gênero, ambientais, educacionais), levando em consideração as suas próprias especificidades.

Em 2024, foi aprovada a Lei estadual nº 12.378 que oficializou os saberes e o modo de vida das mulheres quebradeiras de coco babaçu como Patrimônio de Natureza Imaterial do Estado do Maranhão. Em junho de 2026, representantes do MIQCB estiveram em Brasília/DF para receberem o comunicado do Governo Lula de que, por Decreto Federal nº 15.431/2026, as guardiãs das florestas do babaçu são reconhecidas como patrimônio cultural do Brasil, de modo a fortalecer políticas voltadas à preservação de suas tradições no nosso país.

Essas ações de reconhecimento são frutos colhidos pelas quebradeiras de coco, que, desde as caminhadas em direção aos babaçuais, mobilizações em conflitos, organização em clubes de mães/mulheres, sindicatos rurais e cooperativas, vêm traçando lutas e demandando direitos em prol da justiça social, ambiental, territorial e da equidade de gênero.

Considerações finais

Historicamente, as mulheres, no campo e nas cidades, estiveram inspiradas a lutarem por seus direitos e contra as mais diferentes formas de opressão instituídas por uma sociedade capitalista, colonial, patriarcal e misógina, cujas instituições seguem um modelo de afastamento dos direitos femininos nas mais diversas esferas sociais. A partir da segunda metade do século XX, destacamos um considerável número de mobilizações femininas na luta por direitos, pela liberdade e pela conquista de espaços para mulheres no mundo todo. Com o fim da ditadura civil-militar brasileira, na década de 1980, observamos o aumento e o surgimento de sindicatos, grupos mobilizatórios e movimentos dedicados aos direitos femininos.

No âmbito das mobilizações femininas no Brasil, destacamos o MIQCB como um dos movimentos representativos da luta camponesa. A criação do MIQCB, entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990, demonstra como as mulheres quebradeiras de coco babaçu – motivadas por demandas específicas em comum – formaram um movimento crítico, político e social para lutar por igualdade de

gênero, direito à terra, preservação ambiental e direitos étnico-raciais. Essa articulação rompeu com as divisas estaduais de quatro estados onde a prática e o costume de quebra do coco são comuns, o que demonstra um engajamento coletivo sólido.

Dentre as conquistas mais evidentes, oriundas das lutas das quebradeiras de coco babaçu, destacam-se a formação de cooperativas (apoio e incentivo econômico), a luta política e jurídica nos espaços e instituições públicas (criação de leis para a preservação dos babaçuais e reconhecimento dos saberes e práticas das quebradeiras de coco), a inauguração do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB) e a abertura da primeira turma de ensino superior da Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Humanas, na Universidade Estadual do Maranhão, especificamente voltada para quebradeiras de coco e agroextrativistas (promoção de educação e valorização das formas de produção de conhecimentos do campo). Apesar dessas conquistas, as guardiãs das florestas de babaçu continuam a lutar, persistir e construir novos conhecimentos, novas estratégias e novos caminhos para o bem-viver de suas coletividades.

Referências

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu**: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Curitiba: CRV / São Luís: EDUFMA, 2019.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Protestos e mobilizações de mulheres durante o apartheid. In: BARROSO JÚNIOR, Reinaldo et al. (org.). **África-Brasil**: cultura, experiências e questões raciais no Sul Global. São Luís: Pitomba, 2022. p. 217-230.

BRASILEIRO, Carol Matias. **Mulheres Camponesas**: trabalho, terra, direitos e movimentos sociais. 157f. Mestrado em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed., Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CHEHAB, Isabelle; CARVALHO, Giovanna. Feminismo Camponês e Popular: a voz que vem do campo. **Revista Ártemis**, vol. XXIX, nº 1, p. 157-171, jan-jun. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres em movimento. Movimento de mulheres In: GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2010. p. 131-160.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos** – o breve século XX (1914-1991). São Paulo:

Companhia das Letras, 1995.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 282-287.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Coleção Acervo Brasileiro, v. 2. Projeto editorial integral. Cadernos do Mundo Inteiro. Jundiaí, SP: 2017.

SCHNORRENBURGER, Neusa; ANGELIN, Rosângela. Mulheres camponesas no Brasil: a luta por direitos de cidadania e reconhecimento identitário. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 5, n. 3, p. 38-57, set./dez. 2018.

TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Lentes e babaçuais: educação popular, produção audiovisual e a experiência das quebradeiras de coco babaçu do MIQCB

Alessandra Veras Alves¹

Michelle Freitas Teixeira²

Enilde Marie da Silva da Conceição³

Luciano Rego Linhares⁴

O presente texto busca aprofundar a análise das experiências formativas em produção audiovisual vivenciadas por mulheres quebradeiras de coco babaçu, lideranças do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), no âmbito do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB). Propomos compreender como a produção audiovisual, articulada a processos de educação popular, contribuiu para a formação política, o fortalecimento da consciência de classe e da auto-organização das mulheres a partir de suas próprias percepções e reflexões.

Esse debate se construiu a partir de duas entrevistas semiestruturadas realizadas em 2025 com as mulheres estudantes, egressas do curso, no contexto da pesquisa

¹ Mestranda do Programa de Políticas Públicas (PPGPP – UFMA). Graduada em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPPTTE IFMA/CNPq).

² Doutora em Educação (UFF). Professora do IFMA CCH. Membro do GEPPTTE IFMA/CNPq.

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais IFMA CCH. Professora do IFMA CCH. Membro do GEPPTTE IFMA/CNPq.

⁴ Mestre em Filosofia (UFMA). Professor do Instituto Estadual de Educação do Maranhão (IEMA). Professor do IFMA CCH. Membro do GEPPTTE IFMA/CNPq.

“Lentes e Babaçuais: as contribuições da educação popular e da produção audiovisual para a formação política e a auto-organização das mulheres quebradeiras de coco, lideranças do MIQCB”, desenvolvida entre setembro de 2024 e setembro de 2025 no âmbito do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Superior (PIBIC-ES).

Em orgânica articulação ao curso “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” desenvolvido pelo MIQCB entre os anos de 2023 e 2025, a investigação buscou compreender os sentidos atribuídos à experiência formativa com foco na produção audiovisual, a entendendo como ferramenta política e educativa que articulou arte e luta de classes no contexto camponês.

A estrutura agrária brasileira constituída historicamente a partir da concentração fundiária, baseada no latifúndio e na utilização da terra como instrumento de exploração subordinado à acumulação do capital, gera classes com interesses antagônicos, produzindo conflitos que têm a terra como elemento fulcral, seja na luta para permanecer no território ou para conquistá-lo.

É nesse contexto que emergem e se fortalecem movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, organizando-se em defesa do território e de seus modos de vida. Atualmente, mesmo diante de diversas conquistas através da luta pela garantia de direitos, o avanço do agro, hidro e mineral negócio continuam intensificando os conflitos, exigindo a permanente mobilização de movimentos sociais como o MIQCB, que se estruturam como terreno de formação e construção de alternativas enraizadas nas necessidades dos sujeitos.

Durante o processo de formação das quebradeiras de coco babaçu no Curso do MIQCB, a produção audiovisual foi adotada como estratégia metodológica central para a elaboração das atividades-síntese das disciplinas ofertadas. Os vídeos produzidos apresentam elementos que sintetizam a análise destas mulheres acerca das contradições que atravessam seus territórios e das suas estratégias de organização e resistência.

Nesse sentido, os curtas-metragens sobre os quais as análises apresentadas nas linhas que seguem versam, foram produzidos pelas mulheres durante o curso estão profundamente enraizados em suas lutas e territórios, sendo elaborados a partir de suas próprias realidades para analisar os problemas vividos nas comunidades e as estratégias de organização e resistência construídas frente a eles.

É sobre esse fazer que nos debruçamos neste texto. Se, por um lado, assistir a filmes já nos coloca em contato com diferentes realidades e amplia nossos horizontes, por outro, a experiência de produzir audiovisual mobiliza outras camadas do

saber, exigindo uma relação mais ativa com a realidade, passando a elaborar de forma mais consciente aquilo que vivem.

Assim, interessa-nos compreender esse percurso a partir das reflexões das próprias mulheres, evidenciando como elas significam a experiência de fazer audiovisual e como esse fazer contribui para sua formação e militância.

A experiência das quebradeiras e a educação popular

O Curso das quebradeiras, primeiro ofertado pelo CFQCB, esteve fundamentado nos princípios da educação popular, compreendida por Paludo (2001, p. 99) como um referencial que se apresenta de maneira “coerente com a sua missão e com o papel a ser desempenhado, a partir de um vínculo bastante estreito com a organização popular”. Partimos, portanto, da seguinte compreensão, para o desenvolvimento das nossas análises:

a educação dos populares ou dos trabalhadores empobrecidos que se faz com base nas concepções liberais de educação, em qualquer uma de suas vertentes, e a educação desses sujeitos que se faz a partir da concepção de educação popular, cujo direcionamento central do processo educativo é o de estar a serviço dos interesses e das necessidades das classes populares, dos trabalhadores (Paludo, 2001 *apud* Paludo, 2012, p. 281).

Em diálogo com este entendimento, o Curso do MIQCB foi mobilizado pela necessidade de fortalecimento da organização popular e desenvolvimento de formação política e técnica de suas lideranças, garantindo o acesso a conhecimentos que a compreensão aprofundada das contradições que atravessam seus territórios e fundamentos para a elaboração de projetos que atendam aos interesses e necessidades reais das comunidades.

Visando a materialização deste projeto, o Curso foi desenvolvido a partir de uma estrutura curricular organizada por módulos, por meio dos quais as quatro turmas ofertadas tiveram acesso a disciplinas organizadas em torno das seguintes temáticas:

MÓDULO 1

Formas de organização social:

Histórico dos movimentos sociais e do MIQCB.

Associativismo e cooperativismo.

Auto-organização das quebradeiras de coco babaçu e o papel da juventude:

Auto-organização das quebradeiras de coco babaçu.

Identidade e o protagonismo das juventudes.

Território e questão agrária:

Colonialismo e capitalismo no campo.

Povos e comunidades tradicionais.

MÓDULO 2

Diagnóstico das realidades regionais e comunitárias: conceitos e métodos:

Diagnóstico e transformação social: a importância da participação comunitária.

O diagnóstico rural participativo.

Cartografia social e mapeamento participativo.

Elaborando projetos socioambientais:

Projetos socioambientais: concepções, tipos e dimensões.

Etapas de elaboração de projeto.

Fontes financiadoras de projeto.

Como se dá a avaliação de projetos socioambientais?

MÓDULO 3

A gestão de projetos socioambientais:

Metodologia de gerenciamento de projetos.

Gestão financeira de projetos e prestação de contas.

A importância da divulgação: como comunicar o projeto?

Monitoramento e avaliação.

Direitos dos povos tradicionais: autonomia e autodeterminação:

Mulheres quebradeiras na luta por direitos

Terra, território e babaçu livre

Saúde e segurança alimentar

Agricultura familiar e agroecologia

O direito à educação contextualizada

Contando com a colaboração de professores de diversas instituições educacionais, a experiência se constitui como uma clara concretização dos princípios da educação popular, orientada por um projeto organicamente articulado aos

interesses da classe trabalhadora camponesa, profundamente afetada pelas contradições geradas pelo modo de produção hegemônico do Capital.

Ao reconhecermos a experiência das quebradeiras enquanto uma expressão da atuação organizada da classe trabalhadora, buscamos diálogo com os princípios do materialismo histórico dialético e nos fundamentamos nas ideias de Mattos (2012, p. 60) segundo o qual

o conceito de classe social surgiu em Marx e Engels como o centro de sua proposta para a análise das sociedades modernas. O ponto de partida dos autores era uma constatação política de que o proletariado constituía uma nova força política, que, acreditavam, teria o papel preponderante na luta pela emancipação.

A luta histórica das quebradeiras alcança em 2023 um espaço específico para a sua formação. O CFQCB é amplamente reconhecimento como uma conquista para os movimentos sociais camponeses e passa a ser um terreno no qual ações formativas e organizacionais pautadas no projeto de emancipação popular e resistência ativa são materializadas. Conhecido como Casa da Palmeira, este espaço se expressa como um território de resistência no qual a educação popular do povo em movimento se assenta.

Nela, o processo histórico de resistência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará – estados integrantes do MIQCB – vivenciou o primeiro curso do CFQCB, a partir do qual foi desenvolvida a experiência formativa política e técnica, que contou com a produção audiovisual como estratégia e metodologia investigação da realidade, aprofundamento dos conteúdos abordados e ferramenta de organização.

Thompson (1981, p. 200) reflete que a experiência “surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo”. Neste sentido, a experiência das quebradeiras de coco babaçu no curso demonstrou como a linguagem audiovisual pode ser mobilizada como ferramenta política e educativa, articulando arte e luta de classes na formação de uma camada de intelectuais orgânicas do movimento. Como discute Gramsci:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político (2004, p. 15).

Vinculados à luta de classes, esses intelectuais desempenham função estratégica na construção, legitimação e reprodução de projetos distintos de sociedade, cabendo-lhes formular e difundir os fundamentos da classe que representam. Quando enraizados na experiência cultural e na consciência da classe trabalhadora, sua atuação pode se deslocar do terreno da reprodução para o da emancipação, contrapondo-se à hegemonia do capital.

A disputa por hegemonia travada pelas quebradeiras de coco babaçu, reconhecidas aqui como intelectuais orgânicas de sua classe, se contrapõe aos códigos visuais disseminados pela cultura dominante, na qual, no cotidiano das imagens, se consolida o consenso sobre o que é o campo, o que é o progresso, e quem são os sujeitos legítimos da história.

Trata-se de um processo que opera através de imagens que ocultam os conflitos agrários e revestem a expropriação num ideal sedutor, naturalizando a monocultura e o latifúndio como únicos horizontes possíveis de desenvolvimento, projetando a imagem de um campo vasto, mecanizado e supostamente vazio.

Essa visualidade apaga as formas de vida que existem nesses territórios, como as das quebradeiras de coco, indígenas, quilombolas e camponesas e camponeses que habitam e cultivam a terra com base em outros valores e práticas. A imagem, portanto, cumpre uma função política consolidando o consenso de que o progresso passa, inevitavelmente, pela tecnificação da terra e pela concentração fundiária.

Romper esse consenso exige a produção de imagens pela própria classe trabalhadora na condição de “artistas-intelectuais” (Napolitano, 2011, p. 26) orgânicas. Reconhecer isso implica compreender que o trabalho artístico é trabalho intelectual, e que sua força reside justamente na posição que o e a artista assume diante da realidade.

Dessa forma, dentro do processo formativo das quebradeiras de coco o cinema assume papel na disputa por hegemonia a partir da criação de imagens que revelam as contradições reais do campo, com um referencial político e estético que nasce da classe trabalhadora, colocando em pauta outra perspectiva de futuro.

A produção audiovisual das quebradeiras de coco do MIQCB

Ao empunharem a câmera, as mulheres produzem uma leitura crítica do que veem. A capacidade formativa e educativa da arte é elemento central nesse processo. Como destaca Duarte (2009, p. 470-471), “se a arte propiciar aos indivíduos uma vivência subjetiva intensificada de conflitos que impulsionem a autoconsciência a níveis cada vez mais elevados, ela desempenhará uma função formadora, isto é, educativa”. Nessa perspectiva, a arte faz refletir a realidade e atuar sobre ela,

contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel histórico.

Na medida que eu vou gravar e fazer o vídeo, eu estou me apropriando mais da situação. Acaba sendo até uma surpresa porque a gente fica ali e vai convivendo com determinadas situações que parece que tu nem percebe o tanto que ela tá te incomodando (Costa, 2025).

Os relatos nas entrevistas evidenciam como o processo de filmagem ampliou a compreensão que as mulheres tinham sobre os conflitos que atravessam seus territórios. Depreende-se, desse modo, que a arte enquanto forma de conhecimento, desvela as contradições e aspectos da realidade, possibilitando uma apreensão mais profunda dos nexos sociais que estruturam o real, abrindo caminho para processos de consciência e de construção humana e coletiva dos sujeitos. Durante as filmagens, esse movimento se evidenciou sobretudo na compreensão dos conflitos envolvendo grandes empresas e da pressão exercida sobre as áreas de babaçuais.

A gente pensa que conflito é só a pessoa tá brigando, aquela coisa com fazendeiro [...], mas com os vídeos, com as aulas dos professores, a gente teve uma visão tão grande, abriu a nossa mente tão bem, sabe? [...] as empresas também são os nossos conflitos aqui no Tocantins. A gente falava que aqui não tem muito isso, mas tem. A realidade está bem aí batendo na porta [...]. E eu acho que a gente lutar contra elas ainda é pior do que com o fazendeiro em si que fecha a porteira para a gente não passar. Porque as empresas, o dono a gente nem conhece. [...] A gente via como uma coisa tão distante, mas afeta muito o nosso cotidiano (Silva, 2025).

A passagem de uma percepção local do conflito para a identificação de um inimigo difuso e estrutural, “as empresas”, cujo dono “a gente nem conhece” (*ibid*) é, nela mesma, um ato de formação política. O audiovisual, articulado às aulas e aos debates coletivos, operou como uma lente de aumento sobre a realidade, dessa forma, incorporando o que Assumpção e Duarte denominam de “função desfetichizadora” tanto da arte quanto da educação.

Apoiados em Lukács, os autores afirmam que “as obras de arte também possuíam [...] o poder de provocar nas pessoas experiências afetivas e cognitivas que ultrapassam os limites do pragmatismo e do imediatismo da vida cotidiana” (Assumpção; Duarte, 2017, p. 174). Trata-se, dessa forma, de um processo em que a produção de conhecimento se articula à leitura crítica da realidade, onde o audiovisual foi o disparador de uma leitura mais ampla, ancorada na experiência do território.

Tal processo relaciona-se à própria compreensão lukacsiana da arte como forma de apreensão da essência do real. Para Lukács (1970, p. 161), o caráter peculiar do reflexo artístico reside na categoria da particularidade como mediação entre o singular, expresso na experiência da artista, e o universal, ligado ao gênero humano e às determinações históricas mais amplas.

Essa leitura crítica do vivido não se deu apenas pelo consumo das imagens que, embora importante por ampliar o contato com outras realidades, pode permanecer restrita ao lugar da recepção passiva. Além de ser consumido, o audiovisual precisa ser produzido enquanto prática de elaboração consciente da realidade, para melhor ser compreendido e desmistificado duplamente. Desmistifica-se o mundo representado, revelando conflitos antes naturalizados, e desmistifica-se a própria linguagem audiovisual enquanto ferramenta que pode ser apropriada por todo sujeito.

Como já nos alerta a Brigada Audiovisual da Via Campesina através de Silvia Alvarez (*et al*, 2010, p. 74),

Hoje, [...] com a maior facilidade de acesso aos meios de produção audiovisual, se coloca a possibilidade de que os próprios sujeitos do campo contem e reflitam sobre seus problemas e formas de resolvê-los a partir dessa linguagem, fazendo do cinema e do vídeo mais uma entre as várias ferramentas de luta.



O impacto do capitalismo. Frames dos vídeos produzidos ao longo do Curso de Formação do MIQCB, 2024.

Mas, no caso das quebradeiras de coco do MIQCB, a apropriação do audiovisual não ocorreu em condições abstratas de acesso à técnica. Supor que a existência de celulares com câmera garante domínio técnico ou autonomia significa descon siderar as desigualdades que atravessam a vida do campesinato em territórios marcados pela violência fundiária e pelo avanço do capital sobre os bens comuns. A possibilidade de produzir imagens, nesses contextos, é tensionada pelas próprias condições materiais de existência das sujeitas que filmam.

As entrevistas evidenciaram que o medo constituiu um dos principais limites desse processo formativo. Filmar tratores derrubando palmeiras, registrar queimadas ou circular com o celular em áreas controladas por fazendeiros e empresas corresponde a uma ação atravessada por relações de poder, porque nesses territórios o audiovisual passa a assumir dimensão de denúncia e enfrentamento político, exigindo estratégias coletivas de proteção e organização.

A gente sentia medo mesmo de ir lá gravar. Meu menino até falou: “mãe, se os homem aparecer de repente aqui, o que que nós fazemos?” Porque eles ficam rodando lá direto, aí a gente fica com medo (Coelho, 2025).

Eu lembro que quando eu fui gravar eu fiquei até preocupada com o que eu ia falar e com a dimensão daquele vídeo, né? Trouxe uma certa preocupação para a gente, porque a gente teme algum conflito (Silva, 2025).

A gente tem um pouco de receio de gravar. Medo das consequências, de sofrer perseguição. Você sabe, né? A corda só quebra do lado do mais fraco. [...] A gente corre risco de filmar e denunciar, tem que ter muita cautela (Sousa, 2025).

O medo tá todo tempo nos cercando [...] por causa das ameaças que a gente sofre. Às vezes usa de estratégia para fazer um vídeo, tirar uma foto, e a gente tem que ter essas estratégias em mente, na cabeça, pra gente não colocar os nossos corpos em risco. Nem o nosso, nem o da companheira. A gente tem que caçar uma maneira da gente estar fazendo essas denúncias a partir das fotos e vídeos (Costa, 2025).

Os relatos nos remetem a um conjunto de contradições decorrentes da apropriação capitalista da terra, historicamente marcada pela concentração das terras e das riquezas, acompanhada da produção de miséria, exclusão, violência e as mais variadas formas de desigualdade que se acirram nos crescentes índices de conflitos. Ao mesmo tempo, expressam as lutas dos camponeses por direitos, por terra, por território e, em última instância, contra o avanço do capitalismo no campo – luta que

passa, nesse caso, pela produção de imagens para disputar a narrativa sobre seus territórios e confrontar interesses.

Além disso, impõem-se também dificuldades técnicas e a necessidade de melhor apropriação da linguagem audiovisual.

A gente fica tão à vontade quando os outros vão fazer [um vídeo] porque a nossa preocupação é responder ou só se organizar para mostrar. Mas quando eu tenho que fazer, a emoção é outra. Aí que a gente percebe que não sabe e que precisa aprender para apresentar o seu lugar, as suas necessidades, os lados positivos e negativos, de uma forma que seja bem clara pra quem vai assistir. Eu preciso posicionar o celular desse jeito, preciso ter o cuidado de fazer bem feito porque vou apresentar essa comunidade pra quem tá vendo (Costa, 2025).

O depoimento expõe a consciência de que dominar os recursos expressivos e técnicos é condição para que a comunidade se represente com a complexidade que merece, escapando das simplificações e estereótipos que a mídia hegemônica costuma impor.

Durante as gravações, as mulheres enfrentaram dificuldades de manejar o equipamento para captação de imagens e áudio, a insegurança diante da câmera, os limites da formação técnica e, ainda, os desafios da edição e montagem – etapa que ficou sobretudo a cargo dos estudantes extensionistas, mas sempre em profundo diálogo com as artistas.

No entanto, em uma análise mais detida do material produzido, percebemos que a câmera trêmula na mão, os ruídos do som direto e os enquadramentos aparentemente desajeitados compõem também uma estética própria, que emerge das condições de produção. Segundo a teoria da “estética da fome”, como nos ensina Ismail Xavier (2007, p. 112), a precariedade técnica, quando assumida como condição de produção, pode transformar-se em fonte de significações, em vez de aspecto a ser disfarçado.

Não estamos romantizando a falta de recursos, a potência expressiva que nasce dessa experiência não diminui a necessidade do conhecimento técnico e narrativo. Pelo contrário, só reforça a necessidade de melhor apropriação dos meios de produção audiovisual.

Vale citar que, desde o encerramento das turmas de mulheres no CFQCB, o movimento vem acumulando experiências significativas de formação de comunicadores populares em suas regionais, lastro que alimenta e qualifica processos como este.

Entende-se que o movimento passou a reconhecer com mais afinco que a disputa deve ser travada também pelas formas estéticas de construção e representação da realidade. A experiência contribuiu para que muitas das mulheres percebessem que todo produto audiovisual é fruto de uma autoria, de uma organização narrativa que parte de um roteiro, de uma montagem. Elas já traziam a ideia de que a mídia não é neutra, uma vez que os camponeses quase sempre são representados de maneira depreciativa, mas a produção dos filmes consolidou a percepção de que a imagem é construída e, por isso mesmo, pode ser disputada.

Além disso, desdobrou-se também a dimensão do uso do vídeo como instrumento de denúncia, prova e incidência política.

É importante o movimento ter esse material pra mostrar e que a gente possa dizer “tá aqui, ó!, olha como que está acontecendo, eu não tô falando uma coisa irreal, isso é na comunidade tal”. Então eu acho que fortalece muito o movimento, ter material, ter foto, ter vídeos que mostram a realidade dos territórios das quebradeiras. É uma fortaleza, uma arma de defesa (Costa, 2025).

Tem como provar que tá passando as ameaças, né? Apareceu em vários vídeos das ameaças das mulheres contando que às vezes tem que ir à noite buscar o coco. Porque durante o dia os fazendeiros põem os capatazes para poder ficar vigiando. [...] Imagina só os vídeos chegando para outras pessoas assistirem, outros cursos de formação? Pensa como eles vão conhecer a realidade de cada estado, de cada município, entendeu? Muitas vezes vai passar um vídeo e eles vão dizer assim: “Nossa, lá na minha comunidade também tá acontecendo isso e eu pensava que isso era normal”. [...] É um meio da gente ter conhecimento, e também argumento pra poder estar falando com o poder público, pra gente reivindicar. [...] Tem como a gente provar as ameaças (Silva, 2025).

Diante da invisibilização sistemática operada pela mídia burguesa, comprometida com os interesses das classes dominantes e com a legitimação da concentração fundiária, o material produzido pelas mulheres serve como argumento e denúncia para tensionar a hegemonia posta.

Além disso, ao fazer circular entre comunidades distintas as experiências compartilhadas, esses vídeos permitem que situações antes vividas como naturais ou isoladas passem a ser reconhecidas como expressões de um mesmo padrão de violações forjado pelo sistema capitalista em seu avanço sobre os territórios camponeses.

Quando os vídeos de diferentes regionais são postos em relação, as mulheres conseguiram enxergar, na experiência da companheira de outro estado, a ressonância da própria opressão, abrindo caminho para a destabilização de consensos forjados pelos grupos que controlam os meios de produção simbólica e nutrindo a formação política das trabalhadoras, fortalecendo os vínculos de luta entre os territórios.

Durante o tempo escola, a exibição dos vídeos produzidos pelas diferentes regionais materializou essa dimensão de circulação e troca. As sessões de projeção criaram um intenso debate através dos temas que os materiais geraram, inclusive de parcela da turma que não costumava interagir regularmente.

Na prática de produzir a gente aprende mais. [...] Olha só o tanto que nós evoluímos através do vídeo, o tanto que a gente aprendeu através do vídeo, entendeu? Olha só dona Nazaré que tinha vergonha de falar e ela falou, fez o vídeo e ficou bom, olha o tanto que melhorou a autoestima dela! A Aparecida também quase não falava, e ela passou no vídeo lá da Baixada. A produção desses vídeos faz com que a gente se desenvolva mais e interaja mais. [...] Quando foi pra passar os vídeos que a gente fez, tinha tanto debate, tinha tanta fala, tinha tanta questão para discutir entre a gente. Quando estava só na fala não tinha tanto debate como teve nas duas aulas que foram exibidos os vídeos. Nossa, foi quando todo mundo mais falou! [...] Todo mundo queria articular, todo mundo queria dizer uma coisa, olha o tanto que a gente aprende. A aula foi tão boa que passou ligeiro (Silva, 2025).

O fortalecimento da autoestima, da participação e da organização política opera, nesse contexto, como enfrentamento à lógica produzida pelo capitalismo, que deslegitima a fala camponesa, induzindo os sujeitos a internalizar uma subalternidade e a se sentirem desautorizados e envergonhados ao tomar a palavra publicamente. Mas ao se verem na tela, ao se escutarem articulando sua própria realidade, ao receberem o reconhecimento das companheiras, as mulheres foram encorajadas e restituíram uma confiança que as levou a se expressar com muita desenvoltura nos debates posteriores.

Enquanto autoras e intérpretes das imagens produzidas por elas mesmas e por suas companheiras de outras regionais, a exibição dos vídeos provocou a reflexão coletiva sobre a própria prática, analisando as imagens que produziram, comparando as realidades e formulando, juntas, sínteses ou aprofundamentos sobre o que estava sendo exibido e o que pode vir a ser a partir da realidade apontada.

Os filmes, enraizados nas relações sociais das quebradeiras, apontam para outras formas de compreender o campo e a vida através de processos educativos comprometidos. Ou seja, tratou-se aqui de uma responsabilidade educativa orientada pelo

esforço que se deve fazer para produzir e compartilhar outras formas de compreender o mundo, ampliando as possibilidades de conhecê-lo.



Outro campo é possível. Frames dos vídeos produzidos ao longo do Curso de Formação do MIQCB, 2024.

Considerações finais

Compreendemos que a arte, no contexto das quebradeiras de coco babaçu, emerge da própria experiência de trabalho, da luta pela terra e da defesa dos modos de vida camponeses. Nesse sentido, a arte das quebradeiras pode ser compreendida como expressão da relação dialética entre trabalho e criação, revelando tanto as contradições da realidade social quanto a potência transformadora de sua organização política e cultural. Como afirmam Carvalho, Rocha e Martins (2016, p. 20), “as práticas artísticas no campo, produzidas pelos seus sujeitos, são carregadas de alto caráter político”.

A produção audiovisual desenvolvida em experiências de educação popular articula-se, portanto, à construção de outras narrativas sobre o campo e seus sujeitos. Produzir filmes a partir da perspectiva de mulheres que vivem e trabalham na terra

significa disputar o direito de narrar e interpretar a própria realidade, tensionando representações produzidas sobre o campo brasileiro, frequentemente reduzido à lógica do atraso ou da improdutividade.

Cada um dos filmes foi produzido com o propósito de construir outras perspectivas sobre a terra e seus sujeitos, continuamente violentados pelo projeto capitalista de sociedade. Nos vídeos aparecem babaquais, comunidades, assentamentos, quilombos e territórios indígenas nos quais os sujeitos compartilham saberes, dificuldades e formas coletivas de existir e trabalhar.

“Longe, portanto, do falso antagonismo entre arte e vida, ficção e realidade, trata-se da aposta na força de revelação de contradições, impasses e perspectivas, que a obra de arte pode organizar por meio da mediação dialética entre forma estética e processo social” (Villas Bôas, 2010, p. 77). A produção audiovisual das quebradeiras insere-se, assim, em uma disputa por outra hegemonia, ao contestar a lógica dominante e propor outras formas de fazer cinema, vinculadas às experiências de luta e resistência no campo.

Nessa direção, permanece atual a necessidade de um cinema capaz de discutir os problemas e as questões do povo e do campo brasileiro, não só como retrato, mas como perspectiva de intervenção e transformação social, em que a estética e a política se encontrem nesse objetivo. Afinal, como afirma o Manifesto do CPC de 1962, “nenhuma arte poderia se propor finalidade mais alta que esta de se alinhar lado a lado com as forças que atuam no sentido da passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade” (CPC da UNE, 1962 *apud* Campos *et al*, 2010, p. 123).

Referências

ALVAREZ, Silvia; GONCALVES, Felipe Canova; CHÃ, Ana Manuela; CAMELO, Thalles Gomes; STEDILE, Miguel Enrique. **Deus e o Diabo e os limites do cinema como ferramenta de transformação social.** In: MARTINS, Aracy Alves; TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; MOLINA, Mônica Castagna; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin (Orgs.). **Outras terras à vista:** Cinema e Educação do Campo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ASSUMPÇÃO, Mariana de Cássia; DUARTE, Newton. **Arte, educação e sociedade em György Lukács e na pedagogia histórico-crítica.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 55, n. 44, p. 169-190, abr./jun. 2017

CAMPOS, Marília; LOBO, Roberta; FILÉ, Vitor. Cabras, comunas, contemporaneidade. In: MARTINS, Aracy Alves; TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro;

MOLINA, Mônica Castagna; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin (Orgs.). **Outras terras à vista: Cinema e Educação do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CARVALHO, Cristiene; ROCHA, Maria; MARTINS, Aracy. Quando a Educação do Campo interroga as práticas artísticas: Tecendo reflexões. In: CARVALHO, Cristiene; MARTINS, Aracy. (Orgs.). **Práticas Artísticas do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

COELHO, Maria de Nazaré [Regional Imperatriz/MIQCB]. **Entrevista com estudantes egressas do curso “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” - CFQCB**. Entrevistadora: Alessandra Veras Alves. 1 arquivo mp4 [1h e 5 min]. Data: 7 de junho de 2025.

COSTA, Rosenilde Gregória dos Santos [Regional Baixada MIQCB]. **Entrevista com estudantes egressas do curso “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” CFQCB**. Entrevistadora: Alessandra Veras Alves. 1 arquivo mp4 [1h e 20 min]. Data: 14 de junho de 2025.

COSTA, Maria Raimunda [Regional Baixada/MIQCB]. **Entrevista com estudantes egressas do curso “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” CFQCB**. Entrevistadora: Alessandra Veras Alves. 1 arquivo mp4 [1h e 20 min]. Data: 14 de junho de 2025.

DUARTE, Newton. **Arte e educação contra o fetichismo generalizado na sociabilidade contemporânea**. Perspectiva, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 461-479, jul./dez. 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – volume 2. Org. e trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARTINS, Aracy Alves; TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; MOLINA, Mônica Castagna; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin (Orgs.). **Outras terras à vista: Cinema e Educação do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **A relação entre arte e política: uma introdução teórico metodológica**. Temática. Campinas, v. 19, n. 37/38, p. 25-56, jan/dez. 2011.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART et. al (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVA, Francisca Egila Monteiro da [Regional Tocantins/MIQCB]. **Entrevista com estudantes egressas do curso “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” – CFQCB.** Entrevistadora: Alessandra Veras Alves. 1 arquivo mp4 [1h e 5 min]. Data: 7 de junho de 2025.

SILVA, Maria de Fátima Rodrigues [Regional Pará/MIQCB]. **Entrevista com estudantes egressas do curso “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” CFQCB.** Entrevistadora: Alessandra Veras Alves. 1 arquivo mp4 [1h e 20 min]. Data: 14 de junho de 2025.

SOUSA, Maria de [Regional Pará/MIQCB]. **Entrevista com estudantes egressas do curso “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” CFQCB.** Entrevistadora: Alessandra Veras Alves. 1 arquivo mp4 [1h e 20 min]. Data: 14 de junho de 2025.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Vidas secas como reminiscência de um projeto abortado de país. *In*: MARTINS, Aracy Alves; TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; MOLINA, Mônica Castagna; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin (Orgs.). **Outras terras à vista:** cinema e educação do campo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

XAVIER, Ismail. **Sertão mar:** Glauber Rocha e a estética da fome. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2007.



PARTE II

Escritos das comunidades: quebradeiras e juventude do MIQCB com a palavra

Guardiãs da Baixada Maranhense

Girlane Belfort Mendes¹

Maria Raimunda Costa²

Rosenilde Gregória dos Santos Costa³

Graziela da Silva Dantas⁴

Alessandra Veras Alves⁵

As reflexões que aqui se encontram versam sobre a região da Baixada Maranhense sob a perspectiva, a fala de mulheres quebradeiras de coco babaçu de territórios baixadeiros em rodas de conversa com as pesquisadoras Alessandra Veras e Graziela Dantas sobre a questão socioambiental na região. As pesquisadoras Graziela Dantas e Alessandra Veras realizaram o trabalho de mediar, realizar a transcrição e organizar o texto. As reflexões aqui compartilhadas perpassam por momentos da infância, das relações afetivas, de aprendizado e de trabalho com o coco babaçu, bem como a descrição da baixada e as relações com o território, os conflitos sociais no campo por acesso aos babaçuais, a auto-organização enquanto movimento

¹ Egressa da 2ª Turma do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu (MIQCB). Coordenadora do MIQCB - Regional Baixada.

² Egressa da 2ª Turma do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu (MIQCB). Coordenadora de base do MIQCB – Regional Baixada.

³ Egressa da 2ª Turma do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu (MIQCB). Liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) – Regional Baixada; e Tesoureira na Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco (CIMQCB).

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas (UFAM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq).

⁵ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA). Graduada em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Membro do GEPTE IFMA/CNPq.

social e a própria formação política que abrange muitas pautas, mas que é centralizada na proteção ambiental, por isso chamadas Guardiãs da Baixada Maranhense.

Paisagem e cotidiano na Baixada Maranhense por quem nela vive e trabalha

Igarapés, plantas, florestazinhas de cultivos diversos... pessoas. Com esse simples trecho é possível falar de muito do que há na Baixada Maranhense, esse rico território de diversidade biológica e cultural, território de campos naturais inundáveis. As características da Baixada moldam as relações entre as espécies que aqui vivem – incluindo nós, humanos.

Por ser uma região de períodos de seca e de inundação, as atividades realizadas nos territórios se adaptam a cada momento de mudança. Durante o período de seca, para nós aqui, a gente não fala das quatro estações. A gente aqui só usa inverno quando está chovendo, de janeiro a meados de junho. Chamamos de verão, quando já vai chegando de julho a dezembro. Em época chuvosa se formam lagos que enriquecem a diversidade de animais na região e também favorecem a melhor época para uma importante atividade de trabalho da Baixada: a pesca. Durante esse período, as comunidades mais próximas dos lagos conseguem aumentar a renda pela maior venda de peixes para as casas que estão mais distantes. A atividade da pesca vai além da relação de trabalho, pode estar na memória dos vínculos afetivos da região: um momento de pesca com o avô, por exemplo. Mesmo que tivesse o que comer, era um lazer pescar. Até os dias atuais esse gosto pela pescaria pode se manter, ele reflete uma relação com o território, uma visão de produzir para se alimentar e quando está em excesso, a gente pode vender.

Outra importante atividade realizada: a agricultura familiar. O que descreve a baixada mesmo é a mandioca, porque tem um índice bem grande de produção e que é o que dá mais, inclusive para alguns territórios onde as terras não são mais tão férteis. Durante o ano, a gente faz duas roças de mandioca. Uma que nós chamamos de janeiro, que a gente planta agora nesse período de janeiro para abril, que cresce planta; e tem uma que a gente chama de mandioca solteira, que a gente planta só a mandioca mesmo, é no mês de maio, junho pra frente. Quando já está enxugando, a gente começa a fazer essa roça de mandioca. A gente consegue produzir mandioca, farinha.

quem não come farinha da puba, não é baixadeiro!
aqui o povo come é farinha, então farinha de mandioca
é o principal!

Para baixadeiras e baixadeiros também existem os festejos de Bumba meu boi, as chamadas boiadas. Antigamente existiam mais grupos, as apresentações eram brincadeiras de bumba meu boi e refletiam as próprias identidades das comunidades, seja em festas juninas ou em outras épocas do ano. Atualmente a tradição tomou influências de outras culturas, como o sotaque de orquestra e a dança portuguesa. A diversidade de culturas reflete a riqueza do nosso estado, mas também é importante reconhecer e preservar as riquezas e identidade cultural de nossas comunidades.

Falar de cultura na baixada é notar como o território não é um espaço de venda, de lucros, mas um território de vida. Essa relação que se tem com o nosso território, com a nossa diversidade, com os laços de amizade e de parentesco. Dessa relação que a gente tem muito com esse espaço territorial, com relação à ancestralidade, significa também que a gente tem muita dificuldade para mudar, porque a gente se relaciona com os igarapés, com as plantas, com as florestazinhas que a gente cuida, com as plantas que a gente cuida, com as pessoas... e com essa garantia de viver que a gente chama de *bem-viver*. É essa relação que a gente tem mesmo com o nosso território de luta, de preservar, de cuidar.



Representação de uma palmeira de babaçu. Fonte: Silva, Mathheus. Palmeira Babaçu. 25 mar, 2026. 1 Ilustração digital.

O *bem-viver* para os territórios da Baixada, assim como para outros territórios maranhenses, está associado a todo o universo das palmeiras de babaçu. O extrativismo do coco babaçu também faz parte da identidade dos territórios. Esse trabalho vai desde o momento de juntar o coco, como as ancestrais chamavam, ou coletar o coco, como é conhecido atualmente. Na Baixada, muitas quebradeiras de coco vivem a tradição que é parte ou todo o seu sustento a partir do uso das diferentes partes da palmeira.

Embora exista tanta riqueza biológica e cultural na Baixada, as atividades têm sofrido grande impacto nos últimos anos. Em época de seca, os campos secam totalmente e a terra chega a ficar rachada. Todos os peixes morrem. São as mudanças climáticas. As atividades como a pesca, a agricultura e o extrativismo do coco refletem o quanto nossos povos se adaptam aos ciclos naturais, como as diferentes épocas do ano, mas também reflete como buscamos nos adaptar e resistir às mudanças impulsionadas por atividades danosas de outros grupos sociais, originando e mantendo os conflitos socioambientais na região – com destaque para os conflitos em torno do coco babaçu.

Conflitos que atravessam o território: disputa por terra, babaçu e vida

Na Baixada Maranhense, os conflitos sociais do campo estão associados principalmente à derrubada das florestas para que se tornem campos abertos de pastoreio, de criação de gado e búfalos. Essa derrubada inclui as palmeiras de babaçu. Quando não são derrubadas, essas palmeiras são cercadas e muitas vezes, seus frutos são vendidos inteiros e em massa, impedindo trabalhadoras de juntar o coco para o seu sustento. Já o compromisso das quebradeiras de coco é outro:

Pra nós é diferente né, porque a gente jamais quer devastar, ver uma palmeira no chão, botar um trator dentro da mata de babaçu, né? De uma floresta de babaçu pra derribar. No nosso caso, a gente protege!

Essas pessoas que devastam as florestas, as palmeiras de babaçu, não têm uma relação com a natureza. Eles usam os recursos para o mercado mesmo, visando apenas o lucro. Devastam mesmo, sem pena e sem dó, tudo para abrir espaço para o capim. Nesse caso de grandes fazendeiros, o ideal é o capim. Em outros casos, o babaçu é coletado e vendido inteiro para as usinas, para ser usado em carvoaria. Esses não têm amor nem a eles mesmo... avalie numa floresta de babaçu. Às vezes o descuido com as palmeiras está entre os próprios membros da comunidade, mas

as mulheres quebradeiras em todos os territórios lutam para que todos reconheçam a importância do coco babaçu.

As relações que quebradeiras de coco têm com a natureza e, especialmente com os babaçuais, superam a dinâmica de vendas, dinâmicas do capital. Quebradeira tem amizade com a palmeira, com aquele mato, com aquele lugar. Quebradeira sabe onde é que vai, o tempo que ela tem coco, aí se tem juçara, tu já ficas esperando ali, tu já sabes o tempo que tem ali para tirar os pés de juçara. Para tirar um pequi, um bacuri. Às vezes fala assim: “ah o quê que esse povo come, que não tem a roça?” mas a gente tem esse monte de outras coisas que vai somando. Os igarapés que a gente vai pescar, a gente sabe que em determinados períodos a gente pode ir lá que a gente vai apanhar um peixe para comer. E aí se a gente fica sem esse território, sem esse modo de vida, é muito ruim. É isso que faz com que ninguém queira sair de seus territórios. Não é nem casa, a gente preza pela casa, mas casa dá para ter em qualquer lugar. A gente quer uma casinha naquele lugar que a gente se identifica com toda essa diversidade. A gente sabe a hora que vai, que volta, sei lá... é tanta coisa para explicar que pode ser até difícil até talvez das pessoas compreenderem isso.

Essa relação das quebradeiras com o território e com as palmeiras de babaçu está nas canções das Encantadeiras, com um grande exemplo da composição *Xote das quebradeiras de coco*, que versa sobre as diferentes formas que se pode utilizar a palmeira inteira, como anteriormente discutido, e como se pode utilizar o fruto para diferentes finalidades.

Xote das Quebradeiras de Coco

Refrão: Ei, não derruba esta palmeira.
Ei, não devore os palmeirais.
Tu já sabes que não podes derrubar,
Precisamos preservar as riquezas naturais!

O coco é para nós grande riqueza,
é obra da natureza,
ninguém vai dizer que não.
Por que da palha se faz casa pra morar,
já é um meio de ajudar a maior população.

Se faz o óleo pra temperar comida,
é um dos meios de vida pra os fracos de condição.
Reconhecemos o valor que o coco tem,
a casca serve também para fazer o carvão.

Com óleo de coco, as mulheres caprichosas
fazem comidas gostosas de uma boa estimação.

Merece tanto seu valor classificado que,
com o óleo apurado, se faz o melhor sabão.
Palha de coco serve pra fazer chapéu,
da madeira faz papel, ainda aduba o nosso chão.
Talo de coco também é aproveitado,
faz quibane, faz cercado pra poder plantar feijão.

A massa serve pra alimentar o povo.
Tá pouco o valor do coco, precisa dar atenção.
Para os pobres, este coco é meio de vida.
Pisa o coco, Margarida! E bota o leite no capão.

Letra e música: João Filho ou João Abelha de Praia Norte do Tocantins

Quando a palmeira tá morta, quando já está em decomposição, a gente usa como adubo para nossas plantas na horta. Da palha mansa, que aquela do meio, a gente utiliza para cobrir as casas. A brava é a outra verdinha que enfeita a palmeira. E também o talo para fazer cerca tanto da roça quanto dos quintais, da própria horta. Ela serve também para fazer o cofo, o abano. Então da palmeira em si, se aproveita tudo. Não se estraga nada. Do fruto, então! Se faz muita coisa. Da amêndoa do coco se faz o sabão, faz o óleo, faz o azeite. Do mesocarpo se faz a farinha para os bolos, biscoitos, sorvetes. E até da pelezinha, da casquinha do coco, a gente também aproveita às vezes para fazer fogo. A gente pode botar no carvão que pega, que é uma beleza. Então a gente aproveita o coco babaçu, do coco ao tronco, ao caule, tudo! Não se perde nada.



Representação do coco babaçu em corte longitudinal. Fonte:
SILVA, Matheus. Coco Babaçu. 28 mar, 2026. 1 Ilustração digital.

A cada dia a gente tem feito várias coisas com esse babaçu. Muitas são as novidades! O café que a gente faz da amêndoa do babaçu, para tomar com o leite do próprio coco, fica uma delícia. Cada hora que a gente pensa, a gente vai com mais coisa ainda. A palmeira faz bem para a gente, mas não é só para nós, ela faz bem para quem não tem e até pra quem derruba. É necessário refletir sobre o que seria da região da Baixada e de nós, o dia que isso acabar. Mas a gente luta para preservar!

Auto-organização das quebradeiras de coco baixadeiras e a luta por bem-viver

Porque nós que somos mesmo os verdadeiros guardiões da floresta. Porque se nós não tivéssemos mais interesse nenhum por elas, tanto econômico quanto cultural e social, as outras pessoas que não têm acesso a isso, estariam em uma situação muito mais difícil em relação a essas questões ambientais, as questões climáticas. A gente sabe que essas florestas que seguram as águas, os olhos d'água como chamamos aqui, dos igarapés. E onde a gente encontra isso, é onde tem os povos tradicionais, é onde estão essas comunidades. E nós nos incluímos nelas, porque as quebradeiras de coco, na maioria das nossas regiões, todas as outras árvores são retiradas, eles devastam muito, mas a floresta maior que a gente ainda tem, são as florestas de babaçu. A gente tá ali defendendo ela, defendemos com tudo, porque a gente precisa dela.

Então cuidar dessas florestas de babaçu... a gente até pode pensar que “deviam tá pagando a gente pra cuidar dessa floresta para a sociedade”, porque a gente cuida dessa floresta pra todo mundo, não é só pra nós. Porque ela faz bem pra gente, mas não é só pra nós, ela faz bem para quem não tem e até pra quem derruba, né? Não sei o que seria da nossa região e de nós, o dia que isso acabar.

Eu, Girlane, quebradeira de coco e licencianda em Educação do Campo (Ciências Humanas) para Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas (PROET-NOS/UEMA), comecei a minha relação com o coco babaçu desde a infância. Eu costumava, junto com a minha prima, juntar o coco, quebrava e aos sábados, a gente ia nas feirinhas, a gente chama aqui como camelô, né? Aquelas vendas de rua. São todos os sábados. A gente ia em Olinda, a gente ia, quebrava o coco durante a semana e no final de semana era sagrado, eu e minha prima, a gente ir ao camelô e comprar aquelas fivelinhas, tiaras, essas coisas que a gente usava muito. E também, quando mamãe saía, pra ela me levar, eu também já tinha um dinheirinho. Não era muito, né? Mas já tinha. E 2013, eu acho, de 2013 a 14, eu comecei a participar das reuniões de coordenação do MIQCB. Não só das reuniões de coordenação, mas

em atividades do MIQCB. O MIQCB começou a me chamar, minha mãe era coordenadora então nesse período, né, e aí eu comecei a participar das reuniões e comecei a trabalhar também como monitora do Vínculo Solidário, uma atividade do MIQCB. Comecei a ser mobilizadora desse programa, né, do SVS e a partir daí, é, como mobilizadora, monitora, participante das atividades do MIQCB, o MIQCB me viu como uma futura coordenadora, né? E foi assim que eu comecei a me envolver com o MIQCB, com a própria produção também.

Para mim, Raimunda Costa, também quebradeira de coco e licencianda em Educação do Campo (Ciências Humanas) para Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas (PROETNOS/UEMA), na questão do conhecimento, da oportunidade de participar do centro de formação, é que veio a oportunidade de acarretar mais conhecimento. Para nós, quebradeiras de coco e egressas do centro de formação, tivemos a oportunidade de obter mais conhecimento, saber mais dos meus direitos. Não só meu, mas das companheiras, né? Para dizer assim, é, está na luta, ou ser quebradeira de coco, não é dizer que não seja uma luta necessária. É uma luta necessária, a gente precisa tá lutando, pra tá preservando os nossos babaçuais, né? E levando em frente, né, a luta porque não pode parar. O movimento das quebradeiras de coco babaçu, o MIQCB, nos deu a oportunidade da gente tá tendo esse conhecimento e de conciliar também o que a gente estudou com a nossa realidade, com o nosso trabalho, com a nossa militância. Vem nos fortalecer cada dia, né, o nosso conhecimento. Cada dia a gente aprende um pouco. Cada dia a gente sabe mais um pouco do nosso direito.

O Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB) veio acarretar a gente desse conhecimento né, para a gente estar dando as nossas contribuições que esse curso foi maravilhoso para a nossa formação política e a nossa formação na militância. Porque se você não é uma militante nata, você aprende a ser militante. Você está ali o tempo todo ali no meio daquele movimento, ali buscando melhoria, buscando direito pro seu território. E pra falar do centro de formação, para mim é tudo isso e mais um pouco. Através do CFQCB, eu digo assim, eu tô tendo a oportunidade de estar cursando uma universidade. Eu estou cursando uma universidade graças ao entrar no movimento das quebradeiras de coco babaçu, o MIQCB. Então o centro de formação, pra mim, foi uma grande porta aberta que Deus deu oportunidade, d'eu participar né, d'eu estar aí na militância. E digo mais, que é muito bom. Você ser mulher já não é fácil, aí agora ser mulher só de está atrás do fogão, lavando, cozinhando e passando, e não ter aquela coragem de dizer eu quero mais! Eu quero ler, eu quero escrever, eu quero saber mais um pouco”, então isso parte da gente, faz parte de nós mulheres. Temos que ter essa coragem, porque capacidade a gente tem!

E aí a partir daí surgiu o interesse em participar do MIQCB, também eu participei, sou uma jovem mulher formada pelo Centro de Formação, pela segunda turma de mulheres, é um curso também, um fruto das mulheres quebradeiras de coco. Era um sonho ter esse centro de formação para fortalecer tanto nós quebradeiras quanto para os nossos filhos, nossos netos, sobrinhos, mais essa formação mesmo, né? De vivência, de luta. É... e tudo que fui estudado no centro de formação condiz com a nossa realidade nas nossas comunidades, no nosso trabalho, no nosso grupo como militantes também. E é mais uma conquista que vem para nos dar mais força, uma formação e através dela nós vamos nos capacitando ainda mais. A partir do momento que a gente ocupa e frequenta esse espaço que foi feito para nós, é, nos fortalece ainda mais.

Algumas considerações

Espaços como o centro de formação oferecem oportunidades para mulheres e jovens de comunidades de quebradeiras de coco babaçu. Essa formação é atravessada por questões políticas e cotidianas dos territórios e dos povos do campo, se tornando essencial para a auto-organização política dessas mulheres e dos grupos comunitários que seu movimento de vida inclui o trabalho com o coco babaçu e a defesa dos territórios frente à expansão da agricultura capitalista, buscando pelo bem-viver.

Bem-viver, nesse contexto, se constrói nas práticas concretas de organização, formação e luta coletiva do movimento, se expressando na capacidade das quebradeiras de coco babaçu de se reconhecerem como sujeitas de direitos, de fortalecerem seus vínculos comunitários e de atuarem politicamente em defesa de seus territórios e modos de vida. Assim, a formação política vivenciada nesses espaços contribui para ampliar a consciência crítica e a atuação coletiva, articulando saberes tradicionais e processos educativos comprometidos com a realidade local, especialmente em territórios como a Baixada.

Referências

BELFORT, Girlane. [REGIONAL BAIXADA/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistadoras: Alessandra Veras Alves; Graziela da Silva Dantas.

COSTA, Maria. [REGIONAL BAIXADA/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistadoras: Alessandra Veras Alves; Graziela da Silva Dantas.

Mulher, te chamo porque essa luta é tua: luta e auto-organização feminina na Regional Mearim/Cocais.

Áurea Maria da Silva (Dona Áurea)¹

Franciene Pereira Frazão Sirqueira (Dona Franciene)²

Maria de Jesus Alves de Macedo (Dona Dijé)³

João Lucas Lima de Oliveira⁴

Com o objetivo de refletir sobre as práticas de auto-organização das mulheres da Regional Mearim/Cocais, pertencentes ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), consideramos o contexto, os desafios, a trajetória e as transformações relacionadas ao fortalecimento das lideranças femininas egressas do centro de formação. Para isso, em 2025 realizamos reuniões virtuais e, a partir delas, buscamos estabelecer processos de escrita coletiva, incorporando ao texto transcrições de falas.

De onde viemos?

O território que traçamos em Mearim/Cocais é um território vivo, onde enfrentamos barreiras, ocupamos espaços e propomos retomadas. As quebradeiras

¹ Quebradeira de Coco Babaçu, Coordenadora de Base MIQCB da regional Mearim/Cocais, Egressa da 1ª Turma do Projeto. Presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores do Beneficiamento do Babaçu, em Codó.

² Associada ao MIQCB e membro da coordenação pela educação contextualizada.

³ Coordenadora de base da regional Mearim Cocais. Enfrenta como principal desafio o agronegócio para a criação de gado e a produção de soja e eucalipto.

⁴ Graduado em Licenciatura em Artes Visuais pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA CCH).

do Mearim são, em sua maioria, de origem indígena e quilombola. Ser uma quebradeira de coco, nesse sentido, é carregar uma multiplicidade de lutas.

A luta de ser mulher, considerando a violência de gênero e a condição de ser negra e/ou quilombola, ou indígena, em territórios marcados pela grilagem e pelo avanço desenfreado do agronegócio, revela múltiplas camadas de opressão. Essas tensões do capitalismo resultam em violência no campo e, frequentemente, na perseguição de companheiras.

Entretanto, devemos dizer que essa roda não se compõe unicamente de cantos de tristeza, mas, sobretudo, de esperança. Viver no campo nos coloca em um balaio complicado, mas é no campo e para o campo que construímos o bem-viver. É na luta das mulheres que as dores deixam de ser de uma só e passam a ser de todas; assim, nos fortalecemos.

Da palmeira de coco babaçu tiramos o azeite, a amêndoa e o mesocarpo. Nada se perde. Nos territórios, todos somos criados por ela e fazemos parte dessa mãe, a Mãe Palmeira. A mulher entra na mata com seu cofo de palha, e hoje só existe quebradeira porque existe palmeira. Essa é a nova e verdadeira riqueza.

As mais velhas nos contam sobre o início de tudo isso. Foram elas que, na necessidade de alimentar os filhos e a família, extraíam o coco, estratégia necessária para a sobrevivência, pois o coco alimentava. Nossas ancestrais, mulheres curingas na luta, foram essenciais. Até pouco tempo atrás, e por vezes ainda hoje, ser mulher significava carregar uma vida dupla: trabalho com jornadas extensas dentro e fora de casa.

As palmeiras, por sua vez, permanecem de pé graças à organização dessas mulheres. Não é exagero afirmar isso. A trajetória de nossas comunidades do Mearim, e de outras regionais de mulheres que preservam e se relacionam profundamente com os ecossistemas da palmeira, evidencia essa força.

Entrávamos na mata, e nossos pés iam traçando territórios. Muitas mulheres, com o cofo na cabeça, cada uma tirando apenas o que precisava, e nunca faltava para ninguém. O coco era coletado com cuidado: com machados e porretes retirávamos a amêndoa, o mesocarpo, para fazer farinha e mingau, e o carvão.

Uma das grandes dificuldades, já naquela época, eram os fazendeiros que cercavam a terra e prendiam o coco. Precisávamos pedir autorização para colher; muitas vezes éramos expulsas à força, sob ameaça de armas. A venda de tudo passava pelo fazendeiro, dono da terra, ou por atravessadores. Não nos era permitido vender por conta própria.

O machismo afetava nossos territórios, seja por esses homens que lucravam com o roubo do nosso trabalho, seja dentro de casa. A violência doméstica e sexual contra companheiras era uma realidade constante. Embora ainda precisemos lutar

por mudanças, nossa organização transformou radicalmente essa situação. Perde-mos algumas companheiras, e outras eram impedidas de participar das reuniões.

Problemas de discriminação de gênero se refletiam em falas sobre o movimento, como “mulher minha não vai sair para reunião com outras mulheres”, ou mesmo em sindicatos rurais, pois era comum ouvir o descrédito de nossas palavras por sermos mulheres. Tudo isso melhorou com o coletivo.

A virada ocorreu nas rodas coletivas de mulheres para a quebra do coco. Os eventos nos clubes de mães e as reuniões na igreja católica da comunidade foram passos essenciais para que conseguíssemos organizar nossas pautas e necessidades, para nos entendermos e nos organizar. A auto-organização nos permitiu compreender nossas pautas em comum e, pouco a pouco, agir na defesa dos interesses coletivos.

Com tempo para além da casa, do marido e dos filhos, começamos a falar de tudo o que até então não se podia: nossas intimidades, problemas de mulher e até mesmo a violência que muitas sofriam. Ali surgiram as primeiras práticas de resistência e de auto-organização em Mearim/Cocais.

Agradecemos às mais velhas, *as curingas* que tornaram possível a organização dos movimentos. São nossas ancestrais, mães, avós e tias que estiveram à frente de uma luta que já enfrentou grandes desafios. Se hoje temos a Lei do Babaçu Livre, os centros de formação e até mesmo a regional com essa forma e força, devemos a elas. “Eu via minha mãe lutando, eu não entendia bem o porquê, mas depois descobri que era por mim, assim como luto pelos meus, e pelo futuro” (Dona Francilene, 2025).

Onde estamos?

Avançamos, isso é certo. Dos territórios brotaram muitas de nossas líderes comunitárias. Foi a auto-organização que nos guiou: esse jeito de se juntar em roda, de articular coletivamente, sem precisar de chefes, instituições ou hierarquias rígidas, para se mobilizar e agir.

Ainda realizamos a quebra do coco, mas hoje ser quebradeira é mais do que uma forma de viver: tornou-se um espaço de existir. Na produção de licores, de biscoitos feitos com a farinha refinada do mesocarpio e em nossas roças, conquistamos soberania alimentar. Com autonomia na produção, comemos bem, sem depender dos venenos industriais.

Nossa organização emerge do coletivo, das próprias necessidades, afetos, experiências e interesses que nos unem. Foi da partilha da vida comum feminina das

quebradeiras que se levantou, enraizada naquilo que vivemos, a construção do bem-viver.

O bem-viver das quebradeiras é construir a vida juntas, hoje, agora, em cada gesto de cuidado e partilha. É entrar na mata com o cofo de palha, proteger a palmeira que nos sustenta e transformar dor em força e esperança.

Isto é, lutar pelo território, pela voz da mulher, pela memória das ancestrais e pelo futuro de nossas crianças, por outra possibilidade de existir. Fazer do presente, coletivamente, um espaço de autonomia, cuidado e valorização dos babaçuais e da natureza, pois sem ela não há como viver.

Se podemos nomear as práticas que realizamos em nossas comunidades como feministas, é preciso dizer que vivemos isso de forma muito concreta. A ecologia, a luta contra a exploração das mulheres e a valorização das práticas tradicionais que foram marginalizadas: tudo isso se entrelaça.

Vidas entrelaçadas com a vivência cotidiana e com uma preservação radical. Assim como os babaçuais, nossos corpos são territórios vivos, que entram em conflito com a expansão e os interesses do capital hoje. É daí que brotam as cercas, as violências e as armadilhas contra o povo do campo e as quebradeiras.

Empresas de produtos de limpeza, de papel e do agronegócio, originárias do Sul, têm estado no centro dessas ações. Compram terras por preços baixos, e o desmatamento é consequência direta disso. O manejo da terra não é feito com respeito, mas sob uma lógica colonialista, exploratória e predatória.

Em áreas mais rurais, onde mandam os grandes proprietários, os latifundiários nos perseguem por meio de capatazes. Muitas mulheres estão ameaçadas de morte e sofrem perseguição. Viver nesses territórios é difícil; trata-se de uma luta constante. Às vezes, precisamos fugir para sobreviver. Ser liderança torna tudo ainda mais perigoso.

Os terrenos são cercados, com cercas eletrificadas que ameaçam a vida e impedem o exercício de um direito que nos pertence. A Lei do Babaçu Livre ainda enfrenta dificuldades em vários lugares da nossa regional, e sua aplicação é violentamente barrada por alguns desses sujeitos.

O que nos entristece é que políticos municipais e o governo estadual estão, direta ou indiretamente, a favor desse “progresso” e dos donos da terra. O que acontece quando uma de nós vai hoje a uma prefeitura? Consideram-nos inferiores e nos expulsam, mesmo quando estamos apenas reivindicando o mínimo que é nosso direito.



Ilustração coletiva de quebradeiras em protesto, 2024.

Para quê?

Em uma visão equivocada, acreditam que a cidade deve crescer e que os investimentos do agronegócio devem chegar a essas regiões. O “agro é pop” conflita com o nosso cotidiano. Tratam de nos apagar e de considerar inferiores àqueles que vivem em boa relação com a mata. Separar-nos da natureza é, na verdade, separar-nos da própria vida.

Assim, torna-se preciso resistir às tentativas colonialistas que constantemente buscam fazer com que compremos produtos em supermercados, quando podemos plantar e consumir alimentos saudáveis, orgânicos e frescos. Impõem a monocultura no lugar da diversidade, por meio de produções extensivas de soja. Mais que isso, transformam nossa organização e nossa vida autônoma em mercadoria.

A força de trabalho das mulheres passa a ser mal paga e desvalorizada. Nosso modo de viver é empurrado para fora de nós mesmas, até nos tornarmos pessoas que nem gostaríamos de ser. Eles chamam isso de desenvolvimento, de progresso: um projeto urbano que tenta avançar sobre os povos tradicionais. Precisamos, então, resistir.

Em alguns lugares, onde a cidade já começa a avançar, a luta se torna ainda mais difícil. As palmeiras ficam distantes, quase inacessíveis, e o espaço de vida que elas nos oferecem parece se afastar a cada dia. São essas as múltiplas costuras do ser quebradeira.

Assim, é preciso lembrar: precisamos ter coragem para defender nossos interesses. Somos perpetuadoras da vida, porque lutamos pela mata, mas, acima de tudo, porque ocupamos espaços de debate e retomamos tudo aquilo que nos pertence.

Em alguns territórios da nossa regional, ainda há pouca adesão de mulheres que, sem se reconhecerem como tais, são quebradeiras de coco. Por não estarem associadas ao movimento social ou à coletividade, isso cria entraves para nossa organização e luta.

O autorreconhecimento como quebradeira é fundamental, porque é nele que nasce a consciência de que não estamos sós e de que nosso trabalho tem valor. Ao se ver como quebradeira, a mulher se percebe parte de uma história, de uma luta e de uma prática que atravessa gerações. A coletividade fortalece esse reconhecimento, pois é no encontro, na roda e na partilha que nos entendemos como movimento.

O MIQCB é um espaço de gestão coletiva onde nossas pautas ganham força. É nele que centralizamos as reivindicações e organizamos as lutas, unindo territórios e experiências. Mais do que representar, o movimento articula e fortalece, garantindo que nossa voz se mantenha firme e respeitada.

Outra questão é que o esquecimento de tudo isso não pode acontecer. É preciso retomar o que já foi feito no passado, ressignificando e trazendo para o presente, em um movimento de reconhecimento e valorização da nossa história. Uma história que não é estática, mas que se reinventa em constante transformação e adaptação às demandas que o presente nos coloca.

Valorizar esse passado é não caminhar só; é entender que muito do que conquistamos, ainda que distante, é fruto da busca pelo bem-viver. Precisamos nos aproximar da memória da luta, que é transversal. Lembrar de quem lutou e, mais que isso, dar continuidade. Lutar juntas.

Somos ecofeministas, anticapitalistas? As universidades buscam dar nome a tudo isso que fazemos na busca e na construção de um mundo melhor. O que nos interessa é dizer que nossa força, diante dessas opressões, surge nos territórios, brota da terra, dá frutos e sementes todos os dias e se espalha. Sementes que se opõem a tudo o que está posto, que se espalham e se multiplicam cada vez mais, rumo à emancipação e ao bem-viver. A gente já pensa muito no eu, sendo que a gente precisa pensar cada vez mais no nós (Dona Dijé, 2025).

Esse é um dos maiores perigos: andar só. Vejo as companheiras desanimadas com a luta, cansadas. Mas é preciso retomar a circularidade, lembrar que somos um

movimento e que, portanto, quando eu canso, minha companheira assume a continuidade.

Quebrar essa roda é arriscado, pois nos coloca em posição desconfortável diante da coordenação. Não queremos mandar em nada, mas ajudar e construir coletivamente. O que nos move é a certeza de que a perpetuação do fazer tradicional e a voz popular de nossas companheiras são fundamentais para manter viva a luta.

Para onde vamos?

Gostaríamos de propor uma saída simples para os problemas aqui apresentados, que ora se mostram parecidos, ora tão diferentes. Uma saída possível é o diálogo como ação contínua para o fortalecimento coletivo das comunidades e das mulheres na luta.

No avanço corpo a corpo diante da violência cotidiana e estrutural, a auto-organização nos dá a possibilidade de fuga e de acolhimento. A roda de conversa é, nesse sentido, um espaço de escuta do outro e dos problemas reais e compartilhados, oferecendo uma alternativa de reconhecimento e de proposição de mudanças e ações.

Nossos corpos envelhecem como a palmeira, e então novas pindobas surgem, crescem e dão frutos. Da mesma forma, é preciso dar à juventude a possibilidade de continuar. A roda de quebra, com as encantadeiras, nos sindicatos e nas associações, mantém nossa luta viva, sendo conduzida com a perspectiva da horizontalidade e do fortalecimento integral.

Entoamos coletivamente e em roda:

Oh, Mulher, te chamo porque essa luta é tua!
deixa essa cozinha e vamos sair na luta.

Essa luta é nossa! Não desanime, não.
As nossas palmeiras estão todas no chão.
Vamos dar um jeito, eu já não aguento!
É para nossos filhos que dá o sustento.

A quebra do coco foi que me criou.
Ensina meus pais, também meus avôs
Agora eu tô vendo tudo se acabando
é o fazendeiro que está derrubando

Você quebra coco, cuida dos meninos
É quem lava a roupa.
não é seu destino
Depois vai pra roça, que situação!
Vai quebrar o coco, para comprar o pão.

Oh, Mulher, te chamo porque essa luta é tua!
deixa essa cozinha e vamos sair na luta.

(“Oh, Mulher, Te Chamo!”, Canto das quebradeiras)

Por fim, a fala da nossa quebradeira nos ensina sobre coletividade: “às vezes me sinto cansada, pelas viagens e lutas, mas sempre que lembro pelo que luto e, mais que isso, que não luto sozinha, retomo a minha força” (Dona Áurea, 2025).

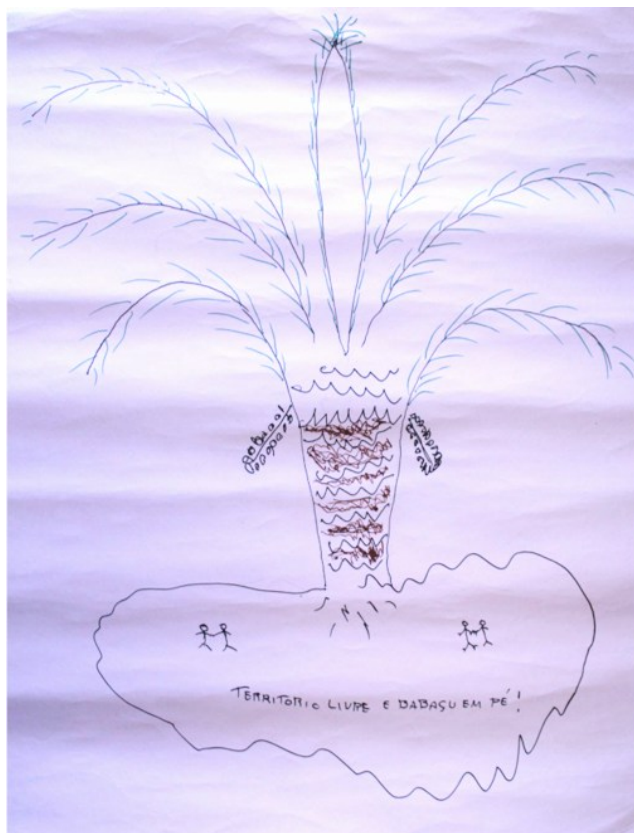


Ilustração coletiva das quebradeiras de coco babaçu, 2024.

Referências

DONA ÁUREA, Áurea Maria da Silva. [REGIONAL MEARIM/COCAIS/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistador: João Lucas Lima de Oliveira.

DONA DIJÉ, Maria de Jesus Alves de Macedo. [REGIONAL MEARIM/COCAIS/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistador: João Lucas Lima de Oliveira.

DONA FRANCIENE, Franciene Pereira Frazão Sirqueira. [REGIONAL MEARIM/COCAIS/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistador: João Lucas Lima de Oliveira.

A luta pelo Babaçu Livre é a luta por outro modo de vida

Laura Gomes da Silva¹

Maria Alana Ribeiro Oliveira²

Maria Glória Machado da Silva³

Patrícia de Macedo Silva⁴

Alessandra Veras Alves⁵

A Lei do Babaçu Livre (Lei nº 7.888), para nós, quebradeiras de coco do Piauí, é uma grande conquista. Antes dela, era como se a gente estivesse lutando no escuro, sem ter em que se apoiar. O babaçu estava preso, e nós também. Nós sempre trabalhamos quebrando coco, sempre vivemos do babaçu, e de repente chegaram os fazendeiros cercando as terras, dizendo que a gente não podia mais entrar onde sempre entrou.

Quando essa lei foi sancionada, no dia 9 de dezembro de 2022, sentimos que a nossa luta ganhou força, que agora a gente podia falar mais alto. É uma lei que

¹ Quebradeira de coco babaçu egressa da 2ª turma de mulheres do CFQCB. Sócia da AMTCOB e CIMQCB. Liderança da Rede de Defensores pelo Projeto Baquele. Vice-presidente da Associação de Moradores da Comunidade Mangueira, PI-214, Esperantina/PI.

² Quebradeira de coco babaçu egressa da 1ª turma de mulheres do CFQCB. Coordenadora de Base do MIQCB. Comunidade Fortaleza 03, Esperantina/PI.

³ Egressa da 2ª turma de jovens do CFQCB. Jovem quebradeira de coco do MIQCB, integrante da Rede de Defensores e Comunicadores do MIQCB. Atua no grupo produtivo de óleo e azeite da Comunidade Fortaleza 05 - Regional Piauí. Foi vinculada ao Sistema de Vínculos Solidários (SVS) e atuou como educadora.

⁴ Egressa da 2ª turma de mulheres do CFQCB. Quebradeira de coco babaçu, membro da comissão de Educação Contextualizada do MIQCB. Atua como educadora no SVS. Liderança da Comunidade Folha Larga, Município Campo Largo/PI.

⁵ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA). Graduada em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPPTE IFMA/CNPq).

nasceu das nossas mãos, porque fomos nós mesmas que participamos da construção, debatendo o que deveria estar nela e o que não deveria. Cada parte dela representa uma quebradeira que, por gerações, viu o babaçu sendo tratado como se fosse propriedade, como se alguém plantasse ele.

A lei reconhece que a nossa atividade tradicional de catar e quebrar o coco, do jeito que a gente sempre fez, faz parte da nossa cultura, é um patrimônio do nosso estado. Reconhece também os produtos que a gente faz a partir do coco e o nosso jeito próprio de produzir, que vem das nossas ancestrais. Essa lei traz muitas coisas importantes pra nós. Primeiro, ela garante o livre acesso aos babaçuais, mesmo que eles estejam em terra pública ou em terra de fazendeiro. Também fala da regularização fundiária, para que os nossos territórios coletivos fiquem garantidos, e também proíbe o desmatamento, as queimadas, o uso de veneno que muita gente espalha nos babaçuais para matar as palmeiras, e que cortem o cacho inteiro do coco. Tudo isso é para proteger a natureza e para que a gente possa continuar vivendo do babaçu, do jeito que a gente sempre viveu.

A lei significa proteção para o babaçu e para nós, mulheres. Antes dela, quando alguém desmatava uma área cheia de palmeiras, a gente não tinha como reagir. Agora nós podemos denunciar e cobrar providências. Mas ainda tem muita dificuldade, porque a gente denuncia e muitas vezes nada acontece.

É uma conquista, mas é também uma luta permanente.

Já houve casos de desmatamento em que a multa aplicada foi bem menor do que a que está prevista na lei. Mesmo assim, já foi um começo, porque antes não existia. Hoje, quem destrói sabe que pode ser punido, mesmo que a justiça ainda caminhe devagar. Muitas pessoas dizem: “mas a lei não tá dando resultado”. Tá sim! Nós já demos o primeiro passo. Se eu for contra a lei, eu posso ser penalizada amanhã ou depois, porque toda ação gera uma reação.

Muita gente ainda não conhece a lei, nem mesmo alguns donos de terras ou autoridades. Tem fazendeiros que fingem que não sabem e continuam impedindo a gente de entrar. Tem autoridade que nunca ouviu falar dela, e quando vamos reclamar, eles olham como se fosse invenção nossa. Tem lugar que a gente só pode entrar escondida, com medo, porque os babaçuais estão cercados e vivemos em constante ameaça. É por isso que uma das partes mais importantes da lei, para nós, é a que garante o livre acesso aos babaçuais, mesmo em áreas privadas.

A Lei do Babaçu Livre, pra nós aqui, significa isso: que o babaçu seja livre pras quebradeiras de coco, que a gente não precise estar pedindo licença pra fazendeiro, pra dono de terra, pra ninguém.

Porque se o babaçu não foi ele que plantou, por que eu tenho que pedir permissão pra entrar? Não tem sentido. O babaçu não é do fazendeiro. O babaçu é da natureza e de quem dele precisa para sobreviver.

O que a gente quer é ter o direito de ir e vir, de sair e entrar pra pegar o coco sem precisar pedir autorização pra ninguém. Que o nosso território seja realmente livre, em todo lugar do Brasil, e que esse direito seja respeitado. Hoje, a realidade é outra: tem lugares que a gente pode entrar, mas também tem muitos lugares que a gente não pode. E isso complica demais a nossa vida, tanto das quebradeiras quanto de outras pessoas que dependem do babaçu. É uma situação injusta, porque a palmeira tá ali, na natureza, e mesmo assim a gente tem que viver se escondendo pra trabalhar, como se estivesse fazendo algo errado.

Não foi fácil conquistar essa lei. Por muitos anos, os projetos ficaram engavetados, sem interesse político. Foi quando uma de nós, Regina Sousa, assumiu o governo do estado, que as coisas começaram a andar. Ela, como quebradeira de coco, conhecia nossa realidade e fez questão de sancionar a lei. Foi uma vitória coletiva, fruto de anos de luta do MIQCB e das associações locais. Lembramos também de pessoas que caminharam conosco, como o padre Ladislau João da Silva, que enfrentou perseguições e até violência por defender nossas causas. Nossa história é feita dessas alianças e dessas coragens. Isso só veio fortalecer a gente como quebradeira, porque nós já existimos há muitos e muitos anos. Só que, durante todo esse tempo, a gente era invisível. Agora, através das nossas lutas, é que estamos começando a ser vistas, a ter voz.

A lei, sozinha, não resolve tudo. O babaçu ainda continua preso em muitos lugares, e o desmatamento segue acontecendo. A lei dá um respaldo, mas não impede que fazendeiros ameacem, que haja violência física, verbal e simbólica contra as quebradeiras. É por isso que ela também prevê punições para esses casos, porque a nossa luta não é só pela palmeira, é pela nossa dignidade como mulheres que sustentam suas famílias e comunidades.

Nós, mulheres quebradeiras de coco, dependemos do acesso aos babaçuais pra tudo na nossa vida. É deles que vem o nosso sustento, a comida na mesa, o dinheiro pra gente comprar o que precisa. É através do babaçu que a gente consegue continuar vivendo do jeito que nossas mães e avós viveram, mantendo nossa tradição viva.

Desde a barriga da minha mãe que eu escuto o barulho do macete. Essa luta já vem dos nossos ancestrais, só que nós éramos oprimidos.

Hoje, nós entendemos que a luta pelo babaçu livre não é só pelo coco, não é só pela palmeira. Ela está profundamente ligada à nossa luta pelo território coletivo. O que está em jogo é todo o espaço em que vivemos e trabalhamos. Hoje, vemos nossos territórios sendo cercados, vendidos, arrendados para criação de animais ou produção de ração. Pessoas de fora chegam, compram pedaços de terra e expulsam famílias que estão ali há gerações. Quando isso acontece, essas famílias muitas vezes acabam indo parar nas periferias das cidades, perdendo sua cultura, sua autonomia, sua ligação com a floresta.

A gente percebe como essa visão coletiva é defendida principalmente pelas mulheres. Muitos homens ainda preferem a titulação individual, porque pensam de forma mais capitalista, querendo ter um pedaço que possa ser vendido no futuro. Já as mulheres pensam no futuro da comunidade, nos filhos e netos que virão. Sabemos que, se a terra for coletiva, ela vai continuar sendo fonte de vida para as próximas gerações. Temos até uma campanha que diz: “Tem floresta em pé, tem mulher.” Essa frase mostra como a defesa do território e a defesa da vida das mulheres estão unidas.

Nós, mulheres quebradeiras de coco, dependemos do acesso aos babaçuais pra tudo na nossa vida. É deles que vem o nosso sustento, a comida na mesa, o dinheiro pra gente comprar o que precisa. É através do babaçu que a gente consegue continuar vivendo do jeito que nossas mães e avós viveram, mantendo nossa tradição viva.

Desde a barriga da minha mãe que eu escuto o barulho do macete. Essa luta já vem dos nossos ancestrais, só que nós éramos oprimidos.

Hoje, nós entendemos que a luta pelo babaçu livre não é só pelo coco, não é só pela palmeira. Ela está profundamente ligada à nossa luta pelo território coletivo. O que está em jogo é todo o espaço em que vivemos e trabalhamos. Hoje, vemos nossos territórios sendo cercados, vendidos, arrendados para criação de animais ou produção de ração. Pessoas de fora chegam, compram pedaços de terra e expulsam famílias que estão ali há gerações. Quando isso acontece, essas famílias muitas vezes acabam indo parar nas periferias das cidades, perdendo sua cultura, sua autonomia, sua ligação com a floresta.

A gente percebe como essa visão coletiva é defendida principalmente pelas mulheres. Muitos homens ainda preferem a titulação individual, porque pensam de forma mais capitalista, querendo ter um pedaço que possa ser vendido no futuro. Já as mulheres pensam no futuro da comunidade, nos filhos e netos que virão. Sabemos que, se a terra for coletiva, ela vai continuar sendo fonte de vida para as

próximas gerações. Temos até uma campanha que diz: “Tem floresta em pé, tem mulher.” Essa frase mostra como a defesa do território e a defesa da vida das mulheres estão unidas.



Fonte: Maria de Jesus Sousa e Silva; Maria Eliane Silva Souza; Maria Alana Ribeiro Oliveira; Aleia Rodrigues de Sousa; Luzia Pereira de Oliveira, 2023.

Um exemplo importante foi a recente titulação do território tradicional de Santa Rosa. Quando um homem apareceu dizendo que tinha comprado toda a área, as famílias se organizaram e resistiram. Se não fosse essa luta, hoje eles estariam na rua, sem-terra, sem babaçu. Ele chegou lá mandando as famílias embora.

Imagine a dor: pessoas que estavam ali há 50 anos, que nasceram e se criaram naquele lugar, ouvindo que tinham que sair. Gente chorando, dando depoimento, dizendo que aquela era a terra onde construíram suas vidas. E, de repente, alguém de fora aparece dizendo que agora aquilo tem dono. Mas eles reagiram, se uniram ao MIQCB e conquistaram a titulação coletiva. Esse título não é só um papel, ele representa a certeza de que as famílias vão poder viver e trabalhar com dignidade, sem o medo de serem tiradas de suas terras. É uma conquista de todas nós, resultado da resistência das mulheres quebradeiras, que nunca arredaram o pé da luta pelo que é nosso por direito.

Essa experiência mostra que a organização comunitária é fundamental. Sem ela, a gente fica vulnerável. Isso é uma parte muito importante: a conscientização dentro do território. Porque não adianta ter a titulação se as pessoas não estiverem conscientes do valor daquela terra. A gente precisa conversar, explicar, mostrar a importância de não vender, e as mulheres sempre estiveram na linha de frente dessa luta.

Porque a gente trabalha na terra e a terra é a nossa casa,
a gente cuida. E no capitalismo não, o negócio dele é destruir.

Desde o início, foram as mulheres que se organizaram, que criaram associações, que enfrentaram o poder dos fazendeiros e o preconceito dentro de suas próprias comunidades. Lideranças como a dona Chica Lera são símbolos dessa resistência. Mas não é fácil. Muitas vezes, homens da própria comunidade tentam desvalorizar as mulheres. Mesmo assim, a gente não recua. Nossa luta é por todas e por todos.

Nós acreditamos muito na proteção da natureza e no trabalho em território coletivo, porque assim eu só posso trabalhar, eu não posso vender, e

a gente tem que entender que a terra não é mercadoria para se vender.

A relação das quebradeiras com a terra é muito profunda. A palmeira é vista como uma mãe. Ela tem ciclos de vida que lembram os nossos: a *pindova*, a *capota* e a *coringueira*¹. O cacho leva nove meses para amadurecer, como a gestação de um filho. Quando uma palmeira é cortada, ela solta uma seiva que parece com uma

¹ A identidade das quebradeiras de coco babaçu foi construída conforme o seu modo de vida e a relação com as palmeiras. Dessa forma, a apresentação das mulheres quebradeiras de coco babaçu está relacionada com as fases de vida e a reprodução da palmeira do babaçu: “Mulheres Pindova: se encontram na faixa etária entre 16 a 29 anos; Mulheres Capota: se encontram na faixa etária entre 30 e 40 anos; Mulheres Coringa: se encontram na faixa etária a partir de 50 anos” (CFQCB, 2019, p. 33).

lágrima. É como se ela estivesse chorando, pedindo para não ser derrubada. Por isso, quando a gente vê um babaçual derrubado, o coração aperta. Parece que estão derrubando a gente também, mas esse vínculo nos dá força. Cuidar da palmeira é cuidar de nós mesmas.



Fonte: Antônia Almeida; Laura Gomes da Silva; Patrícia de Macedo Silva; Delzenir Araújo; Maria José Silva Pereira; Maria da Conceição Ferreira Rodrigues, 2024.

Infelizmente, o que vemos é o contrário. Muitos babaçuais estão sendo devastados com correntões, que derrubam tudo de uma vez, ou com envenenamento das palmeiras jovens. Isso dói na gente. Dói ver uma palmeira chorando, dói ver uma floresta destruída. E não é só o babaçu. Outros frutos nativos, como o bacuri e o pequi, também estão sendo ameaçados. Muitas áreas estão cercadas, e a colheita está sendo feita de forma predatória, antes do tempo certo. A fruta é retirada à força, colocada para amadurecer artificialmente, e depois vendida por preços altíssimos. As próprias comunidades, que sempre cuidaram dessas frutas, não conseguem mais acessá-las e comprá-las.

Além disso, temos visto a prática criminosa de arrendar babaçuais para máquinas que retiram o coco inteiro e o transformam em carvão ou ração para animais. Isso nos revolta profundamente. O que pra gente é identidade e sustento, pra eles é negócio. É mais uma forma de exploração que a lei tenta combater, mas que ainda acontece porque falta fiscalização. A gente percebe que, pra continuar vivendo aqui, a gente tem que lutar pra permanecer no território. Não é só trabalhar, é proteger a terra, a floresta, o babaçu. Quem vai cuidar dos nossos frutos, dos nossos saberes, da nossa cultura? Aqui já entra a questão da educação.

O que a gente tem que trabalhar é a conscientização dentro do território. O que isso mostra é que a educação pode ser diferente quando ela nasce do território e valoriza o saber do povo. Porque muitas vezes a educação que chega nas comunidades não entende a nossa vida, quer ensinar do jeito dela, do jeito da cidade, e aí a gente vai perdendo nossa cultura. É violenta, porque desconsidera tudo que a gente já sabe, todo nosso conhecimento sobre a terra, sobre a floresta, sobre o babaçu.

O tempo todo a gente é tolhida, a gente é ensinada a ter vergonha de ser quebradeira de coco, de ser do campo. O que queremos são escolas dentro dos territórios, com professores que sejam da própria comunidade, que conheçam a nossa realidade e respeitem a nossa cultura. Quando saímos dos nossos territórios para estudar na cidade, muitas vezes sentimos que estamos perdendo nossa identidade, tentando nos adaptar a um modelo que não nos representa. É como se a escola dissesse que o jeito da gente viver tá errado. Mas, graças à organização coletiva, estamos recuperando esse orgulho, reconstruindo nossa identidade como quebradeiras de coco, como guardiãs da floresta.

O curso realizado no Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu foi fundamental nesse processo. Ele não só traz conhecimento técnico, mas também fortalece a consciência política e social das nossas mulheres. Nós dizemos que o curso mudou nossas vidas. Agora entendemos melhor a importância da luta coletiva e do papel do MIQCB. O centro funciona como uma verdadeira escola da

vida, onde aprendemos a nos organizar, a defender nossos direitos e a ensinar outras mulheres.

É quase uma cura pra nossa identidade, pra gente se reconhecer enquanto pessoa do campo, enquanto mulher que trabalha com a terra, que cuida da floresta, que mantém os saberes vivos. A gente aprende que nosso saber não é menor, não é menos importante do que o que vem de fora. Pelo contrário, é ele que garante a continuidade da vida no território e a resistência da nossa comunidade.

Por isso, o que pensamos do Centro de Formação é que ele veio fortalecer o que a gente já tinha. Ele respeita nosso saber, nossa prática, e dá espaço pra gente compartilhar e ensinar. A gente conversa, troca, aprende umas com as outras, e isso ajuda a cuidar do território, fortalecer nosso saber e continuar nossa luta. Foi uma educação contextualizada, que não nega o conhecimento do território, que não vem de fora. Foi um curso que se construiu junto com as comunidades, e a gente volta pra elas mais fortes, mais conscientes, mais preparadas para enfrentar os desafios. Agora o nosso dever é levar o conhecimento adiante, compartilhar, ensinar para as pessoas. É assim que a gente multiplica a luta.



Fonte: Naim Machado Santos; Cassandra Carvalho dos Santos;
José Alan Ribeiro Oliveira; Rosizele Sousa Ferreira; Maria Clara
Sousa Silva, 2024.

A gente num vai pra escola né pra aprender? aí depois a gente se forma não é pra ensinar?

O CFQCB nos mostra isso: que o aprendizado não fica guardado só pra nós, ele tem que voltar pro território, para as nossas comunidades, fortalecendo outras mulheres, outras famílias, outras lutas.

Nossa luta não é só pelo presente. A gente luta pelos que vieram antes e pelos que virão depois. Queremos deixar pros nossos filhos e netos uma terra viva, com palmeiras em pé, rios limpos, floresta preservada. A Lei do Babaçu Livre foi um passo importante, mas não é o fim. Enquanto existir uma palmeira e uma mulher disposta a lutar, vai existir esperança. E a gente segue, porque a nossa luta é de raiz profunda.

Para saber mais

Babaçu Livre: Na Lei ou na Marra – filme documentário realizado pela Associação das Mulheres Trabalhadoras do Coco Babaçu do Piauí (AMTCOB), em parceria com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). A produção retrata a resistência das quebradeiras de coco na luta pelo acesso livre aos babaçuais e reafirma o protagonismo das mulheres na defesa dos bens comuns e da justiça ambiental. O filme recebeu o prêmio de melhor curta-metragem no Festival Therecine, realizado em Teresina.

Campanha Babaçu Livre: Vida, território e luta – Cartilha produzida pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu sobre a lei, sua importância e como ela fortalece a luta coletiva.

Referências

CFQCB. **Plano Político-Pedagógico do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu**. São Luís: MIQCB, 2019.

Educação popular: contribuições do primeiro curso do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu para o MIQCB – Regional Pará

Annaxilia Mendes Sá¹

Cléia Oliveira Francisco²

Enilde Marie da Silva da Conceição³

Maria de Fátima Rodrigues da Silva⁴

Maria de Souza (Dona Maria)⁵

A educação popular, segundo a professora Conceição Paludo (2012), tem origem no processo de luta e resistência das classes populares na América Latina, onde a dimensão política e a transformação social são o cerne das experiências. É uma prática de educação crítica que vincula a formação dos trabalhadores à luta por direitos e construção de um projeto popular de sociedade. Nesse sentido, o texto busca analisar e compreender as contribuições do curso “Quebrando saberes,

¹ Especialista em Sustentabilidade (UEMA). Graduada em Licenciatura em Ciências Agrárias (IFMA). Monitora Pedagógica da Atividade Integradora de Horta na Unidade Integrada Santo Antônio (Raposa/MA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq).

² Filha de quebradeira, militante do MIQCB. Egressa da Segunda Turma de Mulheres do Centro de Formação.

³ Graduada em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq).

⁴ Coordenadora de base do MIQCB, Regional Pará. Egressa da Primeira Turma de Mulheres do Centro de Formação.

⁵ Coordenadora de base do MIQCB, Regional Pará. Egressa da Primeira Turma de Mulheres do Centro de Formação.

elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” para o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, na Regional Pará.

As ideias que apresentamos são fundamentadas nas análises das autoras, quebradeiras estudantes egressas do curso que foi desenvolvido no Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB) pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Centro Histórico (IFMA/CCH) entre os anos 2023 e 2024. O curso foi o primeiro projeto educativo realizado no CFQCB localizado na cidade de São Luís/MA, sendo uma importante conquista no processo de organização e luta ao direito a uma educação para os povos do campo, que esteja contextualizada com a realidade e que fortaleça as bases e o movimento social, assim como suas lideranças, abrindo caminhos para um novo projeto de sociedade.

Durante o curso as mulheres da Regional Pará puderam aprender mais sobre a história do movimento social, a escrita e planejamento de projetos, sobre a auto-organização das quebradeiras de coco babaçu, sobre seus direitos. Essa abordagem permitiu que as mulheres em formação usufruíssem de uma educação crítica alinhada com sua realidade representando seus interesses, cultura, identidade e as necessidades delas como um povo tradicional.

Ao longo deste texto entenderemos a importância do CFQCB e a educação contextualizada, assim como analisaremos a educação popular na Regional Pará, associando-a à formação crítica dos sujeitos. Por fim compreenderemos a partir das falas das quebradeiras de coco quais foram os impactos e contribuições das atividades do curso de formação “Quebrando Saberes” realizado no CFQCB. Para isso, destacaremos as suas origens, parcerias, recursos e articulações, para compreender seus efeitos na organização das quebradeiras e na construção de uma educação popular crítica, autônoma e transformadora na Regional Pará.

O texto foi produzido a partir da oralidade das mulheres quebradeiras de coco babaçu que aqui são escritoras, pois contam sua história por meio de diálogos e entrevistas gravadas. Bem como apresenta as experiências e vivências das estudantes do Curso de Licenciatura do IFMA – CCH que atuaram na oferta do curso e que sistematizam as falas em um texto recheado de conhecimento coletivamente construído.

A educação popular e o Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu

As vozes das quebradeiras desvelam que o CFQCB surgiu como um sonho coletivo, que buscava construir uma educação que atendesse as necessidades das comunidades. Além de um espaço formativo, este espaço é a materialização de uma luta antiga, que passa por gerações. Quebradeiras que tiveram força e voz para reivindicar o direito de se formarem a partir da sua realidade, pautada nas suas vivências. Daí nasce o Centro, quando as lideranças apontaram a importância de um lugar próprio para a sua formação, que se concretizou com a ajuda dos recursos como o Fundo Babaçu, que ajudou na criação do Centro e de cursos voltados para escrita de projetos, gestão e preservação dos recursos.

Apesar da conquista e ânimo, houve desafios no início da construção desse Centro. Nossa autora Maria de Fátima Silva relata que “muitas de nós tivemos dificuldade de entender o objetivo do curso e quando se falou em escrever projetos tivemos mais dificuldade ainda”.

As quebradeiras que vieram antes de mim falam que o Centro de Formação é um sonho que foi sonhado há muito tempo. Até que veio o projeto Floresta de Babaçu em Pé e o Centro foi um dos seus componentes (Silva, Maria de Fátima, 2025).

O primeiro curso do Centro de Formação nasce da necessidade de autonomia para atuar politicamente no território, visto que as mulheres do MIQCB sentiam a ausência do aprendizado que estivesse relacionado com a escrita de projetos, novos conhecimentos que não se desligassem da educação contextualizada que articulam os saberes técnicos com os modos de vida. Foi então constituída com uma proposta educativa “a serviço das necessidades das mulheres quebradeiras de coco babaçu e famílias extrativistas que integram os territórios rurais” (Teixeira; Alves, 2024, p. 5), o que reforça a educação popular como instrumento político de formação de base e disputa por outro projeto de sociedade.

Sobre o Centro de Formação e seu primeiro curso, nossas autoras quebradeiras relembram em seus relatos que,

as lideranças dos territórios de quebradeiras de coco babaçu, dizem que dona Cledneuza já falava em Centro de Formação para as quebradeiras de coco babaçu e para seus filhos. Elas sentiram essa necessidade de ter uma formação, foi aí que surgiu a ideia do Centro de Formação para as quebradeiras, mas formação de quê? Então elas viram que elas precisavam aprender

a escrever projetos, daí veio um dinheiro através de repartição de benefícios pela Natura, que o MIQCB criou um fundo chamado Fundo Babaçu, que hoje recebe recursos do Fundo Amazônia, e foi com esses recursos através do projeto Floresta de Babaçu em Pé que o MIQCB realizou o Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu: Quebrando Saberes, elaborando projetos e preservando a floresta de babaçu (Silva, Maria de Fátima, 2025).

Durante o processo de implementação, foi perceptível a mobilização dos territórios com apoio do MIQCB e parcerias como o IFMA e a UEMA.

Para este centro acontecer tivemos o grande trabalho realizado pela nossa equipe técnica do MIQCB, das assessoras e coordenação das regionais [...]. Foi feito um diálogo com as universidades em São Luís, IFMA e UEMA, e tivemos professores voluntários para o nosso centro (Silva, Maria de Fátima, 2025).

Com a mobilização nos territórios, as turmas foram formadas na Regional Pará com um modelo de matrícula em cinco municípios, por meio do qual foi possível mobilizar as quebradeiras de nove comunidades, além da turma de jovens. Com o auxílio de deslocamento e alimentação, as atividades foram realizadas na cidade de São Luís.

A experiência do Centro de Formação com o curso esteve fundamentada em princípios educativos defendidos pelo movimento social. O principal deles foi a compreensão da educação contextualizada.

A educação contextualizada

O entendimento do MIQCB sobre educação contextualizada busca estabelecer conexão com o que o estudante possui de bagagem a partir das suas vivências diárias com as experiências educativas que desenvolve. Para o movimento, o ensino-aprendizagem ocorre baseado na realidade do educando, tornando a aprendizagem significativa por ter aplicação com a sua vida fora do ambiente escolar. A partir desse entendimento, as pessoas em formação precisam ser reconhecidas como sujeitos do processo educativo.

Logo, a metodologia do Centro de Formação busca valorizar os conhecimentos tradicionais como parte essencial. Sobre isso, nossa autora revela que “teve uma formação mostrando a importância das nossas vivências, das nossas raízes” (Silva, Maria de Fátima, 2025).

Nos relatos percebemos que a escola tradicional muitas vezes nega a história, a cultura e os modos de vida do campo, impondo uma formação fora daquela realidade. Por exemplo, “o aluno vem do campo, mas ela não reconhece a história dele, vai estudar aquilo que tá naquele livro que trouxeram, aquele conhecimento que a escola traz, mas a realidade dele, de onde ele veio, a raiz, ele deixa de lado” (Silva, Maria de Fátima, 2025).

Convém ressaltar a importância do Centro de Formação como uma formação prática baseada no ecofeminismo, que é um movimento teórico e político a favor da igualdade de gênero em conexão com a defesa ambiental. O ecofeminismo é, portanto, um importante fundamento presente na experiência que relatamos, pois traduz a conexão da mulher com a natureza em diversos sentidos, como a opressão vivenciada por ambas, além de destacar a importância do papel da mulher na luta pela preservação do meio ambiente (Schaurich; Tremea; Mattei, 2024, p. 11).

Diante disso, o Centro de Formação das Quebradeiras se apresenta como espaço de produção e circulação de saberes que valorizam as raízes culturais e ecológicas das comunidades. Ao articular temas como agroecologia, preservação ambiental, uso sustentável do solo e valorização da mulher quebradeira, a educação contextualizada proposta pelas quebradeiras se constitui como prática de resistência e afirmação de um projeto popular de sociedade. Segundo as quebradeiras, “muita coisa que a gente aprendeu no Centro a gente tá sempre repassando, incentivando a agroecologia e falando do impacto que o capitalismo nos traz” (Silva, Maria de Fátima, 2025).

Para Maria de Fátima Silva a falta da educação contextualizada nos ambientes de ensino básico e superior traz a reflexão sobre o sistema educacional, que não adere de forma digna e legítima aos saberes plurais tradicionais e isso gera como consequência a desvinculação da realidade. Um entendimento que dialoga com as ideias da professora Marlene Ribeiro (2012, p. 294) quando questiona a formação tradicional e “a necessidade de anular os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra, como o conhecimento dos solos, das sementes, dos adubos orgânicos e dos defensivos agrícolas”.

Sobre o problema Maria de Fátima Silva (2025) reflete que nos processos de formação em geral “falta a educação contextualizada que é a educação voltada para a nossa realidade, pro nosso modo de vida, que valoriza a nossa história, valoriza as nossas raízes e por isso essa dificuldade em aceitar os nossos produtos”.

A reflexão da nossa quebradeira retrata um sistema que nega a história, a cultura e o modo de vida dessas pessoas enquanto impõe uma educação desconexa da realidade deles. Para Zanelli (2021, p. 491):

Os educadores populares, independente de qual instituição atuem, não podem negar a tarefa do convívio com o povo, com sua realidade, com sua matriz complexa de (re)produção da vida. Não é possível conceber o trabalho com metodologias populares como um presente ou uma doação ao povo, senão como presença junto a ele. O educador popular e a instituição que está promovendo o trabalho com as metodologias emancipatórias têm o dever de imergir no universo temático do povo, sendo esse universo a síntese de seu modo de vida, de sua cultura, de sua relação com a natureza, das suas formas de trabalho.

A potência da educação se revela quando nossa autora quebradeira egressa no Curso do Centro de Formação do MIQCB, Cléia Francisco, relata que a partir da experiência formativa no Curso do movimento social conseguiu afirmar sua identidade. Ela analisa que quando se trabalha a “aceitação que eu sou quebradeira, que eu vivo disso aqui os meus filhos futuramente também vão entender isso” (Francisco, Cléia, 2025). Para ela, a educação contextualizada é uma forte ferramenta na construção do pertencimento e no combate ao apagamento fruto de um currículo que não reconhece esses sujeitos.

Resta refletir um pouco sobre a Educação Popular, outro importante fundamento que orienta a experiência do MIQCB na oferta do primeiro curso do Centro de Formação.

Educação popular x capitalismo

Como destacamos bem no começo do nosso texto, para a professora Conceição Paludo (2015), a educação popular está profundamente enraizada nas experiências latino-americanas de resistência. Trata-se de uma proposta educativa que rompe com o ensino de conteúdos formais de uma escola tradicional, valorizando a experiência vivida dos sujeitos como ponto de partida para construção do saber estabelecendo uma relação entre os saberes populares e conhecimentos, relacionando “educação e luta política; educação e cultura; educação e projeto de sociedade” (Paludo, 2015, p. 228).

Portanto, a educação popular é pautada no histórico de lutas sociais, cultura e modos de viver dos sujeitos em que a escola não é uma mera reprodutora de conhecimentos e sim um espaço de diálogo para construir e transformar a realidade. De acordo com Freire (1985), estabelece-se desse modo, o vínculo entre educação e política e educação e cultura, educação e ética e entre educação e projeto de sociedade.

A partir dessas ideias, podemos relacionar o Centro de Formação à educação popular. Visto que este pode ser compreendido como espaço pedagógico, político e de resistência que reafirma o protagonismo dessas mulheres e jovens que por diversas vezes os seus conhecimentos foram silenciados por serem vistos como atrasados e sem contribuições para o desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, compreendemos que a educação popular faz parte da metodologia emancipatória que leva as pessoas a analisar a realidade e dar voz a esse processo reflexivo tornando o educando o protagonista de transformação social. Sendo essa uma referência educacional que parte da voz e força dos movimentos populares que lutaram para alcançar uma formação que contemple os seus modos de viver e meios de produzir em harmonia com os recursos concedidos pela natureza.

O caráter emancipatório das experiências de educação popular aponta para a prática de resistência ao modelo de sociedade devastador do capital que, como analisa Maria de Fátima Silva (2025): “a gente a vida toda é impactada pelo avanço do capitalismo”. E a experiência com educação popular e contextualizada do MIQCB contribuiu para que as quebradeiras compreendessem melhor essa realidade.

Como relata Maria de Fátima: “antes do Centro de Formação eu não sabia explicar o que é capitalismo e hoje se alguém me perguntar eu sei explicar”. Hoje nossa autora quebradeira pode compreender o capitalismo e explicar não como um conceito abstrato, mas como uma realidade vivida por ela na sua comunidade.

No meu ponto de vista que eu pude entender o que é capitalismo porque na minha comunidade no município de Itupiranga, Vila Tauiry, o impacto do Pedral do Lourenção, a hidrovia Araguaia-Tocantins, o capitalismo vai prejudicar os ribeirinhos, as comunidades que moram entorno do Pedral do Lourenção. O capitalismo acaba e destrói o sonho de cada pessoa, igual ele vai fazer com nós, quebradeiras de coco, com os pescadores, os indígenas, quilombolas, que eles não entende que essas pessoas existe, então eu acho no meu ponto de vista que isso é um ponto fraco porque vai desestruturar a comunidade. A comunidade não vai ter benefício nenhum porque a gente vai ser impactado, nós quebradeiras de coco o impacto vai ser maior e os pescadores também porque eles são vividos da pesca da onde eles pesca o peixe pra eles vender, de onde eles pescam o peixe pra se alimentar é onde tem os berçário, onde cria os tracajá (tartaruga), se acontecer que já foi liberado vai morrer as tracajá, vai morrer os peixes que mora debaixo das pedras, no meu ver o capitalismo destrói, ele acaba com tudo e nós quebradeiras de coco que sobrevive do coco de tirar no nosso sustento de quebrar o coco de tirar o óleo, o azeite pra sobreviver, vender e comprar a nossa alimentação,

isso vai ser muito impactado. Os jovens que sobrevivem da pesca vão pra cidade, vão pro caminho do erro, vão usar drogas, virar assaltantes, então, isso é um grande impacto que o capitalismo faz (Souza, Maria, 2025).

As análises das mulheres do campo que vivem do extrativismo do coco babaçu e sentem diariamente o impacto dos projetos pautados nos interesses dominantes demonstram a importância da educação popular e da educação contextualizada para a formação humana e política do povo em movimento. Sendo as contribuições da experiência do MIQCB com o curso “Quebrando saberes” o nosso último tema de conversa nesse texto.

Avanços após o primeiro Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu

Nossa autora Maria de Fátima destaca que o Centro de Formação fortaleceu a organização política, produtiva e territorial, já que através dele aprenderam formas de liderança, gestão de território, como procurar políticas públicas que melhorem e tragam benefícios para suas comunidades.

Aprendemos melhor como ser uma liderança, como gerir nosso território, como buscar políticas públicas que venham melhorar nossas comunidades, como saber separar as coisas que são práticas capitalistas. Podemos trabalhar melhor os projetos de beneficiamento das comunidades e capacitação e reuniões de fortalecimento institucionais (Silva, Maria de Fátima, 2025).

Ela destaca que o Centro de Formação abriu a mente para a escrita de um projeto através do Fundo Babaçu para a construção de uma unidade de produção para a sua comunidade, onde as mulheres podem se reunir para a quebra do coco, produção de azeite, mesocarpo.

O Centro de Formação foi uma importante conquista para essas mulheres, que a partir da participação no curso conseguem conhecer as suas raízes a partir da sua história e compreender que são pessoas portadoras de direitos e possuem voz para atuar de forma política, para lutar e transformar a realidade. Uma compreensão que vai de encontro com o objetivo da educação popular, que, de acordo com a professora Conceição Paludo (2013, p. 284), “visa formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade e esse tem sido o trabalho dessas mulheres e jovens: a busca em interferir e mudar a realidade”.

Hoje dizer que é aluna formada pra nós é um grande privilégio estar na realização deste sonho que foi sonhado pelas quebradeiras que estão desde a fundação do movimento ter tido a chance de participar desta formação de liderança também foi muito importante (Silva, Maria de Fátima, 2025).

A partir dessa formação houve conquistas individuais e coletivas. Por meio das falas é possível compreender o quanto o Centro de Formação foi primordial para desvelar a importância da história das quebradeiras de coco e no processo do empoderamento feminino porque elas conseguem se reconhecer como lideranças em seus territórios, algumas delas à frente de reuniões, capacitações e escrita de projetos. Para elas, “o maior aprendizado, foi conhecer a história, a raiz dessas quebradeiras, o território, do terreno, das lutas” (Francisco, Cléia, entrevista).



Floresta viva. Ilustração coletiva das quebradeiras de coco babaçu, 2004

A principal contribuição dessa formação foi mostrar o valor das raízes históricas das quebradeiras de coco e mostrar como possuem o direito de estudar, alcançar lugares altos por meio de conhecimentos prévios e juntar com outros conhecimentos. O intercâmbio com outras regionais – que integrou a metodologia da formação no curso – fez com que elas se vissem uma na história da outra; mesmo morando em localidades diferentes o processo de luta é basicamente o mesmo.

Essa formação foi capaz de ampliar e transformar a percepção de si mesmas, como Maria de Fátima aponta, afirmando que o Centro de Formação as capacitou para “aprender mais, ter mais conhecimento, muitas coisas que a gente não conhecia a gente aprendeu no Centro de Formação, ele clareou a nossa mente e a gente aprendeu mais” (Souza, Maria, 2025).

O CFQCB não apenas cumpre o sonho de gerações, mas também atua como ferramenta de resistência e emancipação, articulando educação contextualizada, memória coletiva e afirmação política para os que um dia sonharam e para “formar os novos que estão vindo” (Francisco, Cléia, 2025).

Referências

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRANCISCO, Cléia Oliveira. [REGIONAL PARÁ/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistadoras: Enilde Marie da Silva da Conceição e Annaxilia Mendes Sá.

PALUDO, Conceição. **Educação popular como resistência e emancipação humana**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 96, maio-ago. 2015.

PALUDO, Conceição. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RIBEIRO, Marlene. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SCHAURICH, Amanda Caroline Shallenberger, TREMEA, Elizangela, MATTEI, Silvia. **A importância do ecofeminismo para o desenvolvimento sustentável e a legislação brasileira aplicável ao movimento**. Prisma Jurídico, São Paulo, maio de 2024.

SILVA, Maria de Fátima Rodrigues da [REGIONAL PARÁ/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistadoras: Enilde Marie da Silva da Conceição e Annaxilia Mendes Sá.

SOUZA, Maria de. [REGIONAL PARÁ/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistadoras: Enilde Marie da Silva da Conceição e Annaxilia Mendes Sá.

TEIXEIRA, Michelle Freitas; ALVES, Alessandra Veras. Educação popular, produção audiovisual e disputa por hegemonia: a experiência do curso livre de extensão “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu” MIQCB/IFMA-CCH. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, SP, v. 9, n. 15, p. 272–283, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2024.v9n15.p272-283>

ZANELLI, Fabrício Vassali [et. al] (Orgs.) **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

CIMQCB PA, Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu do Pará. **Fortalecimento das Mulheres Quebradeiras de Coco: Gênero, Território e Sustentabilidade nos Babaçuais**. Projeto apresentado ao 10º Edital de Convocação do Fundo Babaçu 2024. São Domingos do Araguaia/PA, 2025.

Eu existo porque alguém antes de mim existiu: a formação das juventudes do MIQCB na luta das quebradeiras de coco babaçu

Anderson Lopes Alves¹

Amanda Xavier Sousa²

Antonia Silva de Almeida³

Davi Mourão Sousa⁴

Wallas Campelo Bezerra⁵

¹ Graduado em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Professor de Artes Visuais. Artista e Pesquisador sobre ensino de Relações Étnico-raciais no ensino de Professores de Artes. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPPTTE IFMA/CNPq).

² Artesã do coco babaçu no grupo Pindova da comunidade Juverlândia no município de Sítio Novo/TO. Filha e neta de quebradeira de coco. Participante do MIQCB, coordenadora do GT das juventudes rurais do bico no eixo de formação e organização da rede de comunicadores e defensores do MIQCB. Egressa da 2ª turma de jovens do Curso Quebrando Saberes.

³ Quebradeira de Coco Babaçu. Mestranda em Educação (UFPI). Graduada em Licenciatura em Educação no Campo (UFPI). Participante do MIQCB. Coordenadora de Meio Ambiente do 2º Território de Quebradeiras de Coco Babaçu – Santa Rosa. Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável do Projeto Jandaíras. Integrante da rede de comunicadores e defensores do MIQCB. Egressa da 2ª turma de jovens do Curso Quebrando Saberes.

⁴ Estudante do ensino médio. Participante do MIQCB. Atua na Rede PCTs: Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Membro do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável de São Domingos do Araguaia/PA. Liderança jovem no território São Benedito/PA. Egresso da 2ª turma de jovens do Curso Quebrando Saberes.

⁵ Graduando em Enfermagem (Faculdade Unopar). Participante do MIQCB. Conselheiro de Igualdade Racial no município de Cajari/MA. Liderança jovem no território Camaputuiua. Egresso da 1ª turma de jovens do Curso Quebrando Saberes.

“Conheci o movimento porque a minha avó é uma das fundadoras do movimento. E aí desde pequena, ela me levava para acompanhar ela nos encontros e nas reuniões que tinha” (Xavier, Amanda, 2025).

O presente texto, é um exercício de registrar as vozes e memórias da juventude do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). As falas são das juventudes, elas narram com palavras próprias, as descobertas, os sonhos, as lutas e os caminhos que os jovens têm percorrido dentro do movimento. Entre lembranças e relatos, o texto destaca alguns elementos que nos dizem da sua personalidade coletiva, da sua forma singular de estar no mundo e da maneira de existir como movimento social.

O texto é tecido a partir de entrevistas, escutas e conversas que aqui tornam-se reflexões sobre pertencimento, ancestralidade, identidade e sobre a formação política que brota da experiência da educação popular vivida no Curso *Elaborando Saberes*. Muitas vezes identificada nessas palavras por um “Eu” simples. No entanto, nesse texto o “Eu” é coletivo, a escrita que se segue não busca distanciar-se da fala, mas se aproximar dela. É escrita carregando o ritmo das conversas, a força das palavras e a poesia cotidiana das quebradeiras e de suas juventudes.

Ela parte de indivíduos que representam os quatro estados que compõem o MIQCB, ou seja, do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí, os jovens que aqui falam da posição de representantes, discutem sobre papel das juventudes no movimento e sobre como existir não é um ato espontâneo, é uma construção entre aqueles que estavam antes e os que estão agora. Logo “*eu existo porque alguém antes de mim existiu*”.

Alguém antes de mim foi lá... plantar: a juventude das quebradeiras e a experiência do curso de formação

O que é o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu para um jovem? Não dá para entender muito bem, a gente cresce no meio de algo e a noção do que é esse movimento muitas vezes não é claro. Cresce vendo as nossas vós, mães e tias saindo do nosso território, fazendo muito barulho e até nos levando junto. Aos poucos começamos a compreender, passo a passo, ouvindo as histórias e observando a partir delas – nossas mães, avós e tias – como conquistaram mais autonomia e como deixaram de ter vergonha, de dizer que eram quebradeiras de coco.

É nesse processo que a gente começa a reconhecer o que elas fazem como um verdadeiro Movimento Social, como um coletivo que organiza a vida, que reivindica direitos, que constrói ações sociais e políticas, para o bem comum e buscando uma vida melhor para uma camada social, a partir da articulação de mudanças na sociedade em que a gente vive (Paludo, 2008).

Aí teve um dia que eu perguntei por que sempre a gente dizia aqui que era a “Palmeirinha” o apelido do movimento como diz assim vai ter a Palmeirinha no interior, e a gente ia ficar todo mundo feliz, aí eu cheguei em casa e perguntei:

Mamãe por que Palmeirinha?

[...] aí, ela foi ver, meu fi, porque elas essas mulheres que vêm aí são mulheres de luta, mulheres que tem o movimento, para defender as vidas dos babaçuais, das palmeiras do coco babaçu, esse coco aqui que a gente junto a gente quebra esse coco, essas mulheres lutam para a preservação desses babaços aí, daí que eu fui entendendo o que era o MIQCB (Bezerra, Wallas, 2025).

De repente a gente entende que não é de uma pessoa só, o movimento é feito por muitas pessoas. E que ele luta, ele defende todas e, entre elas, ele não quer só a defesa da palmeira. Ele quer a defesa das florestas brasileiras. Ele quer defender o planeta. E é por isso que o Movimento Social também é montado através dos sonhos e, um dos sonhos das mulheres, desde a fundação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), era a educação. “Da minha avó a gente sempre soube que ela tinha um sonho de ter um centro e aí elas falavam para gente – não porque, tem um centro das quebradeiras de coco babaçu e ele vai formar os nossos filhos e netos” (Xavier, Amanda, 2025).

E o centro de formação quando se inaugurou, foi uma mudança, pois foi algo que o MIQCB sempre sonhou, um lugar que formasse as lideranças, que ensinasse as mulheres sobre as coisas, que conversasse com as nossas necessidades e as dos territórios, para organizar a luta das quebradeiras. O Centro de Formação foi uma experiência de educação popular e contextualizada como elas sempre sonharam e defenderam. Foi por isso que as primeiras turmas do centro de formação já tinham, desde o início, a ideia de formar duas turmas de mulheres, mas também duas de juventude.

Minha tia (coordenadora) me convidou (Bezerra, Wallas, 2025).

Eu fui porque não tinha opção, me disseram assim – Davi, você quer ir para São Luís para o curso das quebradeiras?, e aí eu peguei minhas coisas e fui (Sousa, Davi, 2025).

O curso Quebrando Saberes e Elaborando Projetos Socioambientais foi pensado, organizado e ofertado para duas turmas de jovens, que tinham representantes das seis regionais que formam o MIQCB. Jovens que vinham de muito longe, alguns pegavam barco, carro e ônibus só pra chegar ao curso. O lugar onde iam aprender a escrever projetos socioambientais. Mas também aprender sobre a gente, sobre a nossa forma de se organizar e estar no mundo.

As aulas falavam sobre identidade, cartografia popular, a luta, movimentos sociais em si. E eu penso que antes de ir para o centro eu sabia falar, já tinha feito mesas de debates, mas a partir do curso eu me desenvolvi, e hoje me sinto mais segura para falar, agora eu entendi que sou quebradeira (Xavier, Amanda, 2025).

A maneira como o curso funcionou, foi como um ampliador do conhecimento já trazido, pois a ideia era conversar com os territórios e com a realidade apresentada lá mesmo onde eles já viviam, o Centro de Formação tinha uma metodologia de educação contextualizada, o que para alguns jovens era algo novo,

é uma forma de trabalhar o conhecimento muito mais amplo trazendo a realidade, né? E aí então dialogar com o conhecimento científico, com os conhecimentos populares que a gente tem na comunidade. Isso é uma forma de contextualização do conhecimento em si, né? Aí que a gente consegue aprender com mais facilidade (Almeida, Antonia, 2025).

E assim o curso acontecia em três módulos, organizado em pedagogia da alternância. Que se organizava em uma semana de formação pra cada módulo, e depois as turmas voltavam para o território, onde iam desenvolver os conhecimentos conversados e debatidos nas aulas. As turmas de jovens eram importantes, pois a ideia era formar as Pindovas do Movimento, que um dia serão ou já estão em espaço de liderança – a juventude do MIQCB.

A juventude do MIQCB, ou melhor dizendo as juventudes

Essa é uma ideia interessante de discutir. O que é juventude? “Não tem a ver com a idade – bom um pouquinho, mas é pelo que você faz, né? Você tem aquela força, você pode fazer, então isso é jovem, você se colocar a dispor daquela certa tarefa” (Sousa, Davi, 2025).

É uma ideia que não é fechada, um conceito diverso, sabe?, tem gente que pensa através do número, e tem gente que pensa como uma maneira de fazer as coisas, é

por isso, que é maior do que a ideia em si, é melhor falar de maneira plural, as Juventudes.

Tem a forma Juventude, é só como se fosse um individual. Juventudes é o coletivo, então quando se fala em Juventudes é o coletivo de troca de conhecimento, e por exemplo se uma Juventude conhece a juventude no coletivo consegue se ampliar, né?, e conhecer outras vogais, para influenciar. A juventude se reconhece enquanto um coletivo e isso se torna melhor na fase de valorização da mesma juventude.

Por isso a valorização das juventudes, começa em um aspecto interessante, que é reconhecer a importância dela para um Movimento; muitas vezes a juventude é o ponto novo, uma nova maneira de olhar para algo, novas ideias, novas formas de fazer, às vezes os Movimentos têm medo disso, mas algo inovador não quer dizer, brigar com o passado. Para um Movimento Social é importante reconhecer o papel da tradição. Assim como a cultura e a ancestralidade, através do próprio movimento das coisas e da sociedade. Pois foi dos jovens há mais tempo que o MIQCB sobreviveu até aqui.

Eu acho que a juventude, ela quer ter espaço, espaço de fala, espaço de aprendizagem, espaço de tudo, né? Espaço de identidade também para se identificar, porque como eu já falei antes, a maioria da Juventude, elas não têm essa questão de identidade. E eu sempre falo quando me pergunta em regiões, eu sempre falo que o primeiro que elas têm que trabalhar nas comunidades é a questão da identidade da Juventude” (Xavier, Amanda, 2025).

Isso porque, vivendo num mundo capitalista, a gente – as juventudes – não se reconhece como parte do Movimento. Isso faz a gente querer sair dos nossos territórios, faz a gente achar que é preciso sair do nosso lugar para ser alguém. Faz a gente não ver a palmeira assim, igual a gente vê, como uma mãe, como identidade. A floresta como algo que está vivo, a gente acaba se distanciando, achando que tem que estar na cidade para viver bem. E depois que a gente sabe da história, de como as coisas acontecem e porque acontecem.

É quando a gente entende que no Movimento tem gente morrendo, dando a vida para que as Juventudes tenham direitos básicos – Educação, direito a viver bem, a manter as palmeiras de pé, direito ao babaçu livre e a estar no nosso território sem precisar sair. Só quando a gente entende essas lutas e a nossa identidade é que passamos a ver nosso território como algo importante. Isso é ir além, do que os outros espaços ensinam, para nós do que é bom – o que ensinam para a gente é que, para alcançar as coisas boas, é preciso sair do território do nosso espaço.

O outro lado sobre as coisas, a gente só aprende muitas vezes com os Movimentos Sociais, de forma coletiva – quando a gente tá com as nossas Coringas e as nossas Capotas, a gente aprende com elas no dia a dia e a vivência, por exemplo as nossas Capotas e Coringas todo dia ensina algo novo para nós, contando as histórias diferentes de vida delas.

E a partir do que a gente aprende, a mensagem que as juventudes querem incentivar, é a de guardar a fala de outros jovens. Não somente quem já participou, do centro, mas todas as outras juventudes das lutas sociais populares. Sempre naquela noção do que a gente vai falar, pode ser que, algumas coisas já tenham sido faladas, e outras ainda não tenham sido faladas, mas é importante falar sempre, e do mesmo jeito se colocar à disposição do coletivo, da luta e dos direitos que o Movimento defende. Assim a gente abre para que outros jovens também possam estar se expressando. E desse jeito fazer a luta, que as nossas quebradeiras ensinaram.

As Juventudes têm esse papel, e podem usar o que conseguirem para contribuir com a luta dos babaçuais – a facilidade de uso com a internet, coisas que as gerações mais novas têm, o acesso às redes, o conhecimento com a tecnologia que ajuda na divulgação dos conflitos, as integrações entre os diferentes Movimentos através das redes sociais, assim como a questão do melhor acesso às informações e dos nossos próprios direitos, por meios digitais. É uma questão de conexão de vivências, de nos conectarmos não só com o nosso território. Mas também com a nossa história de vida, com a história de vida da nossa família, dos nossos irmãos de Luta.



Cartaz produzido na 1ª turma de jovens, 2024.

A nossa força está no coletivo. A juventude é uma caixinha de surpresa, mas quando está em coletivo se torna mais forte, porque sozinha ela perde a força. Isso se traduz em ações concretas.

Hoje já temos as redes de comunicadores e defensores, que nos permitem denunciar violações contra as palmeiras, e mostrar o que acontece nos nossos territórios:

Esses dias vi palmeiras mortas por veneno, tirei foto, mandei pelo aplicativo com localização e já foi feita a denúncia. É uma prova de contribuição e inovação da juventude, novas propostas, novos formatos e espaços que vêm da nossa vivência nas escolas, universidades, de outros espaços e comunidades que a gente passa, como por exemplo o centro de formação. É por isso que a juventude é o agora e o futuro e a gente precisa tomar providência do nosso futuro. Assim como as nossas quebradeiras de coco fizeram. Cuidaram do passado. A gente tem a responsabilidade de cuidar agora no futuro (Xavier, Amanda, 2025).

Olhando para frente, sabemos da responsabilidade que temos. É um futuro que não é apenas individual, é coletivo. Que se constrói no território, nas comunidades tradicionais, no babaçu que se ergue como a mãe palmeira – ela é como um símbolo de resistência, pois continua se levantando apesar de tudo que fazem com ela.

As juventudes do MIQCB, carregam no corpo e na fala a continuidade de uma luta que começou muito antes de nós. Ser jovem no MIQCB é entender que o que está sendo feito não está começando do zero. Existe uma história de mulheres que abriram os caminhos, que lutaram pela terra, que enfrentaram preconceito, violência, derrubada de palmeiras, e que mesmo assim nunca desistiram. E só existem as juventudes de hoje por causa delas. Aí a gente lembra a música da Rosalva, que diz assim:

Eu existo, porque alguém antes de mim, existiu
Porque alguém antes de mim, resistiu
Porque alguém antes de mim foi lá...

Eu existo porque alguém antes de mim, existiu
Porque alguém antes de mim, insistiu
Porque alguém antes de mim foi lá... Plantar
Porque alguém antes de mim foi lá... Plantar

Eu existo porque alguém escreveu a minha dor
Porque alguém seguiu a minha cor
Porque alguém ensinou-me a caminhar

E pra sempre viverei, nasceu o que plantei
E pra sempre viverei, nasceu o que plantei

E eu existo porque alguém antes de mim, existiu
Porque alguém antes de mim, ressurgiu
Porque alguém antes de mim foi lá... Plantar
Porque alguém antes de mim foi lá... Plantar

E eu existo porque alguém antes de mim foi lá... Plantar
Porque alguém antes de mim foi lá... Plantar

(Eu existo – Rosalva Gomes)

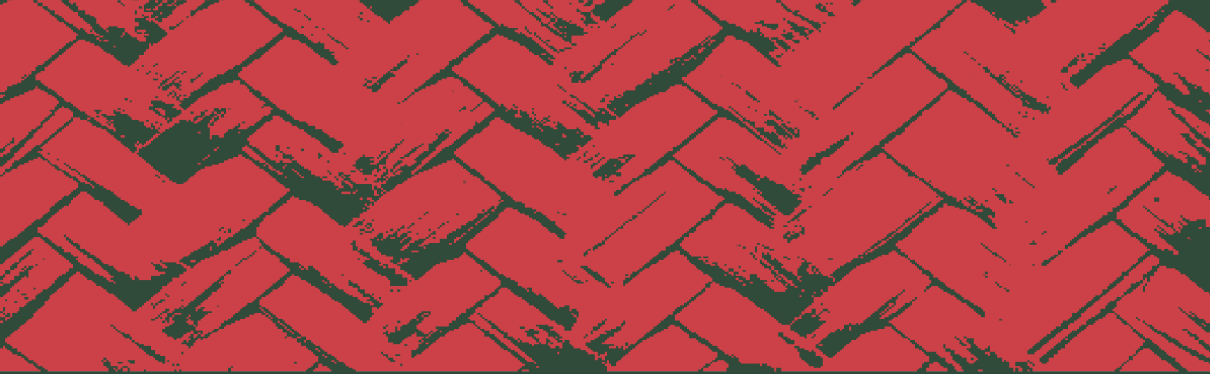
Referências

GOMES, Rosalva. **Eu existo**. Canto das Quebradeiras. s/d.

ALMEIDA, Antonia Silva. [REGIONAL PIAUI/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando Saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistador: Anderson Lopes Alves.

BEZERRA, Wallas Campelo. [REGIONAL BAIXADA/MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando Saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistador: Anderson Lopes Alves.

SOUSA, Davi Mourão. [REGIONAL PARA /MIQCB]. **Entrevista com educadores egressos do Curso Quebrando Saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu** [2025]. Entrevistador: Anderson Lopes Alves.



PARTE III

**As guardiãs da floresta,
nossas professoras:
depoimentos dos
estudantes e egressos do
Curso de Licenciatura em
Artes Visuais do IFMA CCH**

Extensão, educação popular, arte e resistência na formação docente em Artes Visuais

Alessandra Veras Alves¹

Anderson Lopes Alves²

Enilde Marie da Silva da Conceição³

Felipe Rodrigo Ferreira Batista⁴

João Lucas Lima de Oliveira⁵

A extensão é parte integrante dos cursos de formação superior nas instituições públicas, estruturada a partir de uma perspectiva que coloca a universidade e os espaços de ensino público em diálogo com o seu entorno. A proposta da extensão é promover uma maior proximidade dessas instituições com a comunidade, as pessoas, os movimentos sociais e outros públicos, de maneira a explicitar um elo inerente à construção do conhecimento, uma vez que ele se produz no mundo e não pode ser dissociado dele.

O projeto de extensão “Educação do Campo: Quebrando Saberes, Elaborando Projetos Socioambientais e Preservando as Florestas de Babaçu” é um exemplo de ação extensionista que mobiliza essa proximidade com o conhecimento.

¹ Mestranda do Programa de Políticas Públicas (PPGPP – UFMA). Graduada em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPPTTE IFMA/CNPq).

² Graduado em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Professor de Artes Visuais. Artista e Pesquisador sobre ensino de Relações Étnico-raciais no ensino de Professores de Artes. Membro do GEPPTTE IFMA/CNPq.

³ Graduanda em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Membro do GEPPTTE IFMA/CNPq.

⁴ Graduado em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA).

⁵ Graduado em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Membro do GEPPTTE IFMA/CNPq.

Quando ingressamos no projeto éramos oito estudantes envolvidos no acompanhamento das atividades formativas desenvolvidas pelo curso. Como estudantes de licenciatura, participaríamos das etapas presenciais e acompanharíamos o percurso dos participantes em suas comunidades, observando como os conhecimentos trabalhados no curso reverberavam em seus territórios.

Mas muito mais que isso, encontramos mulheres que nos ensinaram a olhar para a educação, para a arte e para a própria formação docente em Arte por outros caminhos.

As atividades contavam com a realização de sínteses que se materializavam em expressões estéticas, sendo os cartazes e os vídeos as formas mais comuns. Elas trouxeram para nós, estudantes da licenciatura, a afirmação da criação como dispositivo de compreensão política. Era interessante observar como os cartazes desenhavam o território, os vídeos documentavam os conflitos e as falas davam corpo ao trabalho político dessas mulheres, de forma que esse espaço se tornou uma ponte de diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares.

A arte sempre foi um lugar elitizado. Pouco se estuda sobre as construções estéticas e artísticas dos movimentos sociais, pouco se fala sobre as quebradeiras e sua produção de conhecimento e sobre suas criações sensíveis. Dizemos isso porque não havia uma aula que não começasse com uma mística ou que terminasse em um canto. Essa convivência com as quebradeiras de coco nos permitiu, enquanto licenciandos, compreender os processos educativos para além dos limites da sala de aula, perceber que a arte pode ser muito mais do que aquilo que se apresentava no currículo de formação e reconhecer o aprendizado nas experiências de resistência.

Brandão (2006, p. 15), em “O que é Educação Popular?”, afirma que “a todo o momento há relações sociais entre sujeitos e agências [e] há um processo contínuo de expropriação erudita de segmentos do saber popular”. Aprendemos de forma constante com o popular, mas nem sempre lhe damos o lugar que merece na produção do conhecimento. Por isso, afirmamos neste capítulo, com todas as letras: as quebradeiras nos ensinaram muito sobre a arte, mas, principalmente, sobre os papéis que ela pode desempenhar no âmbito da educação popular e política.

A materialização dessas percepções teve culminância na exposição A Arte da Mãe Palmeira, cujo texto de abertura afirma que “a arte brota da terra, do trabalho coletivo, da ancestralidade e da resistência das mulheres quebradeiras de coco” (Teixeira et al., 2025). Nesse sentido, o que ocorre quando ocupamos uma galeria com suas produções é apenas a passagem para um lugar que já deveria ser delas: o de artistas, produtoras de objetos únicos e de discursos políticos que suscitem questões relevantes de forma sensível e apurada.

Pensando nessas contribuições, buscamos nestas páginas explicitar os ensinamentos vindos dessas professoras. Ele é composto por textos escritos pelos licenciandos e licenciandas que participaram do projeto de extensão, em formato de relatos.

Intentamos essencialmente reconhecer as quebradeiras de coco babaçu como educadoras e produtoras de conhecimento – nossas professoras –, expressando aprendizagens construídas no encontro entre universidade e movimento social, evidenciando que a formação docente também se faz na escuta, na convivência e na partilha de saberes que resistem, criam e reinventam caminhos para uma formação de professores de Artes Visuais.

Vir a ser docente: outras pedagogias possíveis

De modo geral, os moldes da nossa formação docente em artes visuais, assim como as demais áreas de formação para a educação básica, encontram-se envoltas por um academicismo que, quase como regra, ignora os saberes e os valores do campo, considerando-os pertencentes a uma realidade distante ou em processo de extinção.

Essa estrutura, que o MIQCB e o CFQCB me ajudaram a nomear, opera por uma lógica depreciativa ou romântica sobre os povos do campo, tratando seus saberes como pré-científicos. Daí que a organização curricular privilegie, de forma quase exclusiva, referenciais estéticos e pedagógicos urbanocentrados, naturalizando uma cisão que parecia intransponível entre a universidade e a experiência camponesa que me constitui.

O juízo sobre a arte e o ensino de arte nas nossas instituições decorre de processos de formação cultural e educacional que se organizam a partir de modelos impostos pelos centros do capital. No contexto do ensino de arte, essa dinâmica vem se expressando na centralidade de modelos estéticos universalizados cuja pretensa neutralidade contribui para a desvalorização das práticas artísticas vinculadas às experiências da classe trabalhadora e dos povos do campo, reforçando as dinâmicas de subordinação tanto econômica quanto intelectual.

No que concerne à relação campo/cidade, a partir da visão dominante que associa, inclusive através da arte, o campo a um lugar marcado pelo atraso e pela inferioridade, se renova um imaginário que posiciona o espaço urbano como único caminho legítimo para o desenvolvimento, consolidando uma ideia de modernização atravessada também por projetos de educação que se situam no chão de nossa formação docente.

Contudo, as quebradeiras de coco babaçu nos ensinaram o contrário. É preciso estar atento às diferenças históricas, culturais e territoriais que constituem os sujeitos camponeses – processo formativo que reconfigurou as bases de nossa formação profissional e humana pelo compromisso que nos move.

Acredito que nossa inserção, enquanto estudantes extensionistas, nos processos formativos do movimento social construiu uma postura pedagógica crítica, atenta, humilde e afetiva, comprometida com as práticas educativas e artísticas orientadas pela educação popular e do campo. Compreendemos, no processo, que é no mundo e com o mundo que nossos primeiros exercícios com a docência se exercitam, e a extensão com as quebradeiras de coco babaçu foi um entre tantos espaços em que o vir a ser docente começou a ensaiar-se em nós, e que sorte a nossa!

Paulo Freire (1996, p. 30) nos lembra que a relação pedagógica é um encontro de sujeitos que se reconhecem como inacabados, o que nos exige humildade e afetividade, insistindo amorosamente na potência do vínculo como condição básica para uma educação que possa nos levar à transformação.

Em nossa experiência, especialmente o afeto e a alegria criaram um espaço onde o pensamento pôde prosperar. As mulheres tornaram-se referência de uma das inteligências mais sensíveis que conhecemos, construindo conosco, em dimensões que nem sei nomear, esse caminho de pensamento que atravessa nosso trabalho e os sujeitos que somos.

As mulheres nos mostraram que a cisão entre universidade e campesinato é construída, e dessa forma, também pode ser desconstruída através de projetos como esse – que nos ensinam a docência através da persistência na luta por justiça e a recusa aos fatalismos, coisas que não se aprende ou se fazem apenas com técnica e metodologias.

Agradecemos às quebradeiras de coco babaçu, nossas professoras, por nos deixarem acessar suas histórias e nos apresentarem outros mundos e futuros possíveis, tendo o campo como ponto de partida e de chegada.

Alessandra Veras Alves

Aprendendo sobre a luta e o viver com as doutoras da vida

As minhas professoras quebradeiras de coco me ensinaram coisas que não têm como medir. Ouso elencar algumas palavras que tentam mensurar essa experiência; no entanto, falharei. Este texto pouco conseguiria reunir o universo de sentimentos e ações que aconteceram nesse processo de aprendizagem e nessas aulas, no curso da presença delas que aprendi que a luta pode machucar, mas ela tem motivos para acontecer.

Ouvindo sobre a luta das professoras quebradeiras, aprendi sobre mulheres que vivem suas histórias de forma que não me era apresentada ou colocada na minha formação. Aprendi sobre suas dores, os problemas na terra, sobre o agronegócio e o seu projeto de devastação e morte, a luta dos camponeses, as carências nas políticas públicas e o desejo pelos direitos básicos que não são acessados. Existem projetos de sociedade sendo disputados; minhas professoras quebradeiras me mostraram isso.

Elas me ensinaram coisas inestimáveis. Em qual disciplina ouviria, a partir de um relato íntimo, sobre o fato de que viver do jeito que nos é imposto não basta? As professoras me demonstraram, com seu canto, que precisamos viver a nossa vida, mas que a maneira certa é aquela que é boa para todos. Esse tipo de vida só vem com a luta e com a organização de um pensamento que abarque o futuro, o passado e a expansão de possibilidades no presente. Elas me ensinaram que a organização desse futuro é a luta, e, mesmo que eu não faça parte dele – o futuro –, eu o construí.

Com a experiência da extensão *Elaborando Projetos Socioambientais e Preservando a Floresta de Babaçu*, a minha visão sobre educação, sobre arte e sobre a vida ganhou uma nova perspectiva. A partir delas, as professoras percebi a força que a presença pode ter e, nas palavras de Daniel Munduruku, “pode até parecer bobagem, mas o que você é sempre tem repercussão na realidade em que se move” (2020, p. 57).

Fui formado pelas doutoras da vida. Vi, na minha frente, o pensamento coletivo na sua maneira mais pura de defender o humano antes do material, a exteriorização de um projeto de sociedade pautado no amor e no cuidado pelo outro. Entendi isso observando a maneira como elas cuidam umas das outras, como buscam entender e mudar a realidade.

Elas, que cantam as suas dores e corporificam uma existência de conhecimento, expressam seus desejos e sonhos com a mesma força com que erguem seus machados. Não se deixam limitar pelas barreiras nem pela tristeza, já que “lágrima é água triste/ não serve para irrigar a terra/ nem torna feliz o chão” (Castro, 2005). E por essas lições sou grato por tê-las comigo.

Anderson Lopes Alves

Um novo pensar sobre a educação: experiência na extensão com as quebradeiras de coco babaçu

A experiência do contato com o projeto de extensão foi um ponto chave no meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. A partir de um convite, entrei de paradas no Projeto de Extensão “Educação do Campo: quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu”, que já estava em andamento há um ano. Nesse período, a ideia de educação que eu tinha foi se desconstruindo e reconstruindo. Nunca havia pensado a educação fora da cidade, e no quão rica ela pode ser fora desse meio e a potência que possui dentro dos movimentos sociais e das lutas que as cercam.

Participar das aulas me permitiu ter uma nova visão de mundo, adquirindo conhecimentos não só pedagógicos, mas para a vida. Aprendendo sobre coletividade, a luta cotidiana dessas mulheres para manter o modo de vida, modo de produção em coexistência com a natureza, em um movimento contrário à lógica capitalista de exploração da terra. A convivência com as quebradeiras de coco babaçu me fez compreender que a educação não acontece apenas dentro da sala de aula tradicional, mas também nos territórios, nas experiências compartilhadas, no trabalho coletivo e nos saberes construídos historicamente pelas comunidades.

Durante a extensão, pude desenvolver um olhar mais sensível e inclusivo ao pensar e enxergar uma educação que nasce primeiro do respeito à natureza, da valorização da cultura, da ancestralidade e do ambiente no qual os sujeitos estão inseridos. Nesse contexto, a educação do campo se apresenta como uma prática de resistência, afirmação cultural e defesa do território. Essa compreensão ficou ainda mais evidente durante a Exposição Arte da Mãe Palmeira, um momento marcante em que elas puderam enxergar que, além de militantes, também são produtoras de arte.

A exposição contava com os cartazes que elas produziram durante as aulas, fotografias que elas tiraram na comunidade mostrando o cotidiano, vídeos em forma de documentários nos quais elas faziam denúncias sobre o desmatamento das florestas, sobre o impedimento do acesso aos babaçuais mesmo quando, por lei, elas têm direito. Peças artesanais feitas a partir do babaçu, mostram o cuidado e olhar sensível delas com a Mãe Palmeira, da qual elas tiram seu sustento e produzem arte.

A arte, ali, não é apenas estética, é materialização do movimento social, da luta dessas mulheres, da afirmação e fortalecimento da cultura. Apesar da arte sempre ter estado presente, muitas não se entendiam como artistas, por isso o momento

em que elas chegaram na exposição e viram suas obras e atividades expostas, os sorrisos que se abriram e os olhares de admiração foram tão significativos, não só para elas, mas pra nós, que conseguimos deixar claro que elas vivem e produzem arte também.

Enilde Marie da Silva da Conceição

Quebradeiras de coco babaçu: nossas professoras e a arte da transformação

Minha participação como voluntário no Projeto de Extensão Contínuo “Educação do Campo: quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu”, na primeira turma de formação com mulheres, proporcionou uma experiência transformadora que ampliou minha compreensão sobre educação, arte e coletividade. Conviver com as quebradeiras de coco revelou a riqueza de saberes que não se encontra nos livros ou nas salas de aula convencionais, mas que emerge na prática cotidiana, na relação com o território e na preservação da floresta de babaçu, nossa Mãe Palmeira.

As oficinas e atividades em sala de aula, como a criação de cartazes e a produção coletiva de materiais visuais, permitiram vivenciar o conhecimento compartilhado de forma prática e colaborativa. Aprendi que a educação pode ser sensível, coletiva e profundamente conectada à experiência de vida. O aprendizado não se limita à teoria formal; ele se constrói na troca, na observação e na prática, reconhecendo o cuidado com o outro e com o ambiente. Essa experiência transgride modelos eurocêtricos predominantes na academia e revela caminhos de construção do saber que valorizam a cultura local, a memória e os saberes tradicionais.

No campo da arte, essa experiência ganhou novas dimensões ao presenciar a exposição “A Arte da Mãe Palmeira”. As peças exibidas, resultado do trabalho das quebradeiras e da mediação de artistas regionais, mostraram como objetos cotidianos podem se tornar manifestações de identidade, resistência e memória cultural. Cada obra, cada ferramenta transformada em arte, carrega função, estética e história, demonstrando que a produção artística pode ser coletiva, cotidiana e enraizada no território. Ao observar a exposição, percebi como a prática realizada em sala de aula se materializa em uma narrativa visual poderosa, conectando teoria, prática e expressão cultural.

Essa vivência me ensinou que produzir arte não depende de validação acadêmica ou do mercado, mas da relação com a comunidade, do cuidado com o ambiente e da preservação de práticas culturais. A experiência me inspirou a integrar

teoria, prática, sensibilidade e técnica de maneira mais aberta, inclusiva e ética na minha formação enquanto professor de artes visuais. A convivência com as quebradeiras e a observação da exposição reforçaram que educação e arte são capazes de fortalecer identidades culturais, preservar saberes locais e valorizar o patrimônio natural e simbólico da floresta de babaçu.

Em suma, essa vivência com as quebradeiras de coco e a oportunidade de acompanhar a exposição “A Arte da Mãe Palmeira” não apenas ampliaram meu entendimento sobre arte e educação, como também me fizeram repensar meu papel enquanto artista e futuro educador. O que levo dessa experiência é a certeza de que aprender e ensinar podem ser atos coletivos, enraizados no território e na vida cotidiana, abrindo espaço para uma arte mais sensível, crítica e conectada à realidade das comunidades.

Felipe Rodrigo Ferreira Batista

“Anticapitalistas? Antirracistas? Feministas?”: sobre a oralidade e outras práticas de resistência das quebradeiras.

*Quando olho para mim, o que vejo?
Talvez seja mais minhas memórias que eu.
Esse corpo brasileiro, mas, sobretudo, meu corpo nordestino.
Talvez, no guardar memórias do lugar de onde vim,
possa dizer que meu corpo-memória tem um território.
Carrego comigo mil e uma palavras e infinitos ancestrais;
Talvez por isso fale como falo.
Talvez por isso lute com luto.
E ainda vou vencer!*

A escrita em primeira pessoa tem sido, recentemente, recuperada pelas universidades. Quero dizer: os cursos de Ciências Humanas, especialmente a Antropologia, passaram a reconhecer aquilo que chamamos de ciência não apenas como a busca por uma verdade reproduzível, mas, antes de tudo, como uma metodologia oriunda de dinâmicas culturais.

Como nos lembra Boaventura Santos (1987), em determinado momento — possivelmente com a modernidade europeia — o Ocidente encaminhou-se para a separação e a compartimentalização do conhecimento e do trabalho, entre tantas

outras dimensões que passaram a ser enquadradas em categorias antagônicas: homem/mulher, feio/bonito, arte/artesanato, ciência/senso comum.

Vale ressaltar como essas categorias estão no núcleo da sustentação de nossas dinâmicas produtivas, ou seja, na constituição do próprio capitalismo. No contexto latino-americano, entretanto, esse processo assume outros contornos, nos quais a dinâmica de dependência produtiva e o racismo estrutural intensificam ainda mais o apartheid entre epistemologias, promovendo a supressão de práticas de resistência ao capital.

Todo esse preâmbulo é uma forma de nomear a experiência com as quebradeiras de coco babaçu. Se a estrutura coexiste com o sujeito que ora a sustenta, ora a ela resiste, o contato com mulheres e jovens do território maranhense permitiu — e ainda nos permite — acessar uma outra realidade. As práticas territoriais, os quilombos (formalizados ou não), a perseguição e a constante ameaça de morte nos fazem lembrar que contra-hegemonia e dissenso significam algo distinto quando associados à violência no campo.

Mas, se é o corpo que guarda a oralidade dos lugares por onde passou, é também nele que a luta emerge nas quebradeiras. Quero dizer: é impossível desassociá-las de uma formação afroindígena, uma matriz coletiva que, por sua própria existência, se opõe às dinâmicas produtivas hegemônicas.

Na cidade, onde mães e pais de santo se organizam nos terreiros e nas ocupações populares, a mulher negra se constitui como sujeito e base da sociedade. É nesse lugar que emerge uma luta.

Feministas? Anticapitalistas? Antirracistas? Ecosocialistas? Talvez esses termos caibam para elas — talvez não sejam empregados de forma precisa, considerando suas intersecções únicas. Ainda assim, como fruto de um território de matriz afroindígena, elas nos convocam a repensar a relação com a natureza a partir de um horizonte próprio, onde cachaças, remédios e magias da terra coexistem com o feminino e com a luta estrutural pela emancipação.

O que podemos aprender? A luta das quebradeiras, em seus contornos singulares, é, antes de tudo, uma luta por uma rota de fuga às violências, ao racismo ambiental e às marcas históricas que moldaram o mundo. Trata-se de um caminho que nos lembra que ainda caminhamos em direção ao bem-viver — em termos coletivos — e à esperança.

João Lucas Lima de Oliveira

Considerações finais

Ao longo destas páginas, buscamos compartilhar aprendizagens construídas no encontro entre estudantes de Licenciatura em Artes Visuais e as mulheres quebradeiras de coco babaçu. Apesar da singularidade de cada relato, todas convergem para a compreensão de que a docência não se aprende apenas nos espaços tradicionalmente destinados à formação de professores. A vivência com as quebradeiras de coco babaçu nos colocou diante de outras pedagogias, construídas na luta, na coletividade, na defesa do território e na persistência em imaginar futuros possíveis.

Em um contexto marcado pela crescente mercantilização da vida, da educação e da própria arte, a convivência com as mulheres nos lembrou da importância de cultivar formas de existência orientadas pelo cuidado, pela solidariedade e pelo compromisso com o bem-viver. Seus ensinamentos nos convidam a repensar e refazer nossas práticas docentes.

O processo de extensão contribuiu para a formação de professores comprometidos com a concepção de mundo e as demandas históricas da classe trabalhadora do campo. As quebradeiras de coco babaçu, nossas professoras, firmaram em nós a exigência de um compromisso com a realidade concreta dos sujeitos, seus territórios e suas lutas.

Se este capítulo expressa algum aprendizado coletivo, talvez seja o reconhecimento de que existem saberes, práticas e experiências que continuam nos desafiando a ampliar os limites daquilo que entendemos por educação, arte e formação humana. Nesse cenário, o que se construiu no CFQCB representa também uma revalorização do sensível como dimensão essencial da formação docente e humana, parte inseparável da luta.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

CASTRO, Mariene de. Quebradeira de coco. In: CASTRO, Mariene de. **Abre caminho**. [S. l.]: Universal Music, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MUNDURUKU, Daniel. **Das coisas que aprendi**: ensinamentos para pequenas e grandes infâncias. São Paulo: UK'A Editorial, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. **Revista de Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 22, p. 3-45, 1987.

TEIXEIRA, Michelle Freitas et al. **A arte da mãe palmeira**. São Luís: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Luís Centro Histórico, 2025.



**Nossa
experiência
em imagens:
fotografias da
caminhada**



Quebradeiras do MIQCB na Casa da Palmeira – Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu. Curso Quebrando Saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu.

Fonte: Acervo GEPPTE., 2024.



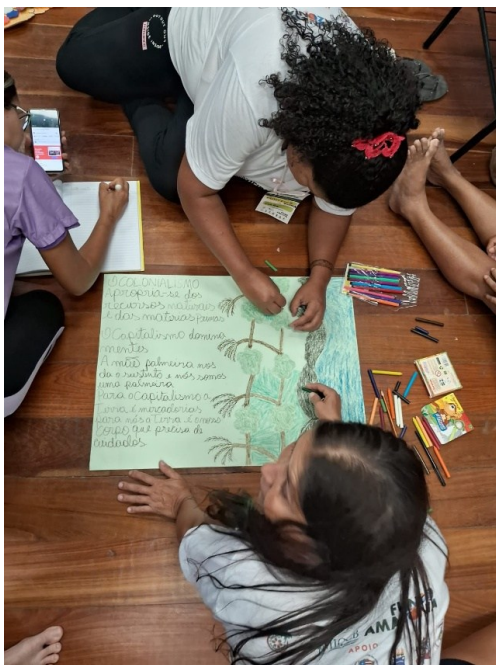
Detalhes da Casa da Palmeira – Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu. Fonte: Acervo GEPPTE., 2023.



Primeira turma de estudantes do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu. Fonte: Acervo GEPPTE., 2023.



Estudantes do IFMA em seus primeiros contatos com as quebradeiras de coco. Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu. Fonte: Acervo GEPPTE., 2023.



Experiência da Extensão Universitária em Educação Popular (IFMA CCH/MIQCB).
Fonte: Acervo GEPPTE., 2024.



Formatura da 1ª Turma de Mulheres do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu.

Fonte: Acervo GEPPTE., 2024.



Mesa Cerimônia de Formatura da 1ª Turma de Mulheres do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu. Fonte: Acervo GEPPTE., 2024.



Arte e Educação Popular. Abertura da Exposição “A arte da mãe palmeira” com as obras das estudantes da 2ª Turma de Mulheres do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu. Fonte: Acervo GEPPTE., 2024.



Exposição “A arte da mãe palmeira”. Exibição dos vídeos produzidos pelas quebradeiras nas disciplinas do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu.

Fonte: Acervo GEPPTE 2024.



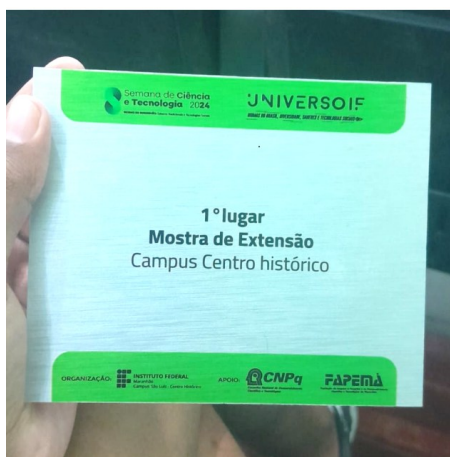
2ª Turma de Jovens do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu. Fonte: Acervo GEPPTE 2024.



Visita da 2ª turma de Jovens à exposição “A arte da mãe palmeira”. Fonte:
Acervo GEPPTE, 2024.



IFMA CCH aprendendo com as quebradeiras de coco babaçu do MI-QCB. Seminário de Iniciação Científica – Mesa sobre extensão universitária. Fonte: Acervo GEPPTTE, 2024.



Seminário de Iniciação Científica – Premiação Mostra de Extensão e entrega do prêmio ao MIQCB. Fonte: Acervo GEPPTE, 2024.

Turma do Curso de Licenciatura em Artes Visuais IFMA CCH em visita ao Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu. Fonte: Acervo GEPPTE, 2024.



Sobre as autorias

Alessandra Veras Alves

Mestranda do Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP – UFMA). Graduada em Licenciatura em Artes Visuais pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA CCH). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq). Integrou a equipe de estudantes universitários nos projetos de extensão fruto da articulação MIQCB/IFMA CCH.

Amanda Xavier Sousa

Artesã do coco babaçu no grupo Pindova da comunidade Juverlândia no município de Sítio Novo/TO. Filha e neta de quebradeira de coco. Participante do MIQCB, coordenadora do GT das juventudes rurais do bico no eixo de formação e organização da rede de comunicadores e defensores do MIQCB. Egressa da 2ª turma de jovens do Curso Quebrando Saberes.

Ana Maria Bezerra Ferreira

Licenciada em Pedagogia, Especialista em Psicomotricidade (ISPEGAE). Atual coordenadora pedagógica do MIQCB. Foi responsável pela coordenação pedagógica das quatro turmas o Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu – Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Anderson Lopes Alves

Mestrando em Artes Cênicas, pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC/UFMA). Graduado em Licenciatura em Artes Visuais Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA CCH). Professor de Artes Visuais. Artista e Pesquisador sobre ensino de Relações Étnico-raciais no ensino de Professores de Artes. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq). Integrou a equipe de estudantes universitários nos projetos de extensão fruto da articulação MIQCB/IFMA CCH.

Annaxilia Mendes Sá

Especialista em Sustentabilidade (UEMA). Graduada em Licenciatura em Ciências Agrárias (IFMA). Monitora Pedagógica da Atividade Integradora de Horta na Unidade Integrada Santo Antônio (Raposa/MA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq).

Anny da Silva Linhares

Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Assessora de coordenação de projetos do MIQCB. Responsável pela coordenação do Projeto Floresta, por meio do qual foi desenvolvido o Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu – Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Antonia Silva de Almeida

Quebradeira de Coco Babaçu. Mestranda em Educação (UFPI). Graduada em Licenciatura em Educação no Campo (UFPI). Participante do MIQCB. Coordenadora de Meio Ambiente do 2º Território de Quebradeiras de Coco Babaçu – Santa Rosa. Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável do Projeto Jandaíras. Integrante da rede de comunicadores e defensores do MIQCB. Egressa da 2ª turma de jovens do Curso Quebrando Saberes.

Áurea Maria da Silva (Dona Áurea)

Quebradeira de Coco Babaçu, Presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores do Beneficiamento do Babaçu, em Codó. Egressa da primeira Turma do CFQCB.

Cléia Oliveira Francisco

Filha de quebradeira, militante do MIQCB. Egressa da segunda Turma de Mulheres do Centro de Formação.

Davi Mourão Sousa

Estudante do ensino médio. Participante do MIQCB. Atua na Rede PCTs: Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Membro do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável de São Domingos do Araguaia/PA. Liderança jovem no território São Benedito/PA. Egresso da 2ª turma de jovens do Curso Quebrando Saberes.

Enilde Marie da Silva da Conceição

Graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA CCH). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq). Integrou a equipe de estudantes universitários nos projetos de extensão fruto da articulação MIQCB/IFMA CCH.

Felipe Rodrigo Ferreira Batista

Graduado em Licenciatura em Artes Visuais (IFMA). Integrou a equipe de estudantes universitários nos projetos de extensão fruto da articulação MIQCB/IFMA CCH.

Franciene Pereira Frazão Sirqueira (Dona Franciene)

Quebradeira de Coco Babaçu, associada ao MIQCB e membro da coordenação pela educação contextualizada. Egressa da primeira Turma do CFQCB.

Girlane Belfort Mendes

Egressa da segunda Turma do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socio-ambientais e preservando a floresta de babaçu (MIQCB). Coordenadora do MIQCB - Regional Baixada.

Graziela da Silva Dantas

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas (UFAM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq).

João Lucas Lima de Oliveira

Graduado em Licenciatura em Artes Visuais pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA CCH). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq). Integrou a equipe de estudantes universitários nos projetos de extensão fruto da articulação MIQCB/IFMA CCH.

Kaike José Magalhães Borges

Graduando em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Foi bolsista de iniciação científica (PPG/UEMA) e desenvolveu pesquisa sobre o Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB), com foco na formação de jovens agroextrativistas do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Laura Gomes da Silva

Quebradeira de coco babaçu egressa da segunda turma de mulheres do CFQCB. Sócia da AMTCOB e CIMQCB. Liderança da Rede de Defensores pelo Projeto Baquele. Vice-presidente da Associação de Moradores da Comunidade Mangueira, PI-214, Esperantina/PI.

Luciano Rego Linhares

Mestre em Filosofia (UFMA). Professor do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IP Alto Alegre). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq).

Luciene Amorim Antonio

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) na área de concentração "Estado, Sociedade e Educação". Docente da área da Filosofia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA CCH). Contribuiu com o desenvolvimento da parceria interinstitucional entre o IFMA e o MIQCB, que desenvolveu o primeiro curso do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Maíssa Barros Ribeiro

Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Desenvolve pesquisa sobre trajetórias de mulheres quebradeiras de coco do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB).

Maria Alana Ribeiro Oliveira

Quebradeira de coco babaçu egressa da primeira turma de mulheres do CFQCB. Coordenadora de Base do MIQCB. Comunidade Fortaleza 03, Esperantina/PI.

Maria de Fátima Rodrigues da Silva

Coordenadora de base do MIQCB, Regional Pará. Egressa da primeira Turma de Mulheres do Centro de Formação.

Maria de Jesus Alves de Macedo (Dona Dijé)

Quebradeira de Coco Babaçu, coordenadora de base da regional Mearim Cocais. Enfrenta como principal desafio o agronegócio para a criação de gado e a produção de soja e eucalipto.

Maria de Souza (Dona Maria)

Coordenadora de base do MIQCB, Regional Pará. Egressa da primeira Turma de Mulheres do Centro de Formação.

Maria Glória Machado da Silva

Egressa da segunda turma de jovens do CFQCB. Jovem quebradeira de coco do MIQCB, integrante da Rede de Defensores e Comunicadores do MIQCB. Atua no grupo produtivo de óleo e azeite da Comunidade Fortaleza 05 - Regional Piauí. Foi vinculada ao Sistema de Vínculos Solidários (SVS) e atuou como educadora.

Maria Raimunda Costa

Egressa da segunda Turma do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu (MIQCB). Coordenadora de base do MIQCB – Regional Baixada.

Michelle Freitas Teixeira

Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora da área da Educação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA CCH). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Política, Trabalho e Educação (GEPTE IFMA/CNPq). Atuou como coordenadora dos projetos de extensão que contribuíram com o desenvolvimento o primeiro curso do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu do MIQCB.

Patrícia de Macedo Silva

Egressa da segunda turma de mulheres do CFQCB. Quebradeira de coco babaçu, membro da comissão de Educação Contextualizada do MIQCB. Atua como educadora no SVS. Liderança da Comunidade Folha Larga, Município Campo Largo/PI.

Rosenilde Gregória dos Santos Costa

Egressa da segunda Turma do Curso Quebrando saberes, elaborando projetos socio-ambientais e preservando a floresta de babaçu (MIQCB). Liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) – Regional Baixada; e Tesoureira na Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco (CIMQCB).

Viviane de Oliveira Barbosa

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Programa de Pós-Graduação em História (UEMA) e do PROFHISTÓRIA (UFMA). Coordena o Grupo de Pesquisa Gênero, Territorialidades e Movimentos Sociais (GETEMS) e a Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Humanas (LEDOC), que resulta de parceria entre a UEMA e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Wallas Campelo Bezerra

Graduando em Enfermagem (Faculdade Unopar). Participante do MIQCB. Conselheiro de Igualdade Racial no município de Cajari/MA. Liderança jovem no território Camaputuiá. Egresso da primeira turma de jovens do Curso Quebrando Saberes.

A publicação e a impressão deste livro foram promovidas pelo MIQCB, por meio do Projeto Floresta de Babaçu em Pé, com recursos do Fundo Amazônia. Edição não comercial — distribuição gratuita.

As guardiãs da floresta

Esta coletânea nasce no terreno da extensão universitária e expressa uma síntese da experiência vivenciada em três projetos desenvolvidos entre os anos de 2023 e 2025, frutos da articulação entre o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luís Centro Histórico (IFMA CCH). Nela são apresentados artigos que discutem temas que permeiam o debate sobre educação popular, extensão universitária, atuação das mulheres nos movimentos sociais camponeses, arte e resistência. No centro das suas reflexões, temos textos produzidos a partir do diálogo entre os estudantes do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, quebradeiras de coco e juventude egressa do primeiro Curso do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu (CFQCB) – o “Quebrando saberes, elaborando projetos socioambientais e preservando a floresta de babaçu”. A partir desta experiência, que possibilitou a parceria entre o MIQCB e o IFMA, reconhecemos a força e agradecemos aos ensinamentos recebidos destas mulheres guardiãs da floresta, as quais reconhecemos como nossas professoras.

